

Revista AduSP

Associação dos Docentes da USP
Seção Sindical do Andes-SN - Setembro de 2017 - Nº61



USP arrasada

Um balanço da gestão privatizante, antiacadêmica e violenta de M.A. Zago na Reitoria da USP (2014-2017)



00061
9 771807 350001

ÍNDICE

- 6** DAS PROMESSAS DE “DIÁLOGO” À OBEDIÊNCIA A ALCKMIN E AO COMPADRIO COM A PM (Equipe da *Revista Adusp*)
- 22** RUMO À “UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA” (PEDRO ESTEVAM DA ROCHA POMAR)
- 31** GESTADO EM SIGILO, ACORDO COM MCKINSEY DITA OS RUMOS DA USP (JOÃO PERES E MORITI NETO)
- 40** CONFLITO DE INTERESSES NATURALIZADO E CONTRATOS SEM LICITAÇÃO
- 42** USP PÚBLICA OU “EMPREENDEDORA”? (MORITI NETO)
- 63** COMPORTAMENTO IRRESPONSÁVEL DA REITORIA COMPROMETE O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO (GABRIELA MONCAU)
- 71** DESVINCULADO DA USP, HRAC PODE TER SUA GESTÃO PRIVATIZADA (RODRIGO NEVES)
- 79** DESATIVADA, CRECHE OESTE REVELA QUE NEM CRIANÇAS ESTÃO A SALVO DA REITORIA (RENATA IRACEMA MARIA)
- 87** DEMISSÕES “VOLUNTÁRIAS” EM MASSA (PIDV) E PACOTE FISCAL ARREBENTAM A USP (GABRIELA MONCAU)
- 94** APESAR DO CRIME AMBIENTAL E DA INCÚRIA DOS REITORES, EACH MOSTRA GRANDEZA E VITALIDADE (MICHELE SCHULTZ E MARCOS B. DE CARVALHO)
- 100** AVALIAÇÃO VIA “NOVA CPA” E ATAQUE AO RDIDP REVELAM PLANOS DE PRECARIZAÇÃO E CONTROLE DO CORPO DOCENTE (RODRIGO NEVES)
- 108** “DIA DE CÃO” TEVE BOMBAS, BALAS DE BORRACHA, CÁRCERE IMPROVISADO PELA PM NO ANDAR TÉRREO DA REITORIA (PEDRO ESTEVAM DA ROCHA POMAR)
- 117** KOBAN, A “POLÍCIA POLÍTICA” DO REITOR
- 120** COLEGIADOS REPUDIAM ATITUDE DESPÓTICA DO REITOR, VIOLÊNCIA DA PM E “INTERVENÇÃO DESASTRADA”
- 123** BASTA! FORA ZAGO!
- 124** “REITORIA CRIA AMBIENTE DE QUE A CASA ESTÁ PEGANDO FOGO E QUE ELA É ÚNICA SALVADORA” (MARCOS MAGALHÃES)
- 129** EM NOME DE QUEM? (DIRETORIA DA ADUSP)
- 132** DE SUELY VILELA A J.G. RODAS E M.A. ZAGO, A ESCALADA DA REPRESSÃO (RODRIGO NEVES)

DIRETORIA

Rodrigo Ricupero,
Ivã Gurgel,
Michele Schultz Ramos,
Ana Luiza da Costa,
Claudio Alvarenga de Oliveira,
Waldir Beividas,
Lilian Gregory,
Marcos Sorrentino,
Eliel Orenha,
Annie Schmaltz Hsiou

Comissão Editorial

Áurea Maria Zöllner Ianni,
Vera Navarro,
Elisabetta Santoro,
Gladys Beatriz Barreyro,
Hélio Mitio Morishita,
Jean Pierre Chauvin,
Marcos Barbosa de Oliveira,
Maria Luisa Sandoval Schmidt,
Pedro Paulo Chieffi,
Tibor Rabóczkay

Editor: Pedro Estevam da Rocha Pomar

Assistente de redação: Rodrigo Neves

Ilustrações desta edição: Vitor Flynn

Editor de Arte: Luís Ricardo Câmara

Assistente de produção: Rogério Yamamoto

Secretaria: Alexandra Moretti e Aparecida de Fátima dos R. Paiva

Distribuição: Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Tiragem: 9.000 exemplares

Gráfica: Hawaii

Adusp - S. Sind.

Av. Prof. Almeida Prado, 1366

CEP 05508-070 - Cid. Universitária - São Paulo - SP

Internet: <http://www.adusp.org.br>

E-mail: imprensa@adusp.org.br

Telefones: (011) 3091-4465, 3091-4466, 3724-8900

A **Revista Adusp** é uma publicação quadrimestral da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da Diretoria da entidade. Contribuições inéditas poderão ser aceitas, após avaliação pela Comissão Editorial.

ATAQUE SEM PRECEDENTES À USP E A SEU CORPO DOCENTE

Em nota emitida em 17 de junho de 2016, intitulada “Escalada intimidatória e totalitária da Reitoria da USP”, a Diretoria da Adusp denunciou os movimentos crescentemente repressivos da gestão M.A. Zago-V. Agopyan, “que procura reiteradamente coibir os movimentos estudantis, sindicais e sociais que envolvem professores, funcionários e estudantes da USP”. Naquela data, a Tropa de Choque da Polícia Militar agredira e prendera alunos dentro do Conjunto Residencial (Crusp), numa exibição de força totalmente desproporcional.

“Em um período em que o corpo da universidade está organizado, em greve pelo atendimento de suas reivindicações, uma atitude desta natureza expõe, uma vez mais, o despreparo e a indisposição da atual administração ao diálogo e à negociação”, assinalou a Diretoria da Adusp, antes de elencar diversas indagações à Reitoria, entre as quais: “por que a PM acompanhou a assembleia dos estudantes em frente ao prédio da Reitoria?” e “sob que alegação a Tropa de Choque invadiu o Crusp, inclusive os blocos de apartamentos, com bombas de gás e bala de borracha?”

A clarividência da nota tornou-se patente nos episódios de 7 de março de 2017. Naquele momento o reitor deixou para trás os últimos vestígios de civilidade, compostura, dignidade que se acredita sejam atributos do cargo que exerce. Ao irromper no salão de reuniões do Conselho Universitário (Co), vituperando contra os manifestantes (“bandidos”), teve de deparar-se com a corajosa reprimenda de algumas representantes discentes, uma das quais lhe respondeu de bate-pronto: “Bandido é o senhor, que colocou a PM para bater em estudante!”

M.A. Zago venceu, mas desmoralizou-se, tais as infâmias que patrocinou. Alguns andares abaixo daquele em que se reunia o Co, a PM mantinha

manifestantes algemados, em cárcere improvisado. Naquela reunião e na seguinte, como já vinha ocorrendo desde o primeiro ano da gestão, o reitor foi contestado, quando não interpelado, de modo contundente, por diversos conselheiros e conselheiras, muitos dos quais docentes que verbalizavam ali os sentimentos de indignação, inquietação e perplexidade que traziam de suas congregações de origem.

A batalha campal de 7 de março não foi acidente de percurso, antes é coerente com o vasto projeto de desmanche e privatização da USP conduzido por M.A. Zago, seus assessores e áulicos, com o auxílio de organizações privadas externas, colocadas no circuito pelo Palácio dos Bandeirantes: a Comunitas e a consultoria McKinsey&Company.

Não se trata “apenas” de obter a aprovação de um arrasador pacote fiscal, os mal chamados “Parâmetros de Sustentabilidade”. Trata-se, por um lado, de viabilizar por todas as formas a transformação da USP, cada vez mais, em logomarca comercial, ativo disponível para operações de mercado, mais e mais acolhedor das lucrativas iniciativas das fundações privadas tão bem representadas no Co e de outros variados interesses empresariais.

Por outro lado, trata-se da disposição da Reitoria de obter a aniquilação disciplinar do corpo docente, graças a mecanismos de controle como a CERT e a “Nova CPA”. Interditar a capacidade crítica, sujeitar a autonomia acadêmica das unidades, extinguir a liberdade de cátedra. Intimidar, proibir, punir. E cercar a dedicação exclusiva, o RDIDP, minando essa que é a condição essencial à qualidade e à vitalidade científica das universidades públicas.

A presente edição procura registrar e analisar os principais aspectos desse ataque sem precedentes à USP e ao seu corpo docente em especial.

UM TIRANO NA ACADEMIA

DAS PROMESSAS DE “DIÁLOGO” À OBEDIÊNCIA A ALCKMIN E AO COMPADRIO COM A PM

Equipe da Revista Adusp

Ao declarar-se candidato a reitor em fins de 2013, o então pró-reitor de Pesquisa, M.A. Zago, prometeu à comunidade “diálogo”, procurando encarnar a antítese de J.G. Rodas, cuja gestão na Reitoria combinava intolerância, viés policalesco na relação com os movimentos universitários e gosto por obras faraônicas. Mas uma vez vitorioso e empossado, no início de 2014, o novo reitor passou a impor suas decisões sem negociar com as categorias. Quando contestado, chama a PM. Ao aproximar-se o fim do mandato, M.A. Zago exacerba seu comportamento tirânico e deixa como legado a crescente destruição do patrimônio físico e intelectual da USP



Geraldo Alckmin (cumprimentando o prefeito de Bauru) e M.A. Zago no lançamento do curso de Medicina da FOB, criado em 15 dias

Já tivemos oportunidade de registrar, em publicações anteriores, que cada nova gestão reitoral da USP parece ainda pior que a anterior, e é. Quaisquer que sejam os quesitos — visão de mundo, projeto de universidade, relação com a comunidade universitária, estatura intelectual — nos deparamos com reitores cada vez mais selecionados conforme o padrão vigente. Representantes da mediocridade neoliberal, avessos à gestão democrática do ensino superior, porta-vozes da oligarquia, ventríloquos de interesses mercantis. E apequenados frente ao governo estadual, de quem se tornam caudatários.

Ao anunciar sua candidatura à Reitoria em fins de 2013, o então pró-reitor de Pesquisa, Marco Antonio Zago, procurou encarnar a antítese do reitor J.G. Rodas, cuja gestão se caracterizava pela intolerância, viés policialesco e truculento no tratamento das divergências com os movimentos universitários, além do gosto por obras faraônicas. Talvez por sugestão de seus próximos, o pró-reitor imaginou, com razão, que o melhor caminho para uma campanha vitoriosa de reitor seria capitalizar o profundo sentimento de rejeição despertado por J.G. Rodas — ainda que, contraditoriamente, o próprio M.A. Zago fosse um dos ex-

poentes da gestão.

Docente da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, até então ele só exercera cargos para os quais, como um burocrata de carreira, fora nomeado com uma simples canetada, sem precisar ser votado: presidente da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT, 1997-98), presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 2007-2010), pró-reitor de Pesquisa (2010-2013). No entanto, uma vez candidato a reitor, M.A. Zago espalhou aos quatro ventos ser fervoroso adepto do diálogo como ferramenta para superar os problemas então vividos pela USP.

Em apresentação realizada no Instituto Oceanográfico em outubro de 2013, pouco antes da eleição, ele foi enfático ao afastar a hipótese de recurso à violência policial: “Se a PM [Polícia Militar] não cumpre bem a sua função fora da universidade, também não cumprirá dentro. O problema maior é o uso de forças violentas para conter manifestações. Uma universidade que não tem discordância é um mosteiro. Queremos discordância, mas sem violência. Temos que admitir que força policial não serve para mediar isso. É preciso diálogo” (*Informativo Adusp* 371).

Em novembro, ao responder a perguntas encaminhadas pela Adusp a todas as chapas, a dupla M.A. Zago-V. Agopyan voltou ao tema da interlocução civilizada: “O principal ponto de superposição entre o Programa de Gestão de nossa chapa e o Programa Mínimo da Adusp é o reconhecimento da necessidade de repactuar a universidade com base na recuperação da capacidade de diálogo entre seus diferentes componentes: estudantes, servidores e professores”, escreveram na ocasião os futuros reitor e vice (*Informativo Adusp* 373).

Favorecida pelo formato elitista da eleição reitoral, que desestimula candidaturas oriundas dos setores progressistas da universidade, a chapa M.A. Zago-V. Agopyan beneficiou-se ainda do fato de que as três chapas restantes não possuíam apelo eleitoral expressivo: uma delas liderada pelo vice-reitor dissidente Hélio Nogueira da Cruz; outra claramente de continuidade da gestão anterior; uma terceira que não conseguiu sequer chegar ao fim do pleito. Graças à

maior eficiência nos acordos eleitorais e troca de favores que caracterizam o opaco processo eleitoral indireto da USP, bem como, presumivelmente, às promessas de “diálogo”, a chapa liderada por M.A. Zago conquistou ampla maioria no colégio eleitoral, arrebatando votos até mesmo entre o reduzido grupo de eleitores à esquerda. Recebeu 1.206 votos, quase o triplo dos 498 votos da segunda colocada.

Mesmo assim, essa eleição fechada envolveu só 1.826 pessoas ou menos 1,57% do total de mais de 116.500 membros da comunidade universitária, composta por estudantes da Graduação e Pós-Graduação, funcionários e docentes! E o processo só se encerrou quando o governador Geraldo Alckmin (PSDB) chancelou a escolha da chapa mais votada, nomeando reitor e vice-reitor. Quatro anos antes, o então governador José Serra, do mesmo partido, optara por escolher o segundo colocado da lista tríplice: J.G. Rodas.

O processo de reforma do Estatuto acabou sendo atropelado pelo reitor M.A. Zago, com respaldo do Conselho Universitário (Co). Ele não hesitou em esmagar a própria Comissão Assessora (Caeco), “tratorando” as propostas da Adusp

Tão logo a chapa vencedora tomou posse, no início de 2014, constatou-se que, ao contrário do que prometera, a nova gestão procurava empurrar suas decisões “goela abaixo”, sem consulta ou negociação com a comunidade. Isso ficou evidente no modo como foram conduzidas pela

Reitoria duas questões de grande importância, ambas herdadas do conturbado final da gestão J.G. Rodas: a continuação da reforma do Estatuto da USP e a crise ambiental e institucional na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), conhecida como “USP Leste”.

O processo de reforma do Estatuto foi retomado pelo Conselho Universitário (Co) na reunião de 25 de março, que aprovou um conjunto de propostas destinadas a pautar o debate sobre a estrutura de poder e a concepção das atividades-fim da USP, entre as quais a criação da Comissão Assessora Especial (Caeco), “encarregada de coordenar o processo de discussão com as unidades, órgãos, museus, Institutos especializados, bem como com as entidades representativas e pelo encaminhamento das deliberações”.

A oportunidade parecia promissora, como registrou a Adusp: “Fruto de anos de luta e pressão política do

corpo da universidade contra o autoritarismo, a centralização das decisões, a falta de transparência nas contas e deliberações e o culto ao segredo que tem balizado as atitudes das administrações universitárias, temos hoje uma janela de oportunidade para promover avanços significativos no que se refe-

re à democratização no exercício de poder, no acesso e na humanização das relações sociais na USP” (vide <http://bit.ly/2ujfneA>). Ao mesmo tempo, após lembrar que para que “esta possibilidade torne-se concreta e efetiva é central que as entidades representativas das três categorias universitárias construam ações políticas conjuntas e unitárias”, a Adusp advertia: “E que ninguém se engane: se deixarmos este processo na mão do Co da USP, um colegiado ilegítimo, subserviente ao poder central da universidade e controlado por interesses privatistas (fundações ‘de apoio’, entre outros), um futuro Estatuto pode acabar sendo pior do que o atual, imposto durante a Ditadura Militar”.

O processo acabou sendo atropelado por M.A. Zago, com o inestimável respaldo da maioria do Co. O reitor não hesitou em desautorizar a própria Caeco. Aos poucos, ele passou a revelar seu caráter autoritário, altamente centralizador, exaltando-se e desqualificando os conselheiros do Co que mantiveram sua dignidade ou se mostraram independentes, em especial as mulheres das bancadas estudantil e de funcionários. Momento merecedor de atenção, nesse percurso deletério, foi a reunião do Co realizada em 7 de abril, que teve como pontos de pauta “Carreiras e regimes de trabalho”, “Autonomia e organização das unidades ou órgãos” e “Formas de deliberação das alterações estatutárias”. A Adusp apresentou suas propostas, destacando a necessidade da Estatuin-te, em vista das distorções na composição do Co e, sobretudo, dos conflitos de interesse que o atravessam.

No início da reunião, o reitor pediu que cada um dos temas pautados fosse



Visita do reitor à Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), então interditada: desinterdição a qualquer preço

discutido separadamente e chegou a interromper alguns oradores e pedir-lhes que não fugissem dos temas em questão. Ele irritou-se com o teor de diversas intervenções, seja porque criticavam o relatório do Grupo de Trabalho Atividade Docente (GT-AD, do qual falaremos mais adiante), seja porque se recusavam a seguir o roteiro unilateralmente determinado pela mesa. Quando apenas se iniciava a discussão do segundo ponto de pauta, o reitor “subitamente encerrou os trabalhos, como resposta a um protesto de alguns representantes discentes, e declarou que na próxima sessão do colegiado, em 14/4, se partirá diretamente para a votação” (<http://bit.ly/2u9xsv2>). Mas a reunião seguinte do Co, extraordinária, seria ainda mais conturbada pela atuação destemperada do reitor, incapaz de lidar com protestos e de negociar com a oposição.

A página digital da Adusp assim registrou a reunião de 14 de abril de 2014: “Realizada num dos auditórios do Instituto de Pesquisas Energéticas

e Nucleares (IPEN), a reunião de 14/4 do Conselho Universitário (Co) transcorreu por cerca de hora e meia, antes que ocorresse a ocupação do local por funcionários e estudantes e, imediatamente, a interrupção dos trabalhos por determinação do reitor M.A. Zago, que se retirou apressadamente, sob protestos dos manifestantes”.

“O reitor interpelou diretamente o professor Machado ... também destituiu a palavra do professor Carlos Martins, presidente da Caeco ... declarou que a partir daquele momento todas as informações partiriam dele, reitor”



Uma das assembleias da greve de 2014: a Reitoria foi derrotada mas conseguiu dar continuidade ao desmanche da USP

“No entender do professor Benedito Honório Machado, representante da Congregação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) no Co, mais uma vez a condução autoritária da reunião, bem como as muitas intervenções que se seguiram às suas considerações iniciais acerca de como proceder à análise das minutas de resolução em pauta (sobre qual órgão deveria proceder à reforma do Estatuto: se Estatuinte, Assembleia ou o próprio Co), desfizem qualquer dúvida quanto às reais intenções da Reitoria e dos seus apoiadores naquele colegiado”. No início da reunião, Machado defendeu que o processo de discussão deveria ser organizado preliminarmente em torno de duas possibilidades: 1) *a reforma ser conduzida pelo próprio Co* ou 2) *por um outro órgão*.

Se vencedora a primeira possibilidade, estariam em debate duas propostas: a minuta da Secretaria Geral (SG) que previa que o Co deliberasse as reformas do Estatuto por maioria absoluta (50% mais um) dos votos de seus membros; e a manutenção da regra vigente para qualquer mudança no próprio Estatuto: quórum qualificado de 2/3 dos membros.

Se a opção fosse a segunda possibilidade, isto é: a reforma do Estatuto ser conduzida por outro órgão que não o Co, estariam em debate as propostas 1) da *Assembleia Universitária* (“colegião”) e 2) da *Assembleia Estatuinte*. Em qualquer dos casos deveria ser garantido espaço para avaliação e eventuais mudanças das demais condições já formatadas pela SG: número de participantes, proporções entre as categorias, critérios para

posterior plebiscito ou referendo etc.

“Para o professor Machado”, prossegue a página digital da Adusp, “o que se viu na sequência foi uma clara movimentação na busca de circunscrever o debate às propostas fechadas pela Reitoria, em especial em torno da proposta formatada pela SG de que seja o atual Co que decida, *mas com quórum reduzido para 50% dos votos*, facilitando às posições conservadoras, atualmente dominantes em razão das distorções na composição do conselho, darem o tom à ‘reforma’, fazendo aprovar tudo que fosse de seu interesse”.

Na sequência, descreve-se um comportamento perturbador, tirânico: “De modo contundente, o reitor interpelou diretamente o professor Machado quanto às posições externadas por este docente expressarem

ou não o entendimento da congregação da FMRP”. “Ademais, negou novamente o pleito dos estudantes para que uma comissão de representantes de movimentos negros que lutam por cotas tivesse acesso à reunião”. “M.A. Zago também destituiu a palavra do professor Carlos Martins, presidente da Caeco, abruptamente interrompido por ele no momento em que apresentava explicações sobre o processo em curso. Declarou que a partir daquele momento todas as informações partiriam dele, reitor, e avocou para si a condução da reunião”.

O reitor aproveitou-se do fato de que o Co foi ocupado para anunciar, sem consultar ninguém, que o processo de reforma do Estatuto só seria retomado em 2016. Depois, em razão das pesadas críticas da Adusp, recuou. Apesar desses preocupantes incidentes, a Adusp persistiu e apresentou ao Co, na reunião de 3 de junho de 2014, um conjunto estruturado de propostas de democratização e correção de rumos da USP — tendo como norte o projeto de universidade pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada e o tripé “ensino, pesquisa e extensão” — as quais foram surpreendentemente bem recebidas por vários integrantes desse colegiado. Nessa ocasião, em que foram debatidos os temas “Missão, responsabilidade social e princípios da Universidade”, “Ensino, Pesquisa, Cultura e Extensão Universitária” e “Gestão, Transparência e Responsabilidade Fiscal”, Sintusp e DCE também puderam manifestar-se, e o fizeram, como registrou o *Informativo Adusp* 383 (<http://bit.ly/2tjtiMS>).

Porém, o Co só voltou a tratar da reforma em 11 de novembro de 2014, quando foram examinados os tópicos “Ética na Universidade”, “Eleição de dirigentes”, e “Natureza, atribuições e composição dos colegiados”. Desta vez, porém, segundo o *Informativo Adusp* 393, o conservadorismo deu o tom da reunião: “Ficou evidente que o objetivo da oligarquia que controla a USP é uma reforma pontual, levada a cabo pelo próprio Co, e portanto muito distante da Estatuante ‘soberana, exclusiva, democrática e paritária’, reivindicada pela Adusp e pelo movimento universitário. Em intervenções contundentes, alguns conselheiros defenderam a ‘meritocracia’ e rejeitaram a argumentação — da Adusp, do representante dos doutores, das representações discente e de funcionários técnico-administrativos — de que falta legitimidade ao Co para conduzir o processo de mudanças do Estatuto”. O presidente da Adusp registrou que alguns das propostas apresentadas pela entidade não foram incluídas na sistematização da Caeco (<http://bit.ly/2wivAlA>). Daí para a frente, a reforma do Estatuto, propriamente dita, desapareceria como preocupação institucional (mesmo que formal), e o reitor trataria de alterar exclusivamente aqueles pontos da sua mais estrita conveniência.

Quando a nova gestão assumiu, a Justiça acabara de decretar a interdição do *campus* da EACH, a pedido da Promotoria de Meio Ambiente do Ministério Público (MPE-SP). Para cuidar do passivo ambiental dessa unidade e da reparação do gravíssimo crime ambiental praticado por seu diretor J.J. Boueri (que autorizou o despejo ali, em 2010 e 2011, de 109 mil m³ de terras contaminadas), bem como da transferência temporária de cerca de 5 mil alunos e quase 500 docentes e funcionários para outros locais onde seriam ministradas as aulas, M.A. Zago convocou um obscuro e fiel burocrata, o professor Osvaldo Shiguero Nakao, responsável pela Superintendência do Espaço Físico (SEF). Irônico, insensível, Nakao rapidamente entrou em choque com a comunidade da EACH. Depois que foi divulgado um vídeo de conversa entre ele e alunas, na qual ele negou a contaminação da área e acusou os docentes de quererem “melar o governador”, a Congregação da unidade protocolou carta na Reitoria, em 5 de maio, solicitando ao reitor a “urgente” substituição de Nakao e a “imediata designação de novo interlocutor para a condução desse processo junto às instâncias ambientais da EACH” (vide p.94).

No entanto, M.A. Zago preferiu

Depois das desrespeitosas afirmações de Osvaldo Nakao sobre os docentes da EACH, a Congregação pediu ao reitor a “urgente” substituição de Nakao e “imediata designação de novo interlocutor para a condução desse processo”. No entanto, M.A. Zago preferiu ignorar o pedido da EACH

ignorar o pedido da Congregação, mantendo Nakao como “gestor da crise” da EACH. A SEF descartou a opinião dos membros da Comissão Ambiental da unidade, criada por portaria reitoral na gestão anterior, com a atribuição expressa de participar das decisões relacionadas aos problemas ambientais daquele *campus*. Como a Reitoria sempre se negou a assumir a dimensão do problema ambiental e a se preparar seja para a previsível decisão da justiça, seja para promover a descontaminação da área, no decorrer do primeiro semestre de 2014 as aulas e turmas da EACH foram espalhadas por 16 locais diferentes (alguns deles precários), dispersão geográfica que causou inconvenientes a docentes e alunos. Ao mesmo tempo, a nova gestão apostou na liberação do *campus*: recorreu contra a interdição e obteve o despacho de um desembargador do Tribunal de Justiça que, sem ouvir ninguém, derrubou a medida decretada em primeira instância.

O autoritarismo demonstrado pela gestão M.A. Zago-V. Agopyan, desde cedo, na condução do *imbroglio* da EACH e da reforma do Estatuto foi um prenúncio do que estaria por vir na campanha salarial das universidades públicas estaduais, iniciada em maio. No Conselho de Reitores (Cruesp), foi o reitor da USP quem apresentou e bancou a proposta de “reajuste zero”, como meses depois admitiria o reitor da Unicamp, Tadeu Jorge. O modo como foi construído o discurso de sustentação dessa proposta de “reajuste zero”, dentro da USP e na sociedade, tornar-se-ia o comportamento padrão da gestão para o restante do mandato. Meias verdades, inverdades inteiras,

sonegação de dados dariam a tônica da narrativa de “crise financeira” forjada pela Reitoria, com apoio integral da Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP) do Conselho Universitário, cujos membros, à exceção do representante discente da Pós-Graduação, são todos nomeados pelo reitor.

Em defesa do “arrocho” salarial, M.A. Zago alegava que o Plano de Carreira do funcionalismo adotado pelo reitor anterior, bem como as contratações que este fizera, foram irresponsáveis e incharam a folha de pagamentos. “Ele não só aumentou os salários bem acima da inflação, como contratou 2.400 servidores”, diria sobre seu antecessor J.G. Rodas, em junho, em entrevista concedida ao jornal *O Estado de S. Paulo*. Dizia que, em razão de tais gastos, a USP vira-se forçada a desembolsar mais de 100% da receita com salários. Embora isso fosse verdade, pois grande parte das contratações da gestão anterior teve de fato motivações casuísticas para obter apoios de diretores de diferentes unidades, o reitor minimizava seu próprio papel e o de V. Agopyan como pró-reitores de J.G. Rodas e portanto importantes colaboradores da Reitoria.

Da mesma forma, omitia o fato notável de que a enorme expansão da USP e de suas congêneres, ocorrida especialmente a partir de 2005, deixara de contar com a necessária contrapartida do governo estadual. Desde 1995, o repasse do Tesouro estadual estacionara em 9,57% da Quota-Parte Estadual (QPE) do ICMS, mesmo assim sujeito a todo tipo de maquiagem contábil. O discurso da “crise financeira” escamoteava, portanto, a crise de financiamento das

universidades estaduais paulistas. Prestava-se, ainda, aos planos de M.A. Zago de esvaziar o Cruesp, bem como à estratégia do governador de driblar, e se possível reduzir ainda mais, os repasses vinculados às universidades estaduais e à Fapesp.

Os números da própria Reitoria deixaram claro que havia condição para um reajuste de docentes e funcionários bem diferente do zero encampado pelo Cruesp. Além disso, apesar de fazer alarde quanto ao desperdício protagonizado pela gestão anterior ao contratar diversas obras tão dispendiosas quanto duvidosas, o reitor M.A. Zago deu sinal verde ao pagamento das empreiteiras, comprometendo com essa rubrica mais de R\$ 400 milhões somente no primeiro semestre da gestão. A manipulação das cifras tornava-se patente na medida em que a COP negava-se a abrir os dados referentes a despesas, limitando-se a fornecer os números agregados (ou seja, grandes números), sem especificar melhor a natureza dos gastos da universidade. Ao mesmo tempo, a Reitoria negou-se peremptoriamente a auditar os procedimentos e os montantes gastos na gestão J.G. Rodas, que queimou R\$ 2 bilhões das reservas financeiras da USP (embora, a princípio, o reitor tivesse anunciado a contratação de uma empresa de auditoria com essa finalidade). Em suma, faltava transparência.

Funcionários e docentes da USP, Unesp e Unicamp viram-se compelidos à greve, como forma de garantir o direito à reposição da inflação do período. Tornou-se a greve mais longa da história das universidades

públicas estaduais, que conquistou, em setembro de 2014, 5% de reajuste salarial destinado a repor a perda causada pela inflação do período, além de um abono para compensar o atraso, uma vez que o reajuste deveria ter ocorrido em maio. “Consideramos que a greve foi sim vitoriosa, menos pelo reajuste, que se deveu mais às surpresas das decisões do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-2), do que pela tarefa política que cumpriu ao fazer cair de vez a máscara que ocultava as limitações pessoais do reitor e o caráter oligárquico e tirânico da gestão, ao contrário do que muitos entendiam que ela seria”, comenta o professor Ciro Correia, que presidia a Adusp naquele momento.

Esse desfecho representou uma derrota para a gestão M.A. Zago-V. Agopyan, que sofreu um revés até mesmo na tentativa de punir os funcionários com o corte dos dias parados: o TRT-2 mandou a Reitoria pagar esses valores em 48 horas, a Reitoria impetrou um recurso especial no Supremo Tribunal Federal (STF), que o rejeitou preliminarmente, e por fim teve de acatar a ordem do TRT-2.

Em junho, quando se encontrava em pleno curso a greve de funcionários e docentes, o reitor concedeu marcantes entrevistas a veículos hiperconservadores: a já citada ao jornal *O Estado de S. Paulo* e outra à revista *Veja*. Nelas, não só procura defender o “reajuste zero”, como fornece pistas dos seus planos para a universidade, tanto no tocante à questão do financiamento quanto a de outros temas estruturais, como a carreira docente.

Ao *Estadão*, depois de admitir que “a ideia da estabilidade para os docentes está presente em todas as universidades do mundo”, pois “o professor precisa ter autonomia e independência de pensamento”, declarou sua aversão ao Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDI-DP) — precisamente o regime de trabalho que é o divisor de águas entre o ensino superior público (ao permitir pesquisa, docência e extensão com qualidade) e o ensino superior privado: “Mas também podemos rever critérios da dedicação exclusiva do professor”, tascou, emendando uma metáfora mal posta: “Isso é uma jabuticaba brasileira [*sic*]: por que tantos docentes em regime de dedicação exclusiva na universidade?”

Proclamar a *brasilidade* da jabuticaba, redundância que mata a própria razão de ser da figura de linguagem empregada, é crime menor perto do ataque desfechado por M.A. Zago ao RDIDP. Algo está muito errado quando o próprio reitor da USP desconhece que a dedicação exclusiva é a espinha dorsal da grandeza acadêmica das instituições públicas de ensino superior, e particularmente da USP, Unesp e Unicamp. Ao contrário do que ocorre com o “professor horista” nas instituições privadas, nas universidades públicas o professor em dedicação exclusiva (RDE nas federais, RDIDP nas estaduais paulistas) pode, como indicado pela designação desse regime de trabalho, engajar-se inteiramente nas atividades de docência, pesquisa e extensão numa única instituição, sem precisar, para garantir sua sobrevivência, fragmentar sua jornada em diferentes locais de trabalho.

Nas declarações que concedeu à revista *Veja*, ele foi ainda mais longe, demonstrando a um só tempo ignorância, prepotência, desrespeito à Constituição: “Seria muito melhor se houvesse um orçamento anual definido e a prerrogativa de contratar ou demitir de acordo com o desempenho. Porém, o foco na qualidade e na meritocracia é algo estranho à administração do ensino superior no Brasil. A estabilidade precoce de professores e funcionários paralisa as coisas. Isso não existe em nenhum outro lugar do mundo”. O que M.A. Zago chamou, pejorativamente, de “estabilidade precoce” são os três anos de regime probatório do servidor público fixados pela Constituição. Ao avocar a prerrogativa patronal de “contratar ou demitir de acordo com

“Jabuticaba”? Algo está muito errado quando o próprio reitor da USP ignora que a dedicação exclusiva (Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa ou RDIDP) é a espinha dorsal da grandeza acadêmica das instituições públicas de ensino superior, em especial da USP, Unesp e Unicamp

o desempenho”, depreciando o direito à estabilidade, o reitor da USP sinalizava sua intenção de triturar a carreira docente, afastando-se de qualquer perspectiva real de gestão democrática do ensino, preconizada tanto na Constituição como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Ao longo da gestão, ele tomará diferentes iniciativas com o objetivo de submeter o corpo docente a novos controles e instituir medidas punitivas, tanto pela via dos processos institucionais de avaliação (“Nova CPA”) como pela via do ajuste fiscal (“Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira da USP”), ambas admitindo a possibilidade de demissão de docentes, por “desempenho insatisfatório” no primeiro caso e por transgressão à Lei de Responsabilidade Fiscal no segundo. Tal lógica empresarial, tacanha, retrógrada de enxergar a vida universitária é compatível com sua visão do financiamento da USP. Na citada entrevista ao *Estadão*, ele sinalizou que não pretendia lutar por uma ampliação do repasse: “O modelo é este e não há melhor. Não existe país no mundo que faz o que São Paulo faz: aplicar 12% de sua arrecadação em ensino superior, pesquisa e desenvolvimento tecnológico”. A conta que apresenta, somando os repasses do Tesouro Estadual às universidades estaduais, ao Centro Tecnológico Paula Souza (Ceeteps) e à Fapesp, é obviamente falsa. A Fapesp recebe 1% da arrecadação de impostos, mas os 9,57% da QPE-ICMS não correspondem a 9,57% da arrecadação de impostos do Estado, e nem o orçamento do Ceeteps, deixado à míngua pelo governo Alckmin, seria capaz de completar os supostos “12%”.

A estratégia de descolar-se da gestão da qual foi destacado protagonista não se limitou à campanha para reitor. Alegou e ainda alega que, ao tomar posse do cargo de reitor, desconhecia a situação financeira da universidade. “Claro, há quem diga que eu deveria saber como estavam as contas, pois fui da gestão anterior. Mas não só eu, como os outros pró-reitores e mesmo o vice-reitor não sabíamos”, declarou a *Veja*. É fato, porém, que a Pró-Reitoria de Pesquisa liberou importante volume de verbas para a disseminação de Núcleos de Apoio à Pesquisa (NAPs), outro fator relevante para sua eleição. Como M.A. Zago não faz o tipo ingênuo, sua versão soa inverossímil.

Como o relatório final da comissão *ad hoc* criada pelo próprio M.A. Zago rejeitou enfaticamente a proposta de desvinculação do Hospital Universitário (HU), e o governo estadual rechaçou a ideia de assumir sua gestão, o reitor recorreu à tática do sucateamento

As derrotas pontuais que sofreu em 2014 não foram suficientes para reverter o processo de desmonte planejado pelo reitor. Em 26 de agosto de 2014, conseguiu que o Co aprovasse as primeiras medidas contra os hospitais da USP e o início da redução do corpo de funcionários, dando início a uma longa série de atrocidades administrativas, demonstrações de autoritarismo e de má-fé no trato da coisa pública. Nessa reunião do Co foi aprovada, de maneira ilegal porque sem o necessário quórum qualificado de dois

terços, a desvinculação do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC), transformado subitamente em “entidade associada à USP”, aberração jurídica que foi a solução encontrada pela Reitoria para livrar-se desse órgão da universidade. Nessa mesma ocasião o reitor pretendia desvincular também o Hospital Universitário (HU), mas deparou-se com forte resistência e teve de criar uma comissão incumbida de estudar a situação do hospital. Conseguiu aprovar, ainda, o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), dando início a um processo de desligamento em massa de funcionários (**vide p.87**). Cabe destacar que essas me-

didias foram anunciadas apenas 15 dias antes de serem levadas a voto no Co. Nos três anos seguintes do mandato a gestão M.A. Zago-V. Agopyan daria continuidade à sua obra de destruição da USP.

Como o relatório final da comissão *ad hoc* criada pelo próprio reitor rejeitou enfaticamente a proposta de desvinculação do HU, ressaltando sua importância para a universidade, e o governo estadual rechaçou, igualmente, a ideia de vir a assumir a gestão do hospital, M.A. Zago — obcecado pela avaliação simplista de



Ato em defesa do Sintusp (2016), com a presença de Eduardo Suplicy (PT) e Carlos Giannazi (PSOL), antes da construção da grade que cercou a Reitoria

que o HU “consome 12% das receitas da USP” — recorreu a outras táticas. O corte do pagamento dos plantões médicos, bem como a saída de 200 funcionários e 18 médicos que aderiram ao PIDV, representaram um duríssimo golpe no funcionamento do hospital. Dezenas de leitos e setores inteiros foram desativados, com impacto negativo tanto para a formação de alunos de diversos cursos da área da Saúde como para a população atendida pelo HU.

O fundamento retórico da agressão ao HU e ao HRAC é o discurso falacioso de que a universidade precisa abrir mão das “atividades-meio” para concentrar-se somente nas “atividades-fim”. O corte de matrículas em todas as creches mantidas pela USP, em 2015, foi explicado como neces-

sário em decorrência do desligamento de funcionários dessas unidades inscritos no PIDV, como se a Reitoria não tivesse a obrigação de oferecer matrículas e de repor funcionários desligados “voluntariamente”. No início de 2017, o fechamento da Creche Oeste foi justificado com a cantilena do “caráter descartável” das “atividades-meio”. Tudo isso como se creches, hospitais e museus da USP não fossem reconhecidos centros de pesquisa, além de importantes instrumentos de extensão (**vide p.62, 71 e 79**).

Vimos, acima, que deve-se à gestão M.A. Zago-V. Agopyan o fracasso da proposta de reforma do Estatuto da USP, iniciada na gestão J.G. Rodas com mudanças cosméticas no processo eleitoral de reitor e diretores

de unidade. Ao desembaraçar-se do fardo da reforma do Estatuto, com suas implicações democratizantes, o reitor pôde dedicar-se ao que realmente lhe interessava: a implantação de medidas que permitissem domesticar e controlar o corpo docente e quebrar a “dinâmica sindical”.

Até chegar onde queria, M.A. Zago encetou, irresponsavelmente, diversos experimentos institucionais. Desde o início da gestão houve uma retomada do viés policiaisco da CERT, surgido nos anos 1990, quando essa comissão extrapolou de muito suas atribuições, passando a recomendar o rebaixamento de regime de docentes que incorressem em suposto desempenho insatisfatório. Não satisfeita com o recrudescimento da sanha persecutória da

CERT, a Reitoria criou, já em 2014, o GT-AD, incumbido de formatar uma nova carreira, à revelia e concorrendo com o trabalho desenvolvido pela Caeco.

À desastrosa trajetória do Grupo de Trabalho Atividade Docente (GT-AD), o reitor reagiu criando um novo grupo, a “Comissão dos Sete”, formalmente encarregada de propor uma ampla reforma do Estatuto. Mas a missão da “Comissão dos Sete” era “repaginar” as propostas do GT-AD

O relatório final do GT-AD, que não apresentava qualquer diagnóstico mas propunha avaliações quinzenais de todo o corpo docente, ingresso de docentes na carreira sempre em Regime de Turno Parcial (RTP) e nunca em RDIDP, possibilidade de demissão de docentes com desempenho considerado insatisfatório etc. foi totalmente rechaçado em diversas congregações, a começar pela maior das unidades, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Concorreu para o fiasco do GT-AD a postura arrogante, cínica do seu presidente, Ricardo Terra, outro quadro de confiança do reitor incapaz de conviver com a divergência.

À desastrosa trajetória do GT-AD, M.A. Zago reagiu criando um novo grupo, a “Comissão dos Sete”, a quem atribuiu não menos que a “incumbência de analisar e propor alterações estatutárias e regimentais no âmbito da USP” (*Diário Oficial do Estado de São Paulo* de 5/9/15, Poder Executivo, Seção I, p. 65). Aos fracassados de aventuras anteriores — Ricardo Ribeiro Terra, ex-presidente

do GT-AD, e Carlos Ferreira Martins, ex-presidente da Caeco — juntou outros nomes da sua absoluta confiança: o pró-reitor Carlos Gilberto Carloti Júnior (presidente), a superin-

tendente jurídica Maria Paula Dallari Bucci, Adalberto Américo Fischmann (FEA), José Rogério Cruz e Tucci (FD), Victor Wüncch Filho (FSP). Depois de algum tempo constatou-se que a verdadeira missão da “Comissão dos Sete” (à qual, sem alarde, juntar-se-ia posteriormente um oitavo membro: Alexandre Nolasco de Carvalho, do ICMC) era “repaginar” as propostas do GT-AD, de modo a criar novas regras e uma nova estrutura de avaliação do corpo docente: uma reformatada Comissão Permanente de Avaliação (“Nova CPA”) e o “Estatuto do Docente”.

Quando surgiram, em 3 de maio de 2016, as propostas de “Nova CPA” e “Estatuto do Docente” vieram acompanhadas de prazo exíguo para discussão nas unidades e deliberação no Co, de modo a dificultar a resistência. Não bastasse, a Reitoria ainda procurou intimidar as congregações, tentando evitar que se repetisse o vexame do GT-AD. O chefe de gabinete, Thiago Liporaci, assim advertiu os diretores: “Com vistas ao aprimoramento das propostas,

aguarda-se que as Unidades e órgãos encaminhem sugestões de alterações e/ou correções por intermédio do endereço eletrônico *novacpa@usp.br*, até o dia 23 de maio. Deve-se destacar que, por tratar-se de matérias cuja competência para aprovação é do Conselho Universitário, descabe a submissão das propostas a prévia votação em colegiados das Unidades e órgãos”. *Quanta cura!*

Ainda assim, foram muitos os colegiados que, após debate, repudiaram integralmente o novo projeto da Reitoria ou apontaram diversas inconsistências nele, levando o reitor a rever os planos iniciais, dilatar os prazos e introduzir algumas modificações no primário texto original, que continha até erros de português. No entanto, a segunda versão da “Nova CPA” esteve longe de contemplar as principais críticas do movimento docente, e M.A. Zago percebeu que não tinha os votos suficientes para aprovar o projeto, que exigia maioria de dois terços por implicar reforma do Estatuto, uma vez que previa a supressão da CERT. Ele resolveu o problema desistindo dessa supressão. Desse modo, o Co aprovou a proposta por maioria simples. Essa nova estrutura, avalizada por um Co subserviente, destina-se a derrotar o pensamento crítico e a liberdade intelectual do corpo docente da USP, buscando subjugar-lo e colocá-lo a serviço de outro projeto de universidade, vinculado antes ao “mercado” e ao capital do que ao desenvolvimento social (**vide p.100**).

Um balanço completo dessa gestão não pode prescindir de apontar o congelamento dos concursos de docentes e a contratação precarizada de profes-



MUSEU PAULISTA FECHADO ATÉ 2022

Conhecido como “Museu do Ipiranga”, o Museu Paulista está fechado desde 2013 para restauração, porém as obras só começaram em 2017. A reabertura está prevista para 2022, totalizando quase uma década fechado ao público (exceto por visitas monitoradas de pequenos grupos). Seu acervo reúne aproximadamente 450 mil itens, datados do século XVII em diante. Segundo a *Folha de S. Paulo*, a restauração deverá custar R\$ 100 milhões, quase cinco vezes o valor originalmente previsto de R\$ 21 milhões.

sores doutores por cerca de R\$ 1.800; o desmantelamento da Guarda Universitária e a demissão da superintendente de Prevenção e Proteção, professora Ana Lúcia Pastore Schritzmayer, quando ela tentava implantar um autêntico policiamento comunitário na universidade (ao invés do enganoso sistema “Koban” da PM); os escandalosos casos de conflito de interesses na Fundação USP (FUSP) e na Escola Politécnica,

este envolvendo a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE), ambos sem qualquer punição, bem como o incentivo à “indústria” de cursos pagos, cuja receita anual já alcançava, em 2014, R\$ 89 milhões, segundo dados da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão; o fechamento, por quase uma década, a pretexto da necessidade de reformas, do Museu Paulista (Museu do Ipiranga). Contudo,

nos limitaremos a citar os dois fatos mais graves ocorridos em 2016 e 2017.

A denúncia anônima recebida pela Adusp, em setembro de 2016, de que a Reitoria estaria em tratativas sigilosas com a consultoria internacional McKinsey&Company e com a “organização social” Comunitas para reformular totalmente a gestão financeira da USP revelou-se fundamentada no essencial, apanhando de surpresa o reitor e sua *entourage*. Aos poucos, em meio às falácias do reitor, foi-se conhecendo a verdade sobre este projeto, denominado “USP do Futuro”. Os acordos com a McKinsey e a Comunitas foram costurados à revelia do próprio Conselho Universitário. A COP deu seu aval à “doação” dos serviços da McKinsey quando este acordo já es-

tava assinado pela Reitoria. A McKinsey começou a atuar no projeto em segredo, meses antes da formalização dos acordos. Embora o reitor tenha alardeado que o pagamento dos serviços seria bancado por “empresários de sucesso, ex-alunos da USP”, dois dos seis magnatas que financiam o projeto nunca estudaram na universidade.

Muita coisa ainda não se sabe, pois a Reitoria recusa-se a liberar toda a documentação, e a ação judicial ajuizada pela Adusp com o propósito de que a Lei de Acesso à Informação seja cumprida nesse caso ainda não surtiu efeitos. Mas ficou claro que há coincidências demais entre as propostas já anunciadas da McKinsey e as medidas que o reitor vem tomando, tanto na questão da avaliação do corpo docente como no tocante ao “ajuste fiscal”. A McKinsey tornou-se conhecida por seu receituário tipicamente neoliberal, constituído por recomendações ao poder público de privatização, terceirização, enxugamento de custos e similares. Não seria de espantar que fosse de sua autoria o documento “Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira da USP”, surgido do nada em plena véspera de Carnaval para ser votado em duas semanas.

Para que seu draconiano pacote fiscal fosse aprovado na reunião de 7 de março de 2017 do Co, M.A. Zago, que prometera jamais apelar à PM, não hesitou em convocar um pelotão de choque. Alunos, funcionários e professores foram agredidos e feridos pela PM a golpes de cassetete, bombas e balas de borracha

Inspirados na Lei de Responsabilidade Fiscal adotada no governo de Fernando Henrique Cardoso, os “Parâmetros de Sustentabilidade” impõem um teto para despesas com pessoal de 85% da receita, que, uma vez ultrapassado, estará autorizada a demissão de servidores concursados (docentes e não docentes). A Reitoria alega que a folha consome atualmente 105% das receitas. Por outro lado, os “Parâmetros” prevêm uma proporção de 40 docentes para 60 funcionários, a qual para ser alcançada nas condições atuais exigirá a demissão de 5 mil funcionários não docentes.



Força Tática da PM e fuzilmetralhadora em defesa da grade na ECA

Para que este draconiano pacote fiscal fosse aprovado na reunião de 7 de março de 2017 do Co, M.A. Zago, aquele que quando candidato prometera jamais apelar à PM, não hesitou em convocar um pelotão de choque para reforçar sua guarda pretoriana de rotina, formada por supostos policiais militares “comunitários”. Estudantes, funcionários e professores foram agredidos e feridos pela PM a golpes de cassetete, bombas e balas de borracha. No térreo da Reitoria, uma sala foi improvisada como cárcere de manifestantes algemados, enquanto alguns andares acima o reitor e seus áulicos tocavam a votação dos “Parâmetros”,



Acima: repúdio à construção da grade da ECA (janeiro de 2016). Abaixo: alunos protestam em defesa da Prainha e contra a grade (agosto de 2017)

Daniel Garcia



saindo vitoriosos, embora com alguma dificuldade (**vide p.87 e 108**). No dia 11 de abril a votação do projeto foi completada com a aprovação de vários destaques que não modificaram essencialmente o texto original.

Os acordos com McKinsey e Comunitas, impulsionados pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB); a participação do reitor na RedEmprendia, organização ligada ao Banco Santander; a tolerância, para não dizer benevolência, frente aos conflitos de interesses existentes no Co e nas unidades; por fim, as recentes declarações de M.A. Zago ao Co em defesa de maior aproximação com o empresariado. Todos

esses são sinais de que será intensificada a promiscuidade entre público e privado na USP, a serviço do “mercado”. As medidas de ajuste fiscal, em especial os “Parâmetros”, convergem com esse rumo enviesado, porque jogam nas costas da força de trabalho os custos do desfinanciamento, ao mesmo tempo em que desresponsabilizam o governo estadual e abrem canais para aquilo que o setor de acadêmicos pró-mercado já está chamando de “captação periférica de recursos”.

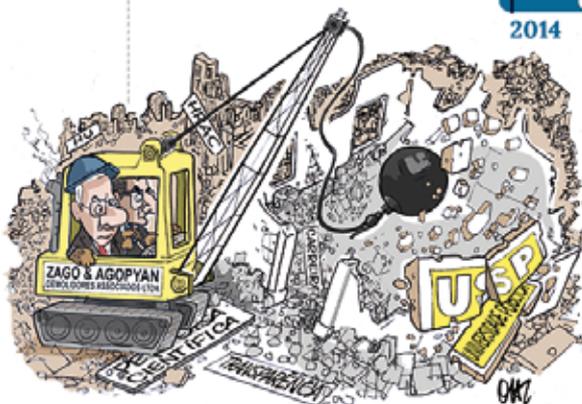
Seguirá havendo resistência, no entanto. Exemplo disso é que o reitor nunca se deparou com tanta

oposição dentro do Co. Sua vocação para a tirania, que frequentemente transborda para a grosseria no trato com seus oponentes — incluída uma chocante misoginia — vem recebendo o devido contraponto de diferentes conselheiros e conselheiras. Por outro lado, aventuras irresponsáveis como a criação, em julho deste ano, de um curso de Medicina na Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB) após tramitação galopante (15 dias!), apenas para livrar-se do HRAC e satisfazer apetites eleitorais do PSDB, chocam a comunidade universitária por sua desfaçatez (**vide p.30**).

Descaminhos da gestão

Atual reitor tomou posse em 25 de janeiro de 2014 e deixou

Desmonte e precarização



maio
USP propõe zero de reajuste salarial para funcionários e docentes

setembro
Governador estadual rejeita incorporar HU e HRAC; Aprovado no CO o 1º PIDV

agosto
Estadão e Reitoria PRCEU a e descor

2014

2015

agosto
Reitor anuncia desvinculação do HU e HRAC; CO aprova desvinculação do segundo

janeiro
Reitoria fecha a Creche e corta 141 vagas nas Creches da USP



Resistê

Avaliação docente

2014

abril
Reitor cria Grupo de Trabalho Atividade Docente (GT-AD)

junho
Reitor declara que docentes são "acomodados"

2015

Congelados os concursos de docentes, precariza-se a contratação de doutores

junho
Gabinete do reitor encaminha "Propostas Iniciais" do GT-AD

setembro
Diário Oficial publica criação da "Comissão dos Sete" pelo reitor, com poderes para propor reforma do Estatuto da USP

2016

março
Reitor anuncia proposta de "Nova CPA"

novembro
CO aprova "Nova CPA" e "Estatuto do Docente"

Repressão

2014

2016

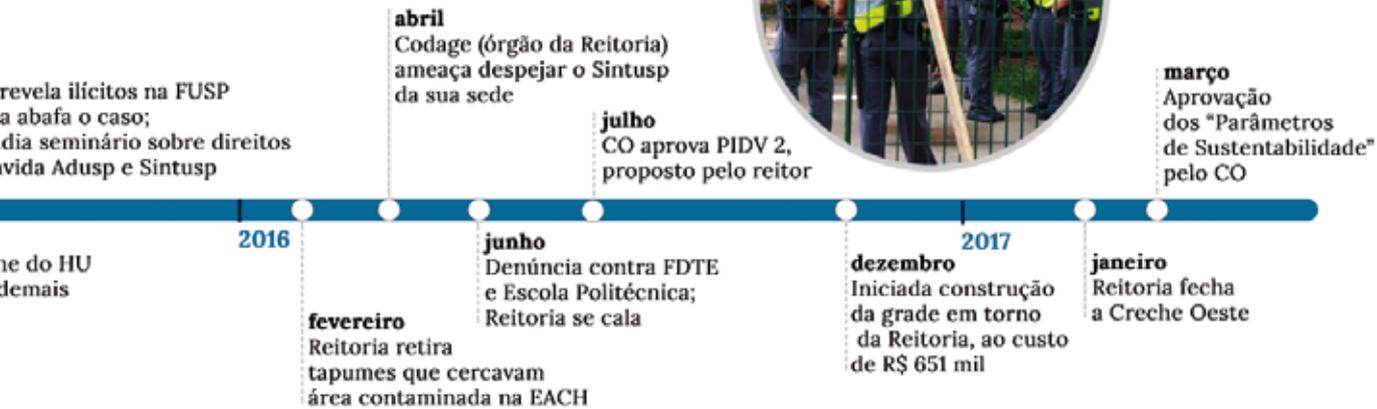
maio
Reitoria corta ponto dos funcionários em greve e desconta dias parados

junho
Tropa de Choque invade Crusp

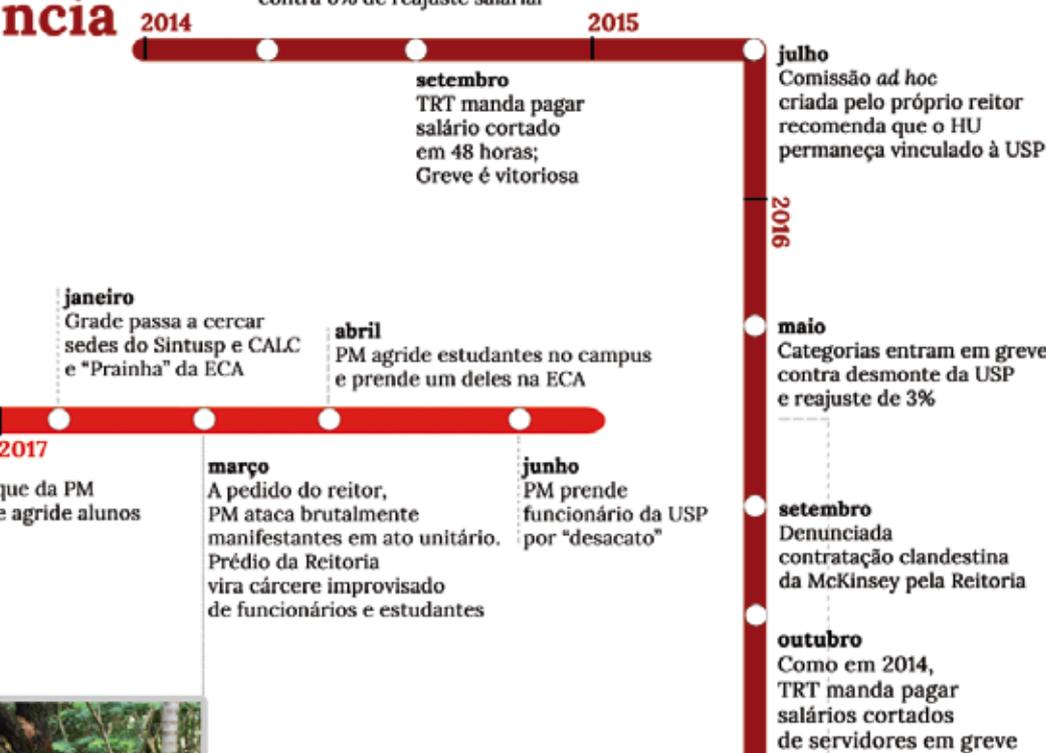


Zago

...rá o cargo ao final de 2017



ncia



2017

- março** A pedido do reitor, PM ataca brutalmente manifestantes em ato unitário. Prédio da Reitoria vira cárcere improvisado de funcionários e estudantes
- junho** PM prende funcionário da USP por "desacato"
- fevereiro** MPT defende Sintusp. A contragosto, Reitoria cede outro local no campus para sede do sindicato
- abril** Justiça suspende reintegração de posse da Creche Oeste



INFOGRAFIA: Marcelo Grava. Fotos: Daniel Garcia

“MISTURA PERFEITA”

RUMO À “UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA”

Pedro Estevam da Rocha Pomar
Editor da *Revista Adusp*

Santander/Divulgação



Reitor M.A. Zago, da USP, e Ana Botín, presidenta do banco Santander: entusiasmo

O conflito de interesses permeia a vida dos colegiados e unidades da USP. Cerca de 30% dos membros do Conselho Universitário (Co) são ligados a fundações privadas “de apoio” ou entidades assemelhadas. Por outro lado, prosperam as “parcerias” com empresas. Uma das mais sólidas é aquela que vincula a USP ao banco Santander. O reitor M.A. Zago se tornou presidente da organização RedEmprendia, ligada ao banco espanhol, e esteve em Santiago de Compostela para presidir o evento Spin 2016. Assim, o Santander e as articulações que impulsiona parecem ter fornecido boa parte do vocabulário político-institucional do reitor

Na segunda metade do mandato, a partir de 2016, tornou-se mais nítido o alinhamento ideológico e político da gestão M.A. Zago-V. Agopyan ao chamado “mercado”. As aventuras do reitor no sedutor mundo empresarial, que tiveram como ápice a contratação indireta e clandestina da McKinsey&Company como conselheira da Reitoria, só foram possíveis porque o conflito de interesses foi naturalizado na USP desde muito antes.

O processo de privatização da USP teve início nas décadas de 1960 e 1970, quando foram criadas as primeiras fundações privadas, ditas “de apoio” à universidade. Recebeu impulso nas décadas de 1980 e 1990, graças à ascensão do neoliberalismo e ao governo FHC, que regulamentou a atuação das fundações privadas “de apoio” nas universidades federais. Essa legislação ofereceu uma cobertura indireta às entidades privadas que proliferavam na USP, Unesp, Unicamp e outras instituições públicas estaduais. As fundações “de apoio” passaram a realizar centenas de contratos milionários com entes federais (administração pública direta e indireta), quase sempre sem licitação.

Outro fator decisivo para a proliferação das fundações “de apoio” em São Paulo foram os governos do PSDB, que estimularam essa ilegalidade ao permitir e estimular que órgãos públicos — secretarias de Estado e empresas estatais — contratassem, sem a devida licitação, os serviços dessas entidades privadas indevidamente abrigadas nas universidades. Tais transações permitem a esses órgãos do Estado (e aos grupos que os controlam) esquivar-se de maior atenção dos órgãos de controle, pois as fundações privadas ditas “de apoio” acabam sendo vistas pelo meio externo como sendo parte da universidade, recebendo

uma indevida aura de credibilidade. Hoje atuam nos *campi* da USP nada menos do que 30 fundações privadas desse tipo, a maioria das quais utiliza prédios, equipamentos, pessoal da universidade (e às vezes até mesmo a logomarca) para alavancar rentáveis negócios privados: cursos pagos, consultorias e outros projetos. A indústria dos cursos pagos tem-se mostrado negócio altamente rentável na USP, como mostram os dados oficiais fornecidos pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU). Em 2013 e 2014, a receita desses cursos alcançou R\$ 89,3 milhões e R\$ 87,7 milhões, respectivamente (vide **Tabelas 1 e 2**).

O conflito de interesses permeia a vida dos colegiados e unidades da USP. Cerca de 30% dos membros do Conselho Universitário (Co) são ligados a fundações privadas “de apoio” ou entidades assemelhadas. O próprio reitor presidente o Conselho Curador da Fundação USP (FUSP), entidade privada. Em cenário similar ao de outras unidades, o diretor da Escola Politécnica (EP) é membro do Conselho Curador da Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE), entidade privada. Tanto a FUSP como a FDTE intermediam, a cada ano, centenas de projetos remunerados de docentes de diferentes áreas da USP, contratados por empresas como Petrobras, Suzano Papel e Celulose, Brasken e outras para prestar serviços e consultorias.

Importante e documentada denúncia feita pelo jornal *O Estado de S. Paulo* a respeito de irregularidades e conflito de interesses na FUSP, em agosto de 2015, envolvendo projetos de diversos docentes da EP, teve como única consequência prática o afastamento do diretor da fundação. Apesar de prometer “transparência” na apuração, a Reitoria abafou o caso. Em 9 de outubro, o *Informativo Adusp* 408 publicou a nota intitulada “Falta transparência à investigação da FUSP”, na qual registra que, dois meses após a divulgação, pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, de denúncias sobre conflito de interesses na FUSP “envolvendo a execução de contratos milionários com o poder público em benefício de empresas pertencentes a docentes da USP, a Reitoria não voltou a tocar no assunto desde seu comunicado de 17/8”, quando o reitor anunciou a constituição de uma Comissão Sindicante e prometeu manter a comunidade universitária “informada sobre o andamento dos trabalhos da Comissão Sindicante e das medidas tomadas pela fundação”.

Na verdade, dizia a nota, sequer os nomes dos membros da Comissão Sindicante foram divulgados. “O *Estadão* revelou que familiares do professor José Roberto Cardoso



Em Ribeirão Preto, cidade de origem do reitor, fundação autoproclamada "de apoio" usa e abusa de outdoors com a logomarca da USP

[diretor da fundação privada à época da denúncia, afastado pelo reitor] são os proprietários nominais de uma empresa subcontratada pela FUSP por R\$ 546 mil. E identificou 44 contratos firmados pela fundação com 12 empresas de docentes, num valor total de R\$ 2,3 milhões”.

O projeto de um docente da Escola Politécnica com a FDTE foi autorizado pessoalmente pelo diretor da EP, que é membro do Conselho Curador daquela fundação. O docente em questão, professor titular em RDIDP, coordena ou coordenou, desde 2009, 32 projetos remunerados via FDTE e 41 pela FUSP

Em 2016, o *Informativo Adusp* publicou reportagem a propósito da denúncia de uma empresa privada de engenharia naval contra a FDTE, representada por um docente da EP numa licitação realizada pelo Porto de Suape (PE). A proposta do docente, que foi vitoriosa, falava em “equipe USP” e prometia empregar no serviço licitado o Tanque de Provas Numérico (TPN), sofisticado laboratório da EP. Isso levou a empresa concorrente a procurar a direção da unidade, a Procuradoria Geral da USP e a própria Reitoria para protestar contra o que considerou favorecimento da FDTE pela universidade e concorrência desleal. A empresa foi hostilizada pelo diretor da EP e ignorada pela Reitoria.

O *Informativo Adusp* mostrou que o projeto do docente com a FDTE foi autorizado pessoalmente pelo diretor da EP, que como mencionado é membro do Conselho Curador daquela fundação e portanto incidiu em conflito de interesses. Revelou ainda que o docente em questão, professor titular em dedicação exclusiva (RDIDP), é sócio de uma empresa, ex-sócio de outra e coordena ou coordenou, desde 2009, a espantosa quantidade de 32 projetos remunerados intermediados pela FDTE e outros 41 intermediados pela FUSP.

Tratava-se apenas da ponta de um *iceberg*, a sugerir ampla investigação e medidas saneadoras. Mas, apesar da farta documentação, nada aconteceu. A Reitoria não se manifestou sobre o caso. O reitor evita chocar-se com uma “bancada” que constitui quase uma terça parte do Co. Além disso, ele nada tem contra as fundações privadas “de apoio”, pelo contrário. Foi diretor clínico do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (HCFMRP), equipamento público que é inteiramente controlado por uma dessas fundações, a Faepa.

A gestão M.A. Zago-V. Agopyan, que vive a perseguir modestos centros acadêmicos por suposta apropriação indevida de espaços da universidade, e não descansou enquanto não expulsou o Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp) da sede em que esteve, regularmente, por décadas, jamais se preocupou em recuperar os próprios ocupados até hoje por fundações “de apoio” como a Vanzolini na EP, ou a Fundecto na Faculdade de Odontologia, para ficar em dois exemplos apenas. Na cidade de origem do reitor e até em rodovias da região, a Fundace, entidade privada “de apoio” constituída por docentes da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP), continua a estampar a marca USP nos outdoors em que anuncia seus cursos pagos.



Para presidir a COP, a mais estratégica comissão do Co porque fornece ou reforça o discurso de gestão empresarial das finanças da universidade, o reitor foi buscar o professor Adalberto Fischmann, diretor da FEA e um dos responsáveis pela criação da Faculdade FIA. Essa “instituição de ensino”, que oferece um curso de graduação em economia concorrente com o da FEA, foi criada por docentes dessa unidade em 2011, com o beneplácito do então reitor J.G. Rodas. A FIA, Fundação Instituto de Administração, cresceu apoiando-se na USP, de quem dizia ser fundação “de apoio”. Posteriormente o “apoio” desapareceu de seu estatuto, logo em seguida surgindo a Faculdade FIA. Com tais credenciais, Fischmann tornou-se presidente da poderosa COP, que decide, a cada ano, quanto receberá cada uma das unidades de ensino da USP.

O “mercado” tem nas fundações “de apoio”, assim, sua face mais ostensiva ou mais institucionalizada na USP. Há outras, como as notórias “parcerias”, que abrangem um vasto leque de modalidades, setores da economia e setores acadêmicos. Exemplos: a inquietante oferta de disciplinas do curso de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes (ECA) por grandes grupos privados de mídia, como a *Folha de S. Paulo* e o Grupo Bandeirantes; a cessão da Raia Olímpica a quatro agremiações esportivas: Corinthians, Esporte Clube Pinheiros, Clube Bandeirante e Clube Atlético Paulistano (a Reitoria jamais enviou à Adusp os respectivos contratos, solicitados em abril de 2014); o recente acordo firmado pelo atual reitor com o Google, que passará a gerir os bancos de dados da universidade.

Uma das mais antigas e sólidas parcerias, iniciada em 2001, é aquela que vincula a USP ao banco Santander, envolvendo a concessão de diversos tipos de bolsas de estudos, o patrocínio de programas e eventos da universidade, a oferta de cursos de espanhol. Na gestão Suely Vilela (2005-2009), a reitora chegou a tornar-se garota-propaganda do banco em comercial de TV, logo retirado do ar (*Revista Adusp* 45, 2009, p. 12). Na gestão J.G. Rodas, a iniciativa da Reitoria de promover o curso à distância “Vale – Espanhol para professores”, organizado pelo Santander, portal Universia e Instituto Cervantes foi fortemente criticada por um grupo de professores de língua e literatura espanholas e literatura hispano-americana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), que apontaram inconsistências no projeto.

“Nossa universidade está voltada para algumas palavras-chave como inovação, empreendedorismo, globalização”, disse o reitor ao renovar convênio com o Santander em 2014. “Somos parceiros”. O banco permite à universidade “aproximação com o mercado”, elogiou

Tabela 1- Fundações privadas ditas “de apoio” e convênios vigentes com a USP (2014)

Fundação Bauruense de Estudos Odontológicos (Funbeo)	4
Fundação Vanzolini	9
Fundação de Apoio à Física e à Química (FAFQ)	3
Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (FUSP)	26
Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (Fealq)	48
Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas	2
Fundação Faculdade de Medicina (FFM)	15
Fundação Instituto de Administração (FIA)	2
Fundação Instituto de Enfermagem de Ribeirão Preto (Fierp)	6
Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE)	5
Fundação Medicina Veterinária (Fumvet)	2
Fundação Odontológica de Ribeirão Preto	8
Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Odontologia (Fundecto)	26
Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE)	18
Fundação para o Incremento da Pesquisa e do Aperfeiçoamento Industrial (Fipai)	1
Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (Fundace)	22
TOTAL	197

Fonte: PRCEU

Tudo indica que o reitor M.A. Zago resolveu apostar nessa antiga relação com o influente banco privado. O primeiro passo foi dar continuidade à parceria, em novembro de 2014. “Aconteceu na Torre Santander a renovação do convênio de colaboração acadêmica entre a Universidade de São Paulo (USP) e o Banco Santander. O evento contou com a presença do reitor da instituição, Marco Antonio Zago e da presidenta do Banco Santander, Ana Botín em sua primeira viagem oficial ao Brasil após assumir o cargo”, descreveu a página oficial do Santander (<http://bit.ly/2ujjqY9>). “Por meio da Divisão Global Santander Universidades já foram investidos R\$ 2,8 bilhões em iniciativas educacionais no mundo, totalizando 1.100 parcerias com universidades. Desse total, 450 são brasileiras”. A página oficial da Reitoria informou que o investimento previsto na USP seria de R\$ 30 milhões, até 2018. O reitor declarou que entre 2001 e 2014 o convênio distribuiu 17 mil bolsas.

As instituições “têm que derrubar suas próprias muralhas”, teria comentado M.A. Zago na abertura da solenidade, segundo o portal do Santander. “É preciso abrir-se para os movimentos sociais, a sociedade, as empresas, a imprensa. Os programas [previstos no convênio] trazem o benefício dessa convivência”. Que fique claro: a alusão aos “movimentos sociais” é puro exercício de retórica, como o próprio reitor deixaria claro imediatamente:

Tabela 2- Fundo de Recolhimento de Taxas de Convênios (em R\$)*

Ano	Valor recolhido	Receita dos cursos
2010	2.478.993	49.579.880
2011	3.252.884	65.057.680
2012	4.045.279	80.905.600
2013	4.466.116	89.322.340
2014	4.389.448	87.788.980
Totais	18.632.723	372.654.480

*Elaborada pelo Informativo Adusp com base em dados fornecidos pela PRCEU (2014) e pela Reitoria (2015), que atualizou os valores referentes a 2014

“Nossa universidade está voltada para algumas palavras-chave como inovação, empreendedorismo, globalização, fortalecimento íbero-americano e nisso tenho certeza que nós e o Santander somos parceiros”.

Em julho de 2015, durante encontro de reitores patrocinado pela Universia, entidade montada pelo Santander para atuar na área universitária, M.A. Zago voltou a derrear-se em elogios ao banco: “Há uma clara aliança que ocorre entre o mundo acadêmico, institucional e empresarial promovida pelo Santander. Isso foi muito significativo. A educação é uma responsabilidade de toda a sociedade. Esse apoio do Santander e Universia faz toda a diferença”. Novas frases-feitas e metáforas levaram a um final conhecido: “Uma atividade de destaque é a aproximação com o mundo empresarial. Nessa área, o Santander joga um jogo

muito importante. É um jogo que ajuda a mudar o futuro da universidade. *Permite a aproximação da universidade com o mercado*” (o grifo é nosso; vide <http://goo.gl/Dv2MwW>).

Em junho de 2016, ele se tornou presidente da organização RedEmprendia, outro *factótum* do Santander, dedicado a “criar uma forte cultura de inovação e empreendedorismo nas comunidades universitárias”. Em setembro do mesmo ano, esteve em Santiago de Compostela, na Espanha, para presidir o evento internacional Spin 2016, organizado pela RedEmprendia e que reuniu mais de 3 mil pessoas. “Elite do empreendedorismo universitário reúne-se em Santiago com políticos, empresários e investidores”, noticiou a página oficial da RedEmprendia. O reitor da USP destacou na ocasião que o Spin2016 reúne “a mistura perfeita entre a universidade e a sociedade, do ensino acadêmico com o empreendedorismo” (<http://bit.ly/2vdkitY>).

Desse modo, o Santander e as articulações que impulsiona parecem ter fornecido boa parte do vocabulário político-institucional de M.A. Zago. Segundo relato do próprio reitor ao Co, em 4 de outubro, quando tentava justificar os acordos com McKinsey&Company e Comunitas, a reunião de Santiago tinha como objetivo “a promoção do conceito de universidade empreendedora” e a ela compareceram “empreendedores, estudantes, investidores, reitores, artistas, esportistas, ministros de Estado e governantes”.

Nessa mesma reunião do Co, o reitor referiu-se aos financiadores do projeto “USP do Futuro”, exaltando-os com base no senso comum mais rudimentar: “São pessoas formadas pela nossa universidade e que alcançaram sucesso na sociedade, por meio de atividades altamente construtivas. São construtores da sociedade. São exemplos que queremos ver repetidos entre nossos alunos graduados. Garantem a criação e manutenção de milhares de empregos”.

É digna de nota, ainda, a desenvoltura e ampliação de atribuições concedidas nesta gestão reitoral à Agência USP de Inovação (Auspín), com apoio do Instituto de Relações Internacionais (IRI). Em setembro de 2016, a Auspín enviou a seguinte chamada aos “prezados pesquisadores”, ou seja, ao corpo docente da universidade: “A Agência USP de Inovação, dentro do Projeto ELAN – European and Latin America Technology based Business Network (<http://bit.ly/2vdomdN>), está organizando no mês de novembro um *Matchmaking* com

empresas e centros de pesquisa da Europa e América Latina com o objetivo de fomentar a transferência de tecnologia nas áreas da saúde, tecnologia da informação e energias renováveis. Os pesquisadores com resultado de pesquisa para transferência de tecnologia nas áreas de saúde, tecnologia da informação e energias renováveis devem fazer seu agendamento.”

Em fevereiro de 2017, a Auspín abriu inscrições para o curso semipresencial “Inovação e Empreendedorismo”, que tem como objetivo declarado “incentivar a capacidade empreendedora dos alunos da USP, tendo em vista a criação de novas *startups* de sucesso”. A universidade literalmente desaparece, para dar lugar ao mercado: “Ao longo do semestre os alunos realizarão projetos que compreendem o ciclo completo de desenvolvimento de novos negócios, incluindo técnicas e ferramentas como *design thinking* e *lean startup*” (<http://bit.ly/2u8Dxt>). O curso tem o *status* de uma disciplina regular, tanto que a inscrição de interessados se deu por meio de requerimento via Sistema Júpiter Web. Em março foi inaugurada, na Praça dos Bancos da Cidade Universitária, próximo à Reitoria, a “Arena Santander”, que é um “espaço voltado para empreendedorismo e inovação, que tem como objetivo enaltecer a importância dos temas para a comunidade acadêmica, pequenos e médios empreendedores e todas as pessoas interessadas”. Supõe-se que o auditório tenha sido financiado pelo banco, mas nem Santander nem Reitoria se pronunciaram sobre o financiamento da obra. M.A. Zago, claro, participou do descerramento da placa de inauguração, na qual se lia: “Nosso propósito é contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem”. De qualquer modo, com a “Arena Santander” a Auspín encontrou um novo canal para suas atividades. A programação de agosto previa um certo Startusp Pitch Day, de cuja abertura fez parte o tópico “Abertura Empreenda Santander”.

O reitor atribui tal relevância ao trabalho da Auspín e de sua congênere Agência USP de Cooperação Nacional e Internacional (Aucani) que ambas foram incluídas na proposta original da nova Comissão Permanente de Avaliação, ou “Nova CPA”, de que falaremos mais adiante. Representantes dessas agências teriam assento na supercentralizada, plenipotenciária comissão incumbida de conduzir tanto a avaliação das unidades como a avaliação de todo o corpo docente da universidade. As contundentes críticas dirigidas pela Adusp a esse aberrante “contrabando” institucional levaram a Reitoria a recuar da proposta, mas sem



Criada por uma fundação dita "de apoio" à USP, a Faculdade Fipecafi não enfrentou problemas para montar estande dentro da FEA

abandonar a perspectiva: reza a resolução que institui a “Nova CPA” que o processo de avaliação deve encorajar “a produção e difusão do conhecimento e a inovação”.

Eventualmente, os reflexos suscitados pelo fervor empreendedorista podem beirar o patético. No dia 7 de junho de 2017, a diretora da Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB), professora Maria Aparecida Moreira Machado, proferiu palestra sobre o tema “Empreendedorismo e Inovação em Saúde - O que é?”. A palestra da diretora da FOB, que por nomeação da Reitoria acumula o cargo de superintendente do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC), abriu as aulas deste ano de uma disciplina da faculdade intitulada “Empreendedorismo e Inovação”. Não é necessário grande esforço cognitivo para compreender os significados e implicações do empreendedorismo numa área tão sensível como a saúde.

A gestão empresarial e meritocrática da USP, que desde o reitorado de José Goldemberg conquistou firme adesão da oligarquia que domina a universidade, encontrou no reitor M.A. Zago um continuador à altura

As manifestações concretas de interesse econômico-financeiro direto ou indireto, com protagonistas bem definidos, não esgotam a presença do mercado na USP. Resta ainda a difusa, onipresente, poderosa visão mercantil da atividade acadêmica e científica, de matriz positivista, a impregnar os critérios e métodos de avaliação do trabalho docente, a dividir os professores em “produtivos” e “improdutivos” e, consequentemente, a ditar benesses ou punições, privilégios ou ostracismos. A gestão empresarial e meritocrática da universidade, que desde o reitorado de José Goldemberg vem conquistando crescente adesão da oligarquia que domina a USP, encontrou no reitor M.A. Zago um continuador à altura.

Tendo presidido a Comissão Especial de Regimes de Trabalho da USP (CERT), o reitor tem familiaridade com a metodologia de “enquadramento” de docentes que apresentem desempenho “insatisfatório”. Essa comissão, cuja atribuição é fiscalizar o cumprimento do regime de trabalho, foi totalmente desvirtuada ao longo dos anos 1990. Passou a avaliar o desempenho acadêmico do corpo docente. Tornou-se um instrumento de perseguição institucional e política a docentes que não se enquadrem nos padrões produtivistas vigentes. Ao mesmo tempo, a comissão historicamente costuma



Reitor inaugura a Arena Santander, "para que os negócios prosperem"

fazer vistas grossas à liberalidade com que grupos de docentes engajados em “projetos” das fundações privadas “de apoio”, na sua maioria professores titulares, cumprem o RDIDP (o caso da EP aqui relatado é um exemplo clássico).

Sob a gestão M.A. Zago-V. Agopyan, a CERT, tendo como presidente o professor Luiz Nunes de Oliveira, recrudescer sua atuação policialesca e punitivista, voltando a fazer recomendações de mudança compulsória de regime de trabalho implicando rebaixamento salarial. Nunes deu início a uma peregrinação pelas unidades, alegando — sem convencer ninguém — que a avaliação é ruim porque os relatórios dos docentes são “mal feitos”. Mas esse esforço não bastou. O reitor queria mais. Necessitava quebrar a espinha dorsal do pensamento crítico, eliminar as veleidades de independência intelectual do corpo docente, domesticar a rebeldia a pretexto de combater a “acomodação”, de modo a abrir caminho para seu “empreendedorismo universitário”.

Coincidência ou não, a proposta de uma “Nova CPA”, dotada de poderes previstos em norma para executar, sem sobressaltos, tudo aquilo que a CERT vinha executando ilegalmente, surge no mesmo período em que se aproximam da Reitoria, em sigilo, a McKinsey&Company e a Comunitas, esta com seu elen-

co de mecenas bilionários “bem sucedidos” sempre prontos a ensinar à administração pública como proceder com mais “eficiência”: Roberto Setúbal, Rubens Ometto e mais alguns.

O novo “Estatuto do Docente”, conjugado à proposta de “Nova CPA”, impõe “termos de compromisso” para os relatórios julgados insuficientes, criando mecanismos de metas a serem cumpridas compulsoriamente pelos docentes, sob a ameaça, caso não o façam, de terem seus salários reduzidos mediante mudança de regime de trabalho, por exemplo de RDIDP para Regime de Turno Completo (RTC). Tais instrumentos normativos propiciam que o corpo docente torne-se presa fácil, “mão-de-obra” altamente qualificada a ser arregimentada em benefício de interesses econômicos privados, para consecução de projetos contratados por intermédio das já citadas parcerias.

A “Nova CPA” promete cumprir todos os sonhos do reitor, “tocar o terror”, pavimentando o caminho para que o corpo docente da USP possa enfim tornar-se força produtiva a inteiro serviço do capital, sem mais delongas. Em algum momento, o vice-reitor V. Agopyan declarou que USP se encontra pacificada. Decerto, se os planos da Reitoria não forem barrados, teremos, em sentido figurado, a *Pax Romana*: a paz dos cemitérios.



Imaginário encontro entre James Oscar McKinsey e M.A. Zago.
Concepção artística de Vitor Flynn

GESTADO EM SIGILO, ACORDO COM McKINSEY DITA OS RUMOS DA USP

João Peres e Moriti Neto
Jornalistas

A gestão M.A. Zago-V. Agopyan vale-se da tradicional morosidade dos órgãos de fiscalização e controle e aproveita, ainda, a escalada reacionária no país para impor uma névoa sobre o acordo firmado clandestinamente com a consultoria McKinsey&Company e a “organização social” Comunitas. Documentos finalmente cedidos pela Reitoria — meses depois de solicitados pela Adusp — revelam que nove meses antes da contratação a empresa já trabalhava no projeto, que está imprimindo feições de mercado à USP

De longe, enxergamos os olhos grandes, as garras afiadas, o rabo felpudo. Mas o reitor, que a tudo vê de perto, garante que não há motivo para preocupação. O que pensamos ser um predador seria, em verdade, um afável animal.

A história das tratativas e documentos firmados entre a USP, a megaconsultoria internacional McKinsey&Company e a “organização social” Comunitas: Parceria pelo Desenvolvimento Solidário é envolta em mistérios. O caso só se tornou público graças à denúncia anônima recebida pela Adusp e por ela divulgada em 14 de setembro de 2016. Passaram-se mais seis dias até que a gestão de M. A. Zago, abalroada pela denúncia, assumisse publicamente a contratação dos serviços da consultoria, aprovada até aquele momento apenas pela Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP), e não pelo conjunto do Conselho Universitário (Co). O nervosismo da Reitoria transpareceu nas sucessivas atualizações da nota oficial que emitiu. Apenas dois dias depois, em 22 de setembro, claramente motivada pela inesperada revelação, é que se deu a publicação de, tão somente, extratos dos documentos, no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*.

Existe um véu de proteção sobre o contrato, véu que é um traço habitual nas relações entre a McKinsey e o poder público mundo afora. Inicialmente, a Reitoria se recusou a fornecer à Adusp a documentação do caso. Diante do desrespeito à Lei de Acesso à Informação (LAI), em novembro de 2016 a Adusp ingressou com ação no Juizado Especial da Fazenda Pública. Em janeiro seguinte o Gabinete do Reitor permitiu o acesso a alguns dos documentos. Datada de 12 de julho de 2016, a “Proposta de Trabalho” da McKinsey revela que as tratativas sigilosas tiveram início em fins de 2015, ao registrar que os “9 meses de articulação e desenho do projeto não estão incluídos” no preço do projeto.

Um documento da McKinsey, com data de 23 de junho, menciona a criação de um “Comitê de Liderança” formado pelo reitor, vice-reitor e cinco auxiliares, entre os quais o professor Américo Sakamoto, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, coordenador do projeto, e de uma “Equipe de Trabalho” que inclui cinco representantes da universidade citados nominalmente, os quais deveriam dedicar ao assunto “pelo menos 50% do tempo”. A apresentação de tais nomeadas de servidores, assinala o departamento jurídico da

Adusp, “pressupõe a existência de contatos anteriores entre as partes, não formalizados na documentação apresentada”.

A Reitoria solicitou “certa urgência na tramitação” das minutas dos instrumentos jurídicos. Em 14 de julho, dia em que deram entrada na Assessoria de Convênios da Procuradoria Geral da USP, os papéis receberam pareceres positivos de quatro procuradores da universidade, com diferença de minutos entre um parecer e outro.

A Comunitas contratou a McKinsey por R\$ 5 milhões para que preste uma consultoria para a criação de um “modelo de captação de recursos e gestão administrativa e financeira”. A USP seria apenas beneficiária de uma “doação”

A transação é triangular, por isso envolve três instrumentos jurídicos: um *Termo de Doação* firmado pela USP com a Comunitas, esta como representante de “colaboradores particulares ... que se dispõem em [sic] arcar com os custos do projeto ‘USP – Criando Modelos de Excelência de Captação de Recursos e Aprimoramento de Gestão Administrativa e Financeira’”, tendo como anuente a McKinsey; um *Acordo de Cooperação* firmado entre a USP e a McKinsey, com anuência da Comunitas; e um *Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria*, por meio do qual a Comunitas contrata a McKinsey por R\$ 5 milhões com vistas à criação dos citados “modelos” de captação de recursos e de gestão administrativa e financeira, tendo a USP como “beneficiária/anuente”. Desse modo, a USP é beneficiária de uma “doação”. Mas há uma “contrapartida social”: o compromisso da universidade com a execução do projeto e o acesso da McKinsey às informações e à estrutura física da universidade.

Na reunião do Co de 4 de outubro de 2016, o reitor garantiu que aquele era o primeiro encontro do colegiado desde que o contrato fora firmado, o que não é verdade: os papéis foram assinados em 28 de junho e houve reunião do Co em 12 de julho. De novo, em 6 de



Professor Américo Sakamoto

dezembro, logo em seguida ao ajuizamento da ação judicial da Adusp que exige o cumprimento da LAI, M.A. Zago pontuou que “aos poucos” a comunidade acadêmica conheceria os termos do acordo. Ele disse que todos serão consultados sobre cada uma das propostas. Ah, bom! Há, porém, um problema: é que muitas das “sugestões” já estão implementadas ou a caminho de: “desenhar plano de desvinculação dos hospitais”, enxugar o corpo de funcionários (“expandir o Plano de Demissão Voluntária [sic]”), criar fontes privadas de receita, fixar um teto de gastos para a folha de pagamento. Feito o diagnóstico de que “há gasto excessivo com pessoal, que consome 90% do orçamento”, a McKinsey conclui que “80% dos gastos [devem ser] em atividades diretamente ligadas a ensino e pesquisa”.

Até mesmo o Co — alvo de debates na comunidade por motivos como as distorções na sua composição e a forte presença de conflitos de interesses — é tido pela McKinsey como “muito grande”, de modo que poderia ser substituído por um colegiado ainda menor... O estudo apresentado pelo reitor em dezembro de 2016 antecipa diversas propostas, a serem definitivamente configuradas nas três fases complementares. No que concerne à “excelência acadêmica”, ao surpreendente diagnóstico de que “falta avaliação personalizada dos



Professor Ocimar Alavarse

docentes, dificultando o uso de mecanismos de incentivo”, corresponde a recomendação de “criar sistema de avaliação docente, estimulando a progressão horizontal (dentro de uma mesma categoria) e reconhecendo os diferentes perfis de professores”, o que de pronto remete à “Nova CPA”, a hipertrofiada comissão central de avaliação instituída pelo Co em 8 de novembro. Outra “ideia” que afeta a carreira docente é o recrutamento de até 20% do corpo docente entre as universidades tidas como de excelência e entre os “líderes” da sociedade, leia-se do setor privado. Seria o caminho para romper com a atração “passiva” de professores.

“A universidade abre mão da sua gestão”, critica o professor Ocimar Munhoz Alavarse, do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da Faculdade de Educação (FE-USP). “Revela a inconsistência da equipe gestora dessa universidade, que atua completamente ao arrepio de práticas democráticas. Não bastando isso, ainda trazem forças externas. E por que uso a expressão ‘forças externas’? Sabemos de outros serviços que a Comunitas e a McKinsey andaram prestando, para quem fizeram, no que resultaram”.

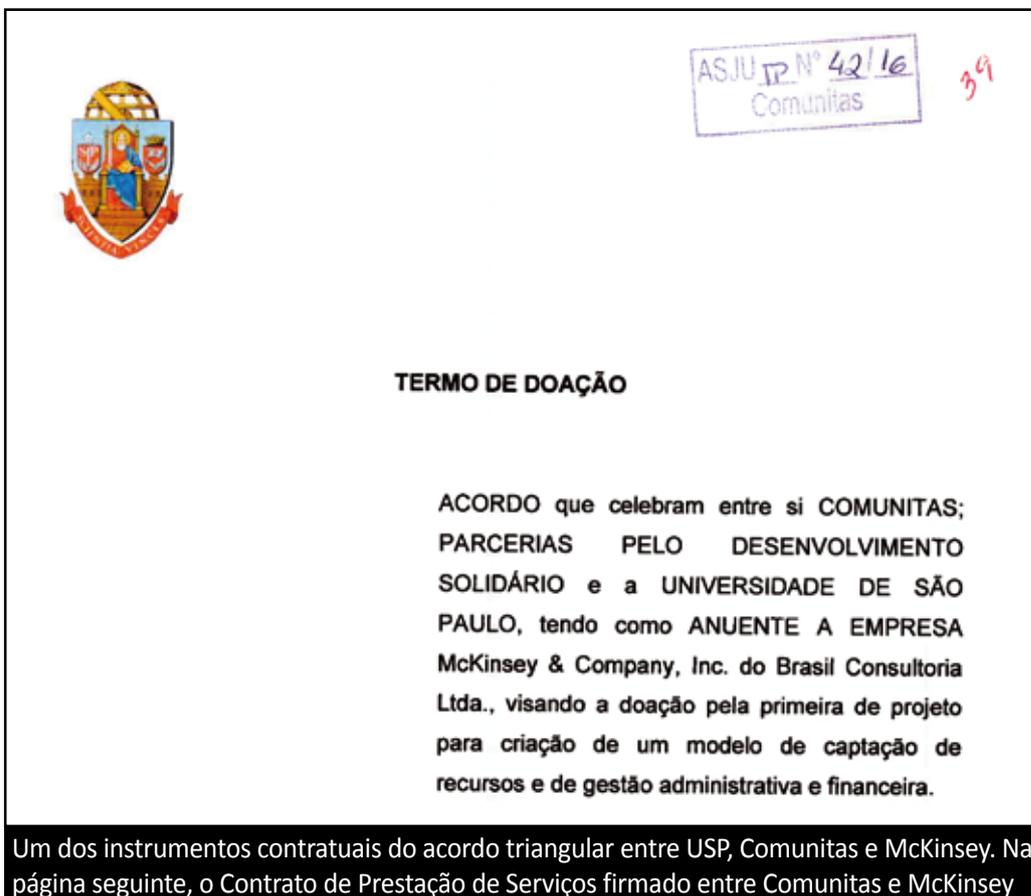
O reitor faz questão de dizer que a McKinsey não é o ponto fulcral: poderia ser qualquer consultoria. Não é bem assim. A empresa tem andado de mãos dadas com o governador Geraldo Alckmin (PSDB), com a Comunitas e outros parceiros estratégicos conectados por um

grupo de empresários que domina crescente fatia do Produto Interno Bruto. Na busca, talvez, de algo alinhado a princípios de *marketing*, o projeto articulado e executado pelas duas organizações privadas foi logo rebatizado de “USP do Futuro”. Nome, quem sabe, mais sintonizado com os tempos atuais. Foi também uma “ponte para o futuro” construída por empresários, a de Michel Temer, que abriu um horizonte vertiginoso para o passado.

M.A. Zago diz que é preciso dialogar com “a sociedade”. Nesta, o que importa é o “setor produtivo”, ainda que ele procure exibir apego à diversidade social. Na já citada reunião do Co de 4 de outubro, na qual esmerouse em desfazer a impressão de que fora apanhado “de calças curtas” no caso McKinsey, ele foi longe nos seus devaneios: “Reitor, vice-reitor, pró-reitores temos nos reunido e debatido questões conceituais e práticas da vida acadêmica e da gestão universitária com governadores, ministros, senadores, deputados estaduais e federais, membros do Judiciário, prefeitos, vereadores, federações de setores da economia, diretores de órgãos de pesquisa, de ciência, de tecnologia, reitores de universidades, embaixadores, membros dos movimentos sociais, empresários, diretores de empresas públicas e empresas privadas, nacionais ou multinacionais, reis, príncipes, presidentes de república, favelados, prelados, militares e artistas” (<http://bit.ly/2uHRME1>). Uma cortina de fumaça retórica, a camuflar o flerte da Reitoria com os magnatas escalados pela Comunitas para bancar o projeto da consultoria norte-americana.

“Há grupos que identificam qualquer aproximação da universidade com, por exemplo, o setor privado, como ameaça à autonomia. Que qualquer aproximação de empresas significaria a subvenção econômica da universidade, em um termo que é usado de maneira muito mal definida: a privatização”, queixou-se ele candidamente, em entrevista concedida ao jornal *Valor Econômico* (publicada em outubro de 2016), ocasião em que reagiu diante da visão de que teria havido falta de transparência nas transações com a McKinsey. “Conversar com governador, ministro, prefeitos, vereadores, deputados, senadores, é fundamental”, prosseguiu o reitor nas declarações ao *Valor Econômico*. “Da mesma maneira, é importante conversar com empresários. E nada melhor do que começar com empresários bem-sucedidos que foram alunos da USP”.

“É um aprofundamento significativo num processo que já vem de muitos anos com as fundações privadas, que é o processo de apropriação privada dos resultados e da produção científica e acadêmica da universidade”, diz Bruno Sperb Rocha



Um dos instrumentos contratuais do acordo triangular entre USP, Comunitas e McKinsey. Na página seguinte, o Contrato de Prestação de Serviços firmado entre Comunitas e McKinsey

Eis mais um ponto em que o reitor foi impreciso. Zago relutou a apresentar os “empresários de sucesso” que decidiram bancar o projeto da McKinsey. Quando finalmente deu a conhecer seus nomes, na reunião de dezembro do Co, revelou que são seis, dos quais apenas quatro são ex-alunos da USP: Pedro Passos (Natura), Pedro Wongtschowski (Ultra), Roberto Setúbal (Itaú) e Rubens Ometto (Cosan). Os outros dois não são ex-alunos: Ana Maria Diniz (Península e Centro de Liderança Pública) e Beto Sicupira (Anheuser-Busch Inbev e 3GCapital).

“É sem dúvida um aprofundamento significativo num processo que já vem de muitos anos com as fundações privadas, que é o processo de apropriação privada dos resultados e da produção científica e acadêmica da universidade”, avalia Bruno Sperb Rocha, representante dos servidores técnicos e administrativos no Co. No principal colegiado da USP, o projeto tem sido contestado por poucas vozes, como as de Sperb Rocha e do professor Marcos Magalhães, do Instituto de Matemática e Estatística. O acordo tem duração de dez meses — portanto, já teria chegado ao fim, não havendo notícia de prorrogação. Há quatro fases previstas, entre diagnóstico, planejamento e execução. O reitor fez

conhecer apenas as linhas gerais da primeira delas.

O projeto “USP do Futuro” define cinco “aspirações”: estar entre as 50 melhores universidades do mundo; atrair e reter os melhores professores da América Latina; ser um modelo de pesquisa de forma sustentável; ser um ponto de conexão do Brasil com o mundo; atrair e reter os melhores talentos do Brasil. Não deixa de ser intrigante que objetivos que parecem inofensivos, simpáticos mesmo, conduzam a medidas de gestão perversas, até cruéis, como as que vêm sendo implantadas pela gestão de M.A. Zago e V. Agopyan.

É possível que tenha sido a McKinsey a verdadeira autora da proposta de adoção de um teto de 85% da receita para gastos com pessoal, sob pena de demissões como preconizado na Lei de Responsabilidade Fiscal. Esta medida é a espinha dorsal do pacote fiscal da Reitoria, que veio a público, convenientemente, às vésperas do Carnaval, sob a charmosa denominação de “Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeiras da USP”. Outra medida determina uma correlação, no quadro de pessoal da universidade, de 40% de professores para 60% de funcionários técnico-administrativos, a ser alcançada tam-

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

McKinsey & Company, Inc. do Brasil Consultoria Ltda. ("McKinsey"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.074.367/0003-97 ("McKinsey") e COMUNITAS: PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.983.242/0001-30 (a "COMUNITAS"), e como Beneficiário/Anuente, a UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, autarquia estadual de regime especial, regida por seu Estatuto aprovado pela Resolução no 3.461, de 07 de outubro de 1988 e pelo Regimento Geral aprovado pela Resolução no 3745, de 19 de outubro de 1990, com sede na Rua da Reitoria, 109, São Paulo-SP, adiante denominada DONATÁRIA, inscrita no CGC sob no. 63.025.530/0001-04, neste ato representada pelo seu Reitor Professor Doutor MARCO ANTONIO ZAGO, pelo presente instrumento declaram estar de acordo com os seguintes termos relativos aos serviços de consultoria que a McKinsey irá fornecer à COMUNITAS em relação ao projeto "USP - Criando Modelo de Excelência de Captação de Recursos e Gestão de Aprimoramento da Administração Financeira" descrito nas propostas da McKinsey apresentadas ao COMUNITAS (os "Serviços"). Em relação a ambas as partes, o termo "afiliadas" significa qualquer entidade que controle diretamente ou indiretamente, seja controlada ou esteja sob o mesmo controle de qualquer uma das partes ou quaisquer entidades afiliadas a qualquer uma das partes ou entidades.

Considerando o Termo de Doação e o Acordo de Cooperação firmado entre as Partes;

Considerando que o resultado do presente Contrato é objeto do Termo de Doação retro mencionado; e

Considerando o mútuo interesse na realização do resultado final do Projeto "USP - Criando Modelo de Excelência de Captação de Recursos e Gestão de Orçamento".

as Partes têm entre si certo e ajustado firmar o presente Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria ("Contrato"), de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

ao escopo, prazo e orçamento do trabalho. A COMUNITAS reconhece ainda e concorda que os Materiais não são para o propósito de constituir consultoria política e não conterão aconselhamento a respeito de políticas públicas.

1.1. As partes concordam que os Materiais preparados relacionados aos Serviços deverão ser executados em benefício da Universidade de São Paulo ("Beneficiário/Anuente") conforme descrito no Anexo II

2. **HONORÁRIOS.** A COMUNITAS pagará a McKinsey por seus honorários profissionais e despesas o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (Os "Honorários") para as 04 (quatro) fases dispostas no Anexo II, sendo certo que, neste momento, apenas a 1ª fase está aprovada, no valor de R\$ 1.750.000,00 (um milhão, setecentos e cinquenta mil reais).

Os valores descritos acima incluem todas as despesas decorrentes dos Serviços, mas são líquidos de impostos aplicáveis (14,25% ISS, PIS e COFINS).

2.1 As Partes ajustam que, as fases 02, 03 e 04, de maneira autônoma, somente serão iniciadas após expressa autorização e comunicação da COMUNITAS e da USP, e que sem a mencionada autorização, as demais fases não poderão ser iniciadas, sob pena da McKinsey arcar com os custos desse trabalho.

O referido pagamento será realizado ao início de cada etapa do projeto, respeitados o disposto no item 2.1. retro, em quatro parcelas, conforme abaixo descrito.

Reitor, diretores da McKinsey e da Comunitas e empresários "doadores" foram recebidos pelo governador no Palácio dos Bandeirantes, em 5 de setembro

O reitor e seus auxiliares dizem ser impossível contar com qualquer aumento nos repasses de ICMS para a USP — fingindo ignorar que o Conselho de Reitores das Universidades Públicas Estaduais (Cruesp), onde M.A. Zago tem assento desde 2014, venha instando o governo estadual a aumentar o índice: inicialmente (naquele ano) de 9,57% para 9,907%; e mais recentemente, de 9,57% para 9,950%! O governador tucano, por sinal,

bém por meio de demissões. Aprovados preliminarmente, com auxílio da Polícia Militar, na reunião de 7 de março do Co, os draconianos "Parâmetros" tiveram sua votação finalizada em 11 de abril, com a aprovação dos destaques.

O professor Paulo Inácio Prado, representante da Congregação do Instituto de Biociências, advertiu que, caso os salários sejam a via escolhida para adequar os gastos com pessoal ao teto, a perda salarial dos docentes será de 24,43% entre 2016 e 2022 — isso, num cenário otimista. O reitor negou cortes salariais, mas se saiu com uma explicação que o desmente: havendo recursos, haverá reajuste.

recebeu em 5 de setembro o reitor, diretores da McKinsey e da Comunitas e empresários "doadores". Segundo M.A. Zago, a ideia do encontro era consultar Alckmin sobre a parceria e o papel da universidade.

Vem de longa data a participação da McKinsey no governo estadual, em especial na Secretaria de Educação. A professora Sônia Kruppa (FE-USP), que vem pesquisando o tema, entende que a consultoria internacional age como facilitadora do processo de privatização, sempre em favor de grandes conglomerados privados.

"Como metodologia, eu estudei a privatização de ou-

tras áreas para discutir a educação no Brasil”, explicou Sônia. No Brasil, a McKinsey formatou a privatização das telecomunicações durante o governo FHC (1995-8). “A McKinsey trabalha de uma forma a privilegiar o privado. A prova disso é como ela atuou no sistema de telecomunicações. A parceria dela com governos do PSDB é antiga no Brasil e ela tem uma atuação há muito tempo nessa direção”. Por essa razão, concluiu, “a USP é super atrativa” (<http://bit.ly/2uJuY6x>).

A *Revista Adusp* apresentou à gestão Alckmin vários pedidos amparados na LAI. O primeiro deles, em 27 de abril, solicitava cópias de todos os contratos firmados entre o governo estadual e a McKinsey. A Secretaria de Governo respondeu que seria necessário apresentar um pedido para cada estrutura governamental, o que nos forçaria ao preenchimento de 26 formulários só no que diz respeito às demais secretarias. Um recurso que apontava a irrazoabilidade desse encaminhamento foi indeferido. Entramos, então, com pedido específico na Secretaria de Educação para conhecer os elos dessa pasta com McKinsey, Comunidades e Falconi. Vinte dias depois, fomos informados de que o prazo havia sido prorrogado. Mas não é tudo. No mesmo 27 de abril, pedimos à Casa Civil cópias das agendas diárias do governador Geraldo Alckmin desde 1º de janeiro de 2011. Nem mesmo essa informação trivial nos foi fornecida.

Também vem de longa data o desprezo do governador pelas universidades públicas. A professora Nina Ranieri, da Faculdade de Direito, foi assessora jurídica do tucano. Num evento recente, ela evitou dizer sem rodeios que Alckmin não gosta da USP, nem da vinculação entre receitas tributárias e o orçamento da universidade. Nina afirmou, no entanto, que esse é um “tema sensível” no Palácio dos Bandeirantes e defendeu que a prática da “autonomia responsável” é fundamental para evitar que se perca até mesmo esse direito. Deduz-se daí que a recente fixação do teto de gastos agradou os palacianos. O próximo passo deveria ser a “profissionalização da gestão” para romper “amarras” do poder público.

O reitor nega que as medidas tragam a privatização silenciosa. Mas apresenta como “alternativa” a ampliação de cátedras financiadas por instituições financeiras e acena com a “falência” da USP caso não se busquem outras receitas, privadas. Informou ao Co que 40 pessoas foram ouvidas pela McKinsey na elaboração do projeto, enfatizando o número, como se fosse significativo diante



Professora Sonia Kruppa

de uma comunidade universitária composta por cerca de 120 mil pessoas, ou pior: diante dos 40 milhões de habitantes do Estado de São Paulo.

Gabrielle Paulanti, coordenadora da Associação dos Pós-Graduandos da USP Capital (APG), revela que o nível de desinformação é alto entre os alunos. “A regra é o desconhecimento. O pessoal da Pós até sabe que tem algo acontecendo, mas não conseguimos informações mais detalhadas a respeito do contrato. Há todo um descolamento da Reitoria em relação à comunidade acadêmica. A repressão, inclusive, garante esse distanciamento”.

O diagnóstico da McKinsey já resultou na criação de um fundo patrimonial, inspirado em Harvard, que buscará “potenciais doadores”. Outra medida é a instalação de um laboratório multidisciplinar para a obtenção de patentes. E, também, o indicativo de que a USP deverá responder sozinha por pelo menos 30% das suas receitas totais, o que implica “o acesso democrático aos espaços e propriedades da universidade de modo economicamente sustentável”. Equação que pode ser traduzida por “permitir que o capital privado utilize livremente, mediante eventual e módico pagamento, os equipamentos da universidade, comprados e bancados por recursos públicos”, tal como já praticado pelas fundações privadas ditas “de apoio”.

Nossos princípios de valoração de projeto focam no relacionamento e impacto

- Abordagem de preço fixo (*team bundles*) permite foco no impacto e qualidade dos recursos e talentos
- Liderança totalmente comprometida participa ativamente do projeto e envolve especialistas sênior de acordo a necessidade
- **Investimentos antes, durante e após o projeto não são contabilizados nos *team bundles* (por exemplo, neste caso os 9 meses de articulação e desenho do projeto não estão incluídos)**
- Melhores talentos e investimento constante em P&D (3 vezes maior que o de Harvard)
- Price leader = maior compromisso com o maior impacto e melhores talentos
- Impacto medido com base em ROI: melhores resultados do investimento realizado

"Proposta de Trabalho" da McKinsey revela que as tratativas se iniciaram muito antes da formalização dos instrumentos jurídicos

No sentido inverso, todavia, nega-se o tal “acesso democrático” aos equipamentos da universidade que garantem a verdadeira extensão, como o HU e o HRAC, dando-se prosseguimento ao sucateamento e às interdições: “Os primeiros serviços afetados são justamente os poucos que a universidade presta para a população pobre. Hospital, creche, escola, políticas de permanência estudantil”, resume Sperb Rocha, representante dos funcionários no Co.

O reitor não fala abertamente em cobrança de mensalidades. E chegou a ser enfático ao rebater à acusação — que consta da denúncia anônima recebida e veiculada pela Adusp — de que a formulação de iniciativas que permitam a cobrança é um dos objetivos do projeto articulado pela Reitoria com a McKinsey e a Comunitas. Mas, embora M.A. Zago negue esta possibilidade, muitos de seus apoiadores têm defendido a medida. O primeiro a se manifestar a respeito, já em maio de 2014, foi o então presidente da COP e diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP), professor Sigismundo Bialoskorski Neto, o “Dr. Sig”, que em debate oficial sobre “Estrutura de poder e governança na USP”, relacionado à discussão da reforma do Estatuto conduzida à época pela Caeco, admitiu ser favorável à cobrança de taxas de alunos regulares da universidade que possam “pagar esse estudo

de uma forma muito confortável”, citando que basta passar à noite na sua unidade “para ver o monte de caminhonete bacana, sabe?” (<http://bit.ly/1CW2Kkq>).

Exatos três anos depois, na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), o seminário “Governança Universitária em Tempos de Crise” reuniu figuras próximas a M.A. Zago, entre elas o vice-reitor V. Agopyan, que não deixou de assentir diante da defesa de captação de receitas no setor privado. “Todo mundo deve pagar, exceto aqueles que não podem”, propôs Carlos Antonio Luque, professor da unidade e presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe, privada), que a exemplo do Dr. Sig lançou mão de um argumento não exatamente científico, mas automobilístico: “A cobrança de mensalidades, pelos carros que vejo nos estacionamentos, pelo perfil que vejo dos alunos, me parece que seria possível”.

A inversão ideológica presente nessa operação de propaganda é desnudada pelo professor Alavarse, da FE. “Os discursos em favor das cobranças se apoiam na caracterização socioeconômica de quem são os alunos. O que temos de fazer é mudar essa composição. Por que não temos que ter alunos que não tenham condições de pagar?”

Já os ex-reitores José Goldemberg e Jacques Marcovitch defendem uma captação “periférica” de orçamento,

em que cada unidade terá de buscar o seu próprio custo. “Creio que essa é uma forma de financiamento que os senhores precisariam olhar com cuidado porque tenho impressão de que é nesse sentido que as coisas vão se mover”, vaticinou Goldemberg durante o evento na FEA, ao mencionar o interesse de uma gigante petroleira em investir na Escola Politécnica. As instalações físicas daquela unidade ostentam bom estado graças ao dinheiro repassado pelas fundações privadas “de apoio”, acrescentou, repetindo assim uma espécie de mantra entoado por essas entidades que é, no entanto, simplesmente falso.

Entre os bem-sucedidos empresários que desejam influenciar os rumos da USP está Rubens Ometto, dono do grupo Cosan, que em 2007 foi alvo de uma operação de fiscalização relacionada à ocorrência de escravidão em lavouras de cana-de-açúcar

Vale repassar o histórico dos “patrocinadores” da parceria entre a universidade e a McKinsey. Começamos pela Cosan, de Rubens Ometto, que em 2007 foi alvo de uma operação de auditores fiscais do Ministério do Trabalho que relacionou a empresa à ocorrência de escravidão em lavouras de cana-de-açúcar. A empresa chegou a ser incluída no final de 2009 na “lista suja” do trabalho escravo, e só saiu dela no começo de 2010 graças a uma liminar.

Pedro Wongtschowski é conselheiro do Grupo Ultra (Ultragaz) e presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi). Apoiou o golpe parlamentar de 2016. A empresa que aconselha saiu lucrando: comprou por R\$ 2,8 bilhões a principal concorrente no mercado de gás, a então estatal Liquigás, em operação que iniciava o desmonte da Petrobras. O atual presidente do Grupo Ultra é Hélio Beltrão Filho, revivendo antigos laços. Seu pai foi ministro durante o regime militar, cujo principal centro de tortura, a OBAN, contou com financiamento e ativa participação corporativa da Ultragaz. História finamente detalhada pelo documentário *Cidadão Bolesen* (2009).

Roberto Setúbal, do Itaú, usou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do governo Michel Temer

para cobrar o desmonte da legislação trabalhista, por meio da adoção de medidas como as jornadas de trabalho flexíveis e a prevalência do negociado sobre o legislado. Setúbal também deixou suas digitais na queda de Dilma. Tudo valeu a pena, pois em abril de 2017 o Itaú recebeu do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) um perdão amigo, que o livrou de pagar a bagatela de R\$ 25 bilhões em impostos pela fusão com o Unibanco. Montante superior às cifras envolvidas nos escândalos da Petrobras e do próprio CARF — somadas. (A mídia registrou a espantosa anistia, mas logo se esqueceu do assunto.)

Pedro Passos, um dos donos da gigante de cosméticos Natura, foi também um entusiasta da assunção de Temer e das reformas que se seguiram. O livro *Sem Maquiagem*, escrito por Ludmila Costhek Abílio, professora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, descreve como a empresa criou um exército de “consultoras” com a finalidade de sonegar direitos trabalhistas.

Em fevereiro de 2017, o reitor empossou os novos membros do Conselho Consultivo da USP. Entre eles estão Pedro Wongtschowski, um dos financiadores do projeto “USP do Futuro”, e Maria Alice Setúbal, irmã de outro financiador, Roberto Setúbal. Conhecida como Neca Setúbal, Maria Alice preside o conselho de administração do Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec). Integra ainda o Conselho Consultivo, entre outros, a ex-ministra Cláudia Costin (governo FHC), que é ex-vice-presidente da Fundação Victor Civita.

O reitor tenta vender certo altruísmo do setor privado, evidenciado nas “doações”. Essa é a base de atuação da Comunitas, uma organização criada pela professora Ruth Cardoso (1930-2008) e de cujos conselhos diretivos fazem parte o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e outros nomes ligados ao PSDB. O principal programa da Comunitas é o “Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável”, uma espécie de consultoria para prefeituras em troca do acesso a dados públicos e da imposição de uma agenda baseada na adoção de métodos empresariais na gestão pública. Os prefeitos engajados no projeto, que hoje já são 17, repetem-se na defesa de que é preciso operar em sintonia com o setor privado.

Uma das figuras de proa da Comunitas é Carlos Jereissati Filho, sobrinho do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e um dos donos de um grupo empresarial que tem nos *shopping centers* o principal ativo. Outras famílias presen-

tes na Comunitas são os Marinho (Grupo Globo), Diniz (Grupo Península), Vilela (Itaú), Camargo Corrêa, Moraes (Votorantim), Gerdau. Uma turma descrita pela revista *Veja* como “um *dream team* de empresários”.

Campinas pode ser considerado o projeto-piloto do programa “Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável”. A Comunitas chegou ao município para desenvolver uma iniciativa na área de educação e, discretamente, apresentou-se como uma “organização sem fins lucrativos que ajuda a administração pública a melhorar a vida dos moradores”.

O contrato firmado em 18 de abril de 2013 — sem licitação, como em outros municípios — evidencia o modo de operar da organização. A começar pelos nomes envolvidos, a situação já não era inédita. Entre os parceiros da Comunitas no convênio figuram o Instituto de Desenvolvimento Gerencial S/A, conhecido como Falconi, e o Centro de Liderança Pública. Além deles, também é parte o Instituto Tellus, um dos articuladores do “Vem pra Rua”, movimento que teve papel importante nos protestos favoráveis ao *impeachment* de Dilma Rousseff. O Tellus exibe no conselho consultivo nomes de peso de Itaú, Grupo Pão de Açúcar, Grupo Votorantim e Grupo Iguatemi. Igual à Comunitas? Sim. Não por acaso, as duas organizações têm o mesmo endereço.

Em Campinas, as prioridades da “parceria” colocaram em destaque que “a gestão pública deve seguir os procedimentos da gestão empresarial adotada pela iniciativa privada”. Assim, as cobranças por resultados passaram a ser dirigidas quase que exclusivamente aos funcionários públicos de carreira, especialmente aos professores, e as responsabilidades dos administradores públicos, “sócios” no projeto, acabaram reduzidas. Foi dificultada a participação dos trabalhadores na discussão das propostas, assim como a das comunidades, em flagrante desrespeito ao regimento do Conselho Municipal de Educação e ao Plano Nacional de Educação, conforme denúncia do Sindicato dos Professores de Campinas e Região e do Coletivo de Educadores da Rede Municipal de Campinas.

Em 2014, a Frente Legislativa em Defesa da Educação Pública protocolou representação no Ministério Público Estadual (MPE-SP). O pedido foi acolhido, mas a apuração corre em sigilo até hoje.

Em Pelotas, no Rio Grande do Sul, um contrato no valor de R\$ 1,5 milhão, tendo como partícipes a Comunitas

e a Falconi, também foi firmado sem licitação, em 2013, e igualmente contestado. O prefeito Eduardo Leite (PSDB) saudou o fato de a cidade não gastar nada com a contratação da consultoria, que apresentou em seguida um plano de estratégia e gestão que extrapolava o próprio mandato em curso. Em fevereiro de 2014, a Prefeitura firmou novo contrato, novamente sem licitação, desta vez com a Falconi, a quem deveria pagar R\$ 2,14 milhões para melhorar o desempenho da cidade em *rankings* educacionais. De imediato a Câmara Municipal questionou o fato de não se contratar uma consultoria local. O contrato foi submetido ao MPE-RS, que estranhou a dispensa de licitação. Em audiência pública na Câmara Municipal, o representante da Falconi, advogado Bruno Miragem, manifestou irritação com as contestações: “A Falconi ganha dinheiro? Ganha, porque é líder de mercado. Nossos valores são compatíveis com o mercado”.

Em novembro de 2015, o Tribunal de Justiça (TJ-RS) determinou o cancelamento do contrato, depois de constatar a existência de várias outras instituições com notória capacidade de prestar consultoria e que, como assinalou o MPE-RS, a Falconi não tem especialização em educação.

Recentemente, a Comunitas passou a dar escala aos projetos, ingressando na administração de cidades maiores: Teresina, São Paulo, Salvador e Porto Alegre. Na capital gaúcha, o tucano Nelson Marchezan Jr. concedeu à Comunitas um poder desproporcional: a nomeação de vários cargos de confiança. Logo no início do mandato, veio a criação de um “banco de talentos”. E lá estava a Comunitas como a responsável por selecionar pessoas. A Prefeitura garante que todo o custo é pago com recursos da organização.

Procuramos a McKinsey para saber mais sobre o contrato com a USP. A assessoria de comunicação informou que a empresa não está autorizada a comentar o caso, por ser uma mera “prestadora de serviços”, e sugeriu procurar a Comunitas. Esta não deu retorno aos pedidos de informações e entrevistas, bem como a Reitoria da USP. Tudo seguia nebuloso. No final de julho, porém, o juiz Luís Manuel Fonseca Pires, da 3ª Vara de Fazenda Pública, acatou a ação da Adusp e determinou à Reitoria que forneça à entidade toda a documentação relacionada ao caso (<http://bit.ly/2w8H75W>). Uma vitória que poderá eventualmente ser revertida em segunda instância, mas confere legitimidade aos argumentos da Adusp, com base na LAI.

CONFLITO DE INTERESSES NATURALIZADO E CONTRATOS SEM LICITAÇÃO

Numa das cláusulas do contrato firmado com a Comunitas com anuência da USP, a McKinsey deixa claro que é sua política, “há muito estabelecida, prestar serviços a clientes concorrentes e com interesses potencialmente conflitantes”



Patricia Ellen, diretora da McKinsey Brasil e responsável pelo projeto "USP do Futuro"

A decisão que um ex-professor do curso de Contabilidade da Universidade de Chicago tomaria após deixar o magistério prepararia a mudança de patamar das consultorias no mundo. O homem atendia pelo nome de James Oscar McKinsey e o ano que corria era 1926, época de fundação da McKinsey&Company. Estava criada aquela que é atualmente uma das três maiores consultorias estratégicas do planeta — as outras duas são a Bain & Company e a Boston Consulting.

James morreu aos 48 anos, em 1937. Foi sucedido por Marvin Bower, considerado, nos EUA, o pai do mercado de consultorias. Se até aquele momento o segmento se restringia a orientar empresas que não atingiam bons resultados, a “era Bower” traria conselhos de estratégia e gestão para ambientes empresariais saudáveis que buscavam crescimento.

Além disso, não se pode esquecer que apenas oito anos tinham se passado do *crash* de 1929. A crise formou o cenário oportuno. Bower se propôs a transformar a McKinsey numa empresa meritocrática e de alto desempenho financeiro, com um ambiente de trabalho intensamente competitivo. Nos anos 1940 e 1950, a consultoria já acumulava grandes lucros e passou a abrir escritórios em

outros países. Um dos impulsos para isso foi a 2ª Guerra Mundial, quando o governo dos EUA contratou consultores para a gestão das áreas militares.

O Brasil recebeu as primeiras iniciativas do ramo nos anos 1960. A McKinsey, porém, só se interessaria pelas nossas riquezas bem mais tarde e se fixaria por aqui em 1988, quando anteviu a série de privatizações que viriam na década seguinte. Passo dado, a empresa só fez crescer no País. Hoje, tem como cliente, entre muitos outros, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que a contratou em 2008, no governo Lula, com o objetivo de produzir um estudo que acabaria lastreando a privatização parcial do setor aeroportuário, em 2010.

Quem está no comando das ações do projeto “Internet das Coisas” é Patrícia Ellen da Silva, “Jovem Líder Global” no Fórum de Davos e porta-voz da Mckinsey no case de R\$ 5 milhões que tem a USP como “beneficiária/anuente”

Em setembro de 2016, já sob o comando de Michel Temer, o BNDES e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) selecionaram o consórcio constituído pela McKinsey & Company, Fundação CPqD e escritório Pereira Neto/ Macedo Advogados para desenhar o plano de ação nacional do projeto “Internet das Coisas”, a ser “apoiado com recursos não reembolsáveis do Fundo de Estruturação de Projetos do BNDES”.

Nesse ponto, um nome coincide com o plano “USP do Futuro”: quem está no comando das ações do projeto “Internet das Coisas” é Patrícia Ellen da Silva, a representante da McKinsey na proposta imposta à universidade. Sócia-diretora da McKinsey&Company do Brasil e professora no curso de mestrado em “Liderança e Gestão Pública” do Centro de Lideranças Públicas, ela foi nomeada, em 2016, uma das “Jovens Líderes Globais” do Fórum Econômico Mundial. Em Davos, na Suíça, foi destacada, numa lista de 121 jovens, como “uma executiva dinâmica apaixonada pelas causas públicas e sociais, que motiva o pensamento em educação, desenvolvimento econômico, inovação digital e transformação governamental”. Entre as “causas sociais” abraçadas por ela está a Previdência: Patrícia defende o fim dos “privilégios” dos servidores públicos e o aumento da idade mínima dos trabalhadores da iniciativa privada.

Dada essa teia de relações, a presença da McKinsey extrapola em muito o governo federal. E não sem polêmicas, como no caso da contratação, sem licitação, em 2013, por R\$ 6 milhões, pela Prefeitura de Salvador. A gestão de ACM Neto (DEM) justificou a opção com o discurso de que a empresa é “reconhecida mundialmente na área de consultoria” e que o acordo foi assinado para a implementação do planejamento estratégico municipal, visando à construção da ponte Salvador-Itaparica.

Pode-se dizer que a atuação da consultoria não vê cor partidária. Quando Fernando Haddad (PT) assumiu a Prefeitura de São Paulo, em 2013, nomeou Marcos Cruz, ex-sócio global da McKinsey, para exercer o cargo de secretário de Finanças, por indicação de ninguém menos do que Jorge Gerdau, o magnata do aço (que, como vimos, coincidentemente tem assento na Comunitas).

Claro que no governo do empresário João Doria (PSDB) a poderosa consultoria se mantém em ação. O vereador Eduardo Suplicy (PT) protocolou, em abril,

uma representação no MPE-SP pedindo investigação das relações do atual prefeito com a McKinsey e a Comunitas, que teriam doado serviços para a elaboração da primeira versão do Programa de Metas (2017-2020). Suplicy denunciou que houve repasse de informações privilegiadas e de interesse público às organizações, e que a doação de serviços foi registrada antes do chamamento público que estabeleceu a relação.

Foi também sem licitação e em flagrante conflito de interesses que a McKinsey prestou seu, digamos, maior serviço público ao país. Em junho de 1996, o Ministério das Comunicações celebrou um Termo de Cooperação com a União Internacional de Telecomunicações (UIT), pelo qual pretendia obter “apoio técnico e metodológico com vistas à modernização do setor de telecomunicações”. O contrato inicial, de US\$ 5,1 milhões, foi depois ampliado para US\$ 16,6 milhões. Como é regra, a McKinsey foi contratada pela UIT, ou seja: era uma terceira na história. Uma terceira que tinha como clientes poderosos grupos da área de comunicação.

Nenhuma novidade. Como reza o contrato de prestação de serviços firmado por ela com a Comunitas em 11 de agosto de 2016, cuja “beneficiária/anuente” é a USP, “é política da McKinsey, há muito estabelecida, prestar serviços a clientes concorrentes e com interesses potencialmente conflitantes, assim como às partes contrárias em uma fusão, aquisição e com oportunidades de alianças” (cláusula 6, “Prestação de Serviços a Concorrentes”). Um conflito de interesses assumido, portanto, com todas as letras. No Brasil, a consultoria prestada pela empresa ajudou a alicerçar a nova Lei Geral de Telecomunicações e a privatização do sistema de telefonia promovida pelo governo FHC.

Na Argentina, a McKinsey opera para desfazer a *Ley de Medios* criada pelo governo de Cristina Kirchner, conforme revelou o jornal *Página12*. De novo, a empresa trabalhou durante meses antes de o contrato ser assinado. O negócio de 12,5 milhões de pesos por uma assessoria de 16 semanas não é o único mantido com o governo de Mauricio Macri.

De acordo com os números apresentados em descrições de eventos de que a McKinsey participa, o currículo da consultoria indica presença em 60 países e “orgulho de servir atualmente cerca de 2/3 das 1.000 maiores empresas do mundo”. Como se vê, os braços da empresa são longos, a ponto de transpor barreiras continentais e envolver os mais variados níveis do poder público. E é bom lembrar: isto é só um resumo.

O auditório da Faculdade de Educação (FE-USP) foi cenário, em 9 de maio, do debate “USP Pública ou USP Empreendedora? Gestão democrática ou tirania pró-mercado?”, organizado pela *Revista Adusp* com a finalidade de subsidiar esta edição. Contou com a participação de Maria Caraméz Carlotto, da Universidade Federal do ABC (UFABC), Franklin Leopoldo e Silva, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) e José Sérgio de Carvalho, da Faculdade de Educação (FE-USP). Professores cujas trajetórias refletem profundo envolvimento com as causas da universidade pública.

Maria Caraméz Carlotto doutorou-se em Sociologia na USP, com a tese “*Universitas semper reformanda?*”

A história da Universidade de São Paulo e o discurso da gestão à luz da

estrutura social”, fruto de pesquisa que “interroga o papel do discurso gerencial na redefinição do governo acadêmico das universidades brasileiras enfatizando sua relação com a estrutura social, que se expressa, no interior da universidade, pela hierarquização política, social e acadêmica das suas diferentes unidades”. Atualmente preside a Associação de Docentes da UFABC.

Franklin Leopoldo é professor titular aposentado de História da Filosofia Moderna e Contemporânea da FFLCH. Estudioso de Descartes, Bergson, Pascal e Sartre, autor do livro *Universidade, Cidade, Cidadania* (2014) e de textos como “A experiência universitária entre dois liberalismos” (1999), expoente do pensamento crítico, sempre denunciou e combateu os processos de descaracterização da universidade pública. A *Revista Adusp* 57 (2015) trouxe rica entrevista sua a respeito da USP.

José Sérgio de Carvalho é livre-docente em Filosofia da Educação. Tem atuado na área de formação de

professores da rede pública em Direitos Humanos. Nas reuniões do Conselho Universitário realizadas em 7 de março e 11 de abril, às quais compareceu na condição de representante da Congregação da FE-USP, ele repeliu a decisão do reitor de convocar a Polícia Militar para atacar manifestantes: “Quando nós recorremos à força bruta, perdemos a legitimidade. Não há maior símbolo de que este conselho e esta Reitoria perderam a legitimidade do que o recurso à força”.

A mediação do debate coube à professora Elisabetta Santoro (FFLCH-USP), então segunda

vice-presidenta da *Adusp* e membro da Comissão Editorial da *Revista Adusp*. “O debate de hoje é motivado por tudo aquilo que estamos vivendo nos últimos tempos”, explicou ela ao abrir

USP PÚBLICA OU “EMPREENDEDORA”?

Moriti Neto
Jornalista

os trabalhos. “Os ataques que a universidade pública vem recebendo, que vêm tanto de dentro quanto de fora. Por um lado, temos a atual gestão reitoral, que está se encarregando de dar fortes ataques à universidade, no momento que provavelmente é um dos piores desde o fim da Ditadura. Por outro lado, temos ataques ao caráter público da USP, no momento em que o projeto da gestão reitoral está transformando a universidade em uma empresa, querendo que a USP tenha uma gestão empresarial como norte de suas ações. A contratação da consultoria privada McKinsey é um exemplo disso”.

A discussão foi enriquecida com intervenções da plateia. Os comentários e questionamentos partiram dos professores Márcio Moretto Ribeiro, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) e Antonio Ribeiro de Almeida Junior, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), e da técnica de laboratório Vera Helena Monezzi, do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB).



Maria Carlotto, Franklin Leopoldo, Elisabetta Santoro e José Sérgio de Carvalho

MARIA CARLOTTO. É sempre um prazer voltar à USP. Não só porque é a instituição que me formou, mas porque os temas que estão sendo debatidos aqui foram durante quinze anos meu tema de pesquisa. Muito do que vou falar reflete não apenas a minha pesquisa, mas a pesquisa que a gente vem desenvolvendo coletivamente pensando nesse tema.

Antes do debate, eu tive a excelente — ou péssima? — ideia de releer “A experiência universitária entre dois liberalismos”, do professor Franklin. Eu quase desisti de vir. Esse é um dos textos mais importantes que essa universidade concebeu, tem um poder de síntese e de colocação de questões que realmente tornou

um pouco inócua a minha fala aqui. No entanto, como havia me comprometido, eu vim. Muitas das questões que eu vou levantar estão desenvolvidas de forma muito mais crítica naquele texto.

Optei por trazer alguns elementos empíricos da nossa pesquisa no grupo de Sociologia da Cultura que podem ajudar a entender algumas das questões e talvez iluminar onde estão os enfrentamentos mais profícuos. O entendimento nos ajuda a escapar da atitude conformista que se tem perpetuado e que o próprio discurso da atual gestão promove.

No meu doutorado, propus uma história estrutural da USP. Isso significa pensar na estrutura social da

universidade como uma chave de leitura tanto para o seu passado quanto para o futuro, o devir da universidade. O que ela é e o que deveria ser. O que significa isso? Seguindo uma trilha que não fui eu que abri, existe toda uma tradição sociológica da USP que pensa a universidade a partir de estruturas sociais. Não exatamente classes, mas estratos sociais mais ou menos favorecidos que determinam uma hierarquização de suas escolas.

Pensando nisso, olhando para os dados de ingressantes, a existência de fundações “de apoio”, o grau de dedicação exclusiva, construí na minha tese uma tipologia que é histórica, mas, também, se atualiza. Os textos sobre a origem da universida-

de estão lá. E é impressionante como isso se perpetua com o tempo. Você tem uma hierarquia essencial entre as escolas profissionais tradicionais. Um campo que vai se renovando, mas que tem um núcleo duro que não se altera. E outro polo, que eu chamo de acadêmico-científico, que reúne todas as instituições voltadas à produção de conhecimento, aos produtores de conhecimento e aos difusores de conhecimento.

Se a gente pensar nessa estrutura básica, ela organiza grande parte das visões da história da universidade. A forma como você conta a universidade tem uma oposição essencial dada por essa polaridade. Uma visão que localiza a origem da universidade antes da Faculdade de Filosofia, ou seja, na fundação das faculdades isoladas e de toda a tradição que advém daí. E outra posição que coloca como marco fundador essencial a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e tudo que deriva daí em termos de projeto, produção de conhecimento e reorganização.

“A dualidade entre escolas profissionais e campo acadêmico-científico se manifesta no embate pela reforma universitária nos anos 1960. O centro do projeto gerencial é justamente se contrapor à democratização das estruturas de poder”

Essa dualidade entre as escolas profissionais e o campo acadêmico-científico não é exatamente nova. O que fiz na minha tese foi um esforço de mostrar de modo sistemático como isso orienta tanto a historiografia quanto a disputa por aquilo que a USP é e por aquilo que deve ser. Onde isso se manifesta de forma mais clara é no embate pela reforma

universitária durante os anos 1960. Se a gente for considerar todo o projeto que vinha sendo gestado desde o final dos anos 1950, tinha como um dos pontos fundamentais a democratização das estruturas de poder. É bom lembrar que isso não significava ter conselhos paritários. Em muitos casos, era simplesmente compartilhar as decisões da universidade com um grupo de docentes, formando uma estrutura departamental.

O centro do projeto “moderno”, gerencial, é justamente se contrapor a essa democratização das estruturas de poder, deliberativa, sobretudo as decisões mais estratégicas. E essa ideia de democratização vinha justamente do polo acadêmico-científico. Ela se colocava no final dos anos 1950 e mais ou menos até 1964-65



Professora Maria Carlotto (UFAB)

como uma proposta essencialmente moderna, de combate a uma estrutura arcaica, vinda das castas. As elites que controlavam a universidade, ou seja: Medicina, Direito e Engenharia, mas nesse momento, sobretudo, Medicina e Direito, essas elites vão sistematicamente buscar um novo conhecimento, uma nova visão, capaz de se apresentar como moderna e de se contrapor a essa reforma.

Que isso tem uma relação com uma estratégia dos Estados Unidos é absolutamente evidente. Minha pesquisa atual tem se concentrado sobre isso.

Quando os Estados Unidos saem da 2ª Guerra, uma das primeiras coisas que fazem no âmbito da ONU [Organização das Nações Unidas] é incentivar um projeto de expansão

do conhecimento gerencial. Tanto que nem existiam faculdades de gestão no Brasil. A gestão significa que todo problema passa a ser um problema de eficiência e não um problema de política.

É muito comum dizer que o conhecimento gerencial foi importado, ou pelo menos imposto pelos Estados Unidos ao conjunto das universidades latino-americanas e particularmente ao conjunto das universidades brasileiras. Tem essa dimensão, mas também tem uma busca ativa dessas elites gerenciais por uma concepção que fosse capaz de legitimá-las dentro de um embate.

Mas tem outro ponto: o papel ativo das elites nacionais na busca desse conhecimento. Foi em cima disso que fizemos um artigo analisando o papel do conselho de reitores das universidades nos anos 1970. É óbvio que o discurso gerencial está associado à emergência do neoliberalismo. Existe uma visão predominante de que isso seria resultado da importação de políticas de desmonte do Estado de bem-estar social norte-americano e europeu a partir dos anos 1980, anos 1990. Mas para ser feito nessa época tinha que ter sido semeado muito antes. E mais: isso não se resume a um projeto de desmonte de política econômica. Tem um projeto voltado para a formação de técnicos de ensino superior.

O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras-CRUB foi criado por Rudolph Atcon, consultor norte-americano dos acordos MEC-Usaid. Ele cria o CRUB porque tinha uma proposta de que deveria haver uma nova geração de líderes com uma visão moderna. Isso em 1966. E o conselho deveria reunir todos os

reitores. Ele é o primeiro secretário-executivo do CRUB, de 1966 a 1968, e depois ele se afasta justamente para evitar as críticas ao acordo MEC-Usaid. Mas ele não sai do âmbito de atuação do CRUB.

O interessante é que, de todos os acordos MEC-Usaid, o único que foi efetivamente implementado é o acordo para a modernização administrativa das universidades brasileiras. A vigência vai de 1969 a 1974-75, e quase ninguém olha para isso. O que a gente constatou? Tem a atuação durante os anos 1960, que culmina na reforma universitária, e volta nos anos 1980 e 1990. O que acontece nesse meio-tempo é um processo sistemático de formação de técnicos e de difusão de visões.

“Qual a proposta essencial da reforma gerencial? Pensar a universidade não como uma instituição, mas como organização gerida por um Executivo forte, dentro da visão estratégica de planejamento. O centro é o fortalecimento da figura do reitor”

Por que estou frisando isso? Primeiro, porque o ponto essencial dessa visão gerencial era uma concepção de que a universidade não é uma

instituição secular, que tem política universitária, que deve ser decidida em colegiados. A universidade tem uma tradição até medieval de corpo colegiado. A descentralização das decisões essenciais para os níveis mais baixos da hierarquia, que é justamente o projeto que o polo acadêmico-científico trazia na década de 1960, significava que o maior número possível de professores deveria participar das decisões e, portanto, você tinha que diminuir os níveis de hierarquia dentro da carreira.

Qual era a proposta essencial da reforma gerencial? Pensar a universidade não como uma instituição, mas como uma organização. Deveria ser uma organização gerida por um Executivo forte. Quanto mais forte o Executivo, melhor, porque tem que liderar a universidade dentro de uma visão estratégica de planejamento. O centro dessa visão gerencial é o fortalecimento da figura do reitor. A USP faz isso na reforma de 1968, mas, quando reforma o Estatuto, em 1988-89, confere ainda mais poder ao reitor dentro da visão de gerenciamento: tem que ser ágil, executivo, tem que liderar, tem que pautar os colegiados mais baixos nas decisões e toda a estrutura deliberativa vira de cabeça para cima.

É importante marcar essas duas visões e como correspondem a uma estrutura social. Olhamos todos os reitores que compõem o CRUB de 1966 a 1984. É impressionante. A gente segmentou pelo curso de formação. E encontrou, para o conjunto de reitores, a mesma distribuição que encontrava na USP. Em primeiro lugar, a maior parte era advinda do Direito. Depois, médicos. Depois, engenheiros.

E, lá atrás, vinham os economistas. 75% dos reitores vinham dessas quatro graduações. A mesma coisa era válida para a USP. Na USP, eu segmentei essas graduações pelo conjunto de variáveis socioeconômicas. O que eu encontro é que esse núcleo está sempre no topo da hierarquia social. É por isso que toda essa discussão sobre o caráter elitista da universidade se liga à discussão sobre concepções de gestão.

A estrutura de poder reflete uma hierarquia social. Não é exatamente uma hierarquia de classes, mas é certamente uma hierarquia social. Se a gente for considerar variáveis como escolaridade dos pais, renda dos pais, percentual de afrodescendentes... Também a questão das mulheres entra nessa hierarquia. Tem um conjunto de variáveis sociais que define uma estrutura de poder que se replica não só na USP, mas em outras universidades, e que define esse padrão de gestão extremamente centralizado.

Tem uma dimensão fundamental nas disputas que estão postas hoje, que é uma disputa simbólica. Eles conseguiram construir tal bloqueio de legitimação da sua visão enquanto moderna, gerencial, arrojada, que a gente está com muita dificuldade de furar. Isso é verdade, mas também é verdade que só se consegue impor essa visão com uma violência física e simbólica brutal. É sobre isso que a gente precisa pensar. Existe uma violência física absurda e também existe uma violência simbólica.

Um segundo aspecto é que paralelamente a esse processo de expansão de uma visão gerencial,

nesse mesmo período ocorrem uma expansão e internacionalização da pesquisa que fizeram com que esse polo acadêmico, que na década de 1960 conseguia em conjunto apresentar uma proposta para a universidade, hoje esteja fracionado. Isso se liga ao fato de que a internacionalização da pesquisa formaliza temas, métodos e formas de apresentação de resultados em que a pesquisa é tão mais universal quanto é desenraizada e, portanto, despolitizada, e, portanto, incapaz de entrar na disputa específica sobre a universidade no seu contexto atual. Existe uma situação de uma mudança desse espaço no qual as posições e as alianças se formavam.

A USP é a universidade que mais preserva as estruturas. É impressionante a experiência de sair dessa universidade e ir atuar em outra. É totalmente diferente. A gente naturaliza a estrutura hierárquica e autoritária, o clima de violência. Só quando sai daqui você percebe como é pesada essa estrutura. Um detalhe: a hierarquia na carreira docente. No sistema federal, existe a hierarquia, mas jamais para a tomada de decisões, jamais para acesso a postos da carreira universitária.

FRANKLIN LEOPOLDO. Gostaria de tomar um só aspecto daquilo que a Maria Carlotto falou a respeito da estrutura da universidade, que passa de uma instituição política para uma organização de mercado, uma organização corporativa, e também em paralelo a isso vai perdendo seu caráter político-institucional para adentrar um terreno que muitos têm chamado de organizacional. A universidade não inova: simples-

mente segue uma coisa que vem acontecendo há muito tempo no mundo inteiro, que é a definição da política pela administração e o fato de que a política, em qualquer lugar em que se vê, é sempre pautada pelo suprimento de necessidades administrativas. É a famigerada *gestão*, que vem invadindo todos os setores e colocando as coisas no seguinte pé: se continuarmos misturando a gestão da universidade com discussões político-institucionais, acabaremos por paralisar a gestão e ela vai, então, situar-se no seu tempo com os requisitos de modernidade que são necessários.

Então, é preciso que se adote para a universidade uma racionalidade específica, que é uma racionalidade corporativa e, num sentido mais amplo, instrumental. E assim, então, que todos os aspectos da universidade, e inclusive aqueles aspectos em que ainda resiste algum tipo de atividade política, também sejam incorporados numa certa instrumentalização, direcionada inteiramente para o aspecto organizacional, para o aspecto da gestão eficiente, para o caráter administrativo que a universidade necessita muito, segundo os especialistas.

É importante notar que a organização e a hierarquia seguem de modo muito clássico a ideologia da eficiência. Isso repercute nos postos, nas escolhas, nos dirigentes, nos reitores. Os dirigentes são buscados não pela capacitação política, mas pelo talento de gestão técnica. Nesse sentido, temos há muitos anos assistido a uma invasão do terreno da política pelo terreno administrativo. Mais do que uma invasão, já

estamos numa fase de identificação completa. O que é política? Política é uma gestão eficiente daquilo que é para ser gerido, e que eu não ouse chamar de coisa pública porque, se não há política, evidentemente que não há coisa pública.

Então, a universidade vem há muito tempo seguindo esse modelo e há certa confluência de objetivos daqueles que propõem esse modelo e desejam instalá-lo de maneira total, mas, também, eu diria, da parte de outras pessoas que formam a comunidade universitária e que estão cada vez mais propensas à aceitação de modelos práticos de eficiência como sendo a tábua de salvação do futuro. É um dado interessante porque liga a questão política institucional com as pessoas, com os sujeitos, as subjetividades. Alguma coisa de psicológico: o que move as pessoas?

Uma das características mais marcantes do liberalismo é a competitividade. Nós esperaríamos, então, do ponto de vista ideal, que num grupo comunitário, num grupo em que houvesse certa consciência de solidariedade e de comunidade, esse traço seria diminuído. Não é o que temos visto ao longo dos últimos vinte anos, para dizer o mínimo. Vejo que as coisas se espalharam de tal maneira que há certa projeção desse modelo de universidade, que certamente é gestado nas instâncias de poder, para o conjunto da universidade, para aquilo que deveria ser a comunidade universitária. Isso não é uma censura, nem uma coisa negativa. É a constatação de certos fatos que vão nos aproximando de uma realidade que a gente não pode desconhecer.

“Uma das características mais marcantes do liberalismo é a competitividade. A pauta individualista que percorre o meio universitário faz com que o pesquisador seja, antes de mais nada, um investidor em si mesmo. E, portanto, as técnicas de investimento e de retorno é que pautam a vida universitária”

Meu colega Paulo Arantes, quando se manifesta sobre esses assuntos, costuma utilizar, com a agilidade própria daqueles que pertencem à minha área, termos de caráter econômico, como investimento e investidor. A pauta individualista que percorre o meio universitário faz com que o pesquisador seja, antes de mais nada, um investidor em si mesmo. E, portanto, as técnicas de investimento e de retorno é que pautam a vida universitária.

Eu tenho notado, e não frequentemente as áreas em que isso é mais radical... É muito perceptível como essa mentalidade vai se espalhando como se fosse uma coisa natural. Uma coisa importantíssima que a professora Maria falou é que, assim como temos a naturalização da violência, antes dessa naturalização temos também uma naturalização da organização universitária. Como se estivéssemos em uma situação em

que qualquer coisa que fosse mudada, do ponto de vista de uma reviravolta política, fosse acompanhada de um desastre do ponto de vista organizacional e da gestão universitária. As pessoas preferem esse tipo de situação, administrável do ponto de vista econômico, do que propriamente um engajamento, uma reviravolta política, que foi ficando cada vez mais fora do horizonte, cada vez mais fora de moda. Não vejo isso como uma coisa extraordinária porque vem acontecendo no país e no mundo.

“Há um caminho que vai em dois sentidos paralelos: [1] Uma indiferença ética que toma conta da sociedade. [2] A despolitização [que] é um projeto político. A apologia da eficiência, da eficácia e administração é o efeito de um projeto bem pensado”

O problema é que, diante daqueles que nos concernem, e se pensamos na história da universidade desde sua fundação, vemos que há um caminho que vai em dois sentidos paralelos. Em primeiro lugar, uma indiferença ética que toma conta da sociedade como um todo, e que, portanto, se reflete também na universidade, talvez num ritmo menor, talvez de uma maneira mais discutida, mas que certamente está

provocando mudanças. A questão de que valores que não são monetários não são apreciáveis. A outra coisa, uma ocorrência muito significativa, que enquadra a universidade num contexto ainda maior. É a despolitização. Quando estudei essas coisas, cheguei a uma conclusão que para uma pessoa menos burra teria sido óbvia: a despolitização é um projeto político. Quando você vê na universidade, e mesmo na sociedade, a apologia da eficiência, da eficácia e da administração, completamente contrária ao pensar político, é o efeito de um projeto bem pensado.

O que é mais necessário hoje seria que alguém pudesse se debruçar sobre um binômio fundamental para entender o que a gente vive: a democracia formal e o totalitarismo real. Eu não tenho competência para isso. É algo que ilumina muito o que estamos vivendo: uma espécie de ditadura que atravessa a democracia e que faz com que as pessoas não a percebam como tal. Apesar da violência de que isso se reveste. Porque, como tem o totalitarismo real disfarçado numa democracia formal, tem do lado da manutenção desse tipo de regime uma violência muito grande, uma violência tanto física quanto simbólica que atinge o indivíduo de forma muito forte.

Esse binômio tem pesado sobre as pessoas num sentido complicado. Aqueles que não tiveram uma experiência da repressão, da ditadura, da censura, separam muito bem o que seria uma ditadura do que seria um regime democrático, mas essa separação tende a ser formal. Eu me lembro que na pri-

meira reunião da Congregação da FFLCH já na redemocratização, quando havia acontecido um problema com a Polícia, um membro da Congregação falou uma frase que todo mundo riu, mas que é verdade: “O cassetete da democracia é tão pesado quanto o da ditadura”.

Temos, como tarefa, o esclarecimento dessa situação. Encontros como este são importantes. Há um estímulo para que a universidade não se pense em si mesma, como se isso fosse perda de tempo. Ou seja, que a universidade trabalhe, produza, e nunca se volte para si mesma no sentido de refletir sobre o significado da sua atividade, da sua produção. Isso é incentivado por todos os meios. No interior da universidade, pelos órgãos financiadores, e assim por diante.

Perdoem o vício da filosofia. Aqui vale a mesma coisa que caberia para o indivíduo. Sócrates dizia: “Uma vida que não se examina não merece ser vivida”. Isso é válido também para uma instituição, principalmente se ela tem uma fundação de caráter político. Então, estamos sendo, de alguma forma, infiéis às nossas origens, quaisquer que sejam as críticas



Professor Franklin Leopoldo (FFLCH)

que se possa fazer a elas. Por ter um projeto de poder, esse é um projeto político. Tem-se que pensar a universidade politicamente. Essa tradição foi se perdendo, foi brecando a reflexão desse sentido na universidade.

Quando entrei, muito tempo atrás, como estudante, tinha um professor que havia sido muito ativo na organização da faculdade. Ele dizia: “Eu só queria dizer uma coisa a vocês: nunca confundam sociologia com socialismo”. Esse tipo de piada dá bem ideia de certa evolução que começou muito rapidamente no sentido de levar a universidade a essa assepsia, a esse caráter apolítico, mas que, tendo em vista as circunstâncias que vivemos, não só aparece como um desinteresse político, mas também como uma indiferença ética.

“Fiquei pasmo quando li as descrições das reuniões do Conselho Universitário. A violência desmedida que lá aparece, por parte da cúpula dirigente. Um uso burro da violência. Temos tido dirigentes universitários que não primam pelo uso da inteligência”

Fico pasmo. E fiquei de novo há pouco tempo quando li as descrições das reuniões do Conselho Universitário. A violência desmedida que lá aparece, principalmente por parte da cúpula dirigente. Eu vejo isso como uma violência totalitária. Isso é naturalizado. Temos um reitor segundo o

que o modelo MEC-Usaid queria colocar. Mas não se trata de um uso inteligente da violência. Trata-se de um uso burro da violência. Então, não sei se isso serve de consolo ou não, mas temos tido uma série consecutiva de dirigentes universitários que não primam pelo uso da inteligência. Porque, até para errar, erram de maneira não inteligente [aplausos].

Isso é muito sintomático do tempo em que nós vivemos. Outro dia um colega me dizia que não há mais nenhum cara de direita inteligente com quem a gente possa discutir, como acontecia nos tempos da Maria Antônia. Hoje em dia você tem uma degradação global que é consequência da falência ética e da falência política. Confesso a vocês que não vejo

claramente um caminho que conseguisse reverter essa questão, porque a universidade está cada vez mais enquadrada no esquema nacional e global que vai nessa mesma direção.

Além da resistência que é sempre possível e necessária, não vejo muito bem como deter esse processo. E, portanto, a nossa posição dentro da universidade vai ficando cada vez mais complicada. A ponto de que hoje em dia você não tem mais diálogos virulentos porque o outro não entende o que você está falando. E se você fala alguma coisa do ponto de vista de política acontece aquilo que gosto de contar, quando a Faculdade de Filosofia foi para os barracões onde hoje é a Psicologia. Naquele tempo, os estudantes participavam da construção dos barracões. Eles se reuniram e o engenheiro falou assim: “Não aceito argumentos políticos. Só aceito argumentos técnicos”. Um dos nossos, que era entendido em coisas de engenharia, falou: “Você está pondo telha de fibra de vidro, o que vai ocasionar muito calor e muito barulho”. E ele respondeu: “Argumento político”.

O Paulo Arantes costuma dizer o seguinte: “O caos tornou-se sistema”. Então, estamos em uma situação muito complicada. Há uma serialização de reitores que eu fico espantado. A última eleição sempre espanta a gente. Mas a próxima vai espantar mais ainda. Parece que há certa demanda histórica de degradação. Como se a destruição da universidade estivesse dentro de uma perspectiva objetiva da história. Espero que não. Mas, no Brasil e em outros lugares, é nesse sentido que vai.

Além de todos os problemas que a professora Maria colocou, há um

implícito: a instrumentalização geral dos requisitos universitários para que a própria universidade, enquanto instituição, pareça aceitar aquilo que vem sendo proposto. Será que isso é tão extraordinário assim? Se a gente pensa nas últimas eleições, não foi apresentado à sociedade certo projeto completamente desprovido de política, de sentido social? E foi bem aceito. Tudo isso me faz um pouco pessimista.

Agora, uma coisa que aprendi na filosofia é que, qualquer que seja a possibilidade, não se deve abandonar a resistência. Tenho um amigo que caça da minha maneira de pensar e diz que resistir é justamente ir recuando até que se caia no abismo. Embora isso possa até acontecer, vale a pena e talvez seja aquilo que nos resta. Porque está havendo uma incorporação de um projeto que as pessoas já estão dispostas a aceitar tendo em vista o desprestígio da política e a falência da ética. Muito do que vivemos passa por esses dois fatores.

“A USP nasce do projeto de uma elite política no momento em que S. Paulo é colocado um pouco fora do jogo político. Como se perdesse o político e falasse que tem algo simbólico a fazer. Isso fazia uma tensão interessante com, também, os reclamos de tecnologia, formação de profissionais”

JOSÉ SÉRGIO. Para mim é uma imensa honra poder participar dessa mesa, poder compartilhá-la com o professor Franklin, que foi um mestre para toda a minha geração. E conseguiu ser um mestre para toda a geração que eu formei no ensino médio, e que tinham com ele a mesma relação que eu tinha, de profundo respeito ético. E conhecer a professora Carlotto.

Embora eu tenha aceito esse desafio, o convite em certo sentido me surpreendeu. Porque, diferentemente do professor Franklin, que tem alguns escritos absolutamente inspiradores, ou da professora Carlotto, que tem feito da universidade a sua pesquisa, pensar a universidade para mim é um assunto incidental. Quem acompanha minha carreira sabe que minha grande preocupação sempre foram os vínculos entre o domínio da esfera pública e a educação básica. Não a educação superior.

Eu imaginava que o convite que havia sido feito para mim refletia muito mais a repercussão dos meus gestos e das minhas palavras nas duas últimas reuniões do Conselho Universitário do que qualquer relevância da minha produção. É muito mais devido ao impacto político desses dois eventos. Ocorre, contudo, que isso para mim também traz um certo incômodo. Porque, de novo, aqueles que acompanham a minha carreira sabem que estou longe de ser aqui dentro um militante político ou sindical dessa universidade. Esse é um papel que tem sido desempenhado com muito louvor por alguns dos nossos jovens professores. De fato não é muito minha área de atuação.



A minha atuação política ali tem mais a ver não com classicamente o que a gente entende por política, que é uma certa negociação dos diferentes interesses, mas justamente o gesto desesperado da crise, onde fala-se: “Isso não é negociável”. A minha única atitude política foi de falar que aquilo que estão fazendo está fora do âmbito da negociação.

Que me parece ser uma atitude política do momento de uma crise absurda. Algo que já havia acontecido na redação do meu texto chamado “Corpo de delito simbólico”.

O que pensei em trazer para compartilhar com vocês é o olhar de alguém que é do campo da Filosofia da Educação para essa questão que a *Revista Adusp* nos colo-



cou, que é a USP pública ou a USP empreendedora. Me parece que, se hoje está se configurando como uma alternativa, historicamente não foi exatamente uma alternativa, mas uma tensão constitutiva da USP desde sua fundação. E qual é a tensão? A tensão entre o papel público e político da universidade e a ideia de que ela é também um lugar

de formação de profissionais, um lugar de atendimento a reclamos e a demandas sociais.

A gente não pode esquecer que a USP nasce do projeto de uma elite política justamente no momento em que São Paulo é colocado um pouco fora do jogo político. Como se perdesse o político e falasse que tem algo simbólico a fazer. Isso não se

dissociava, fazia uma tensão eventualmente interessante com, também, os reclamos de tecnologia, de modernização, de formação de profissionais.

Tem dois aspectos que vou separar em dois termos meramente abstratos para a gente tentar entender o que me parece ser essa tensão. Entre o sentido político, o significa-

do cultural da universidade na nossa sociedade e suas finalidades sociais, econômicas e produtivas. Queria começar fazendo uma distinção entre essas duas formas. A universidade se marca por ser um lugar que tem tanto uma finalidade em diálogo com a produção econômica quanto um sentido político. Enquanto essa tensão teve um equilíbrio... A universidade deve inclusive sua excelência a esse equilíbrio tenso.

Vamos começar pela noção de finalidade, que nos remete imediatamente a um caráter instrumental. Tanto que a noção de finalidade sempre se expressa pela pergunta: “Para que serve algo?” Ao contrário do sentido, que diz respeito muito mais a uma experiência política e pessoal cuja relevância não pode ser reduzida ao seu produto, ao seu valor de troca. Vou dar um exemplo banal. É possível que desde os 15 anos você guarde em sua casa um papelzinho de bombom “Sonho de Valsa”, que não tem nenhum valor de troca, mas tem um profundo sentido.

Ora, essa noção de finalidade é preciosa quando a gente lida com objetos de uso de consumo e com a fabricação desses objetos. Por exemplo, uma mesa. Se compro uma mesa, para que serve uma mesa? Serve para apoiar meu computador. Claro, você pode imediatamente perguntar: “E para que você quer apoiar o seu computador?” Ou seja, aquilo que era um fim, a mesa, transforma-se em um meio. Mas o computador é um meio com o fim fora dele mesmo: porque eu preciso escrever os meus artigos. E para que você escreve artigos? Para ter pontos na Capes. E para que você

quer ter pontos na Capes? Para poder orientar na pós-graduação. E aí vai de uma forma que todo o meio para um fim se transforma em um novo meio, que serve para um fim e para um novo meio, sem nenhum significado em si mesmo.

“Enquanto a gente conseguiu manter uma universidade que tinha sentido público, embora também tivesse que cumprir a função da finalidade aqui e acolá, essa experiência tinha algum sentido. Ela não era mera conformação de indivíduos adequados a uma engrenagem que funciona por si”

Esse é o tipo de relação que a gente espera estabelecer com coisas. O problema é que essa lógica instrumental, que a meu ver é absolutamente característica da produção e do uso dos objetos, se torna espúria quando aplicada ao âmbito da formação humana, que é o que a gente faz na universidade. Isso porque nesse domínio particular os critérios de julgamento e avaliação não são redutíveis às questões relativas à eficácia ou à eficiência dos meios empregados na concepção de um fim determinado. Na formação, muitas vezes não é possível sequer isolar a forma escolhida do próprio

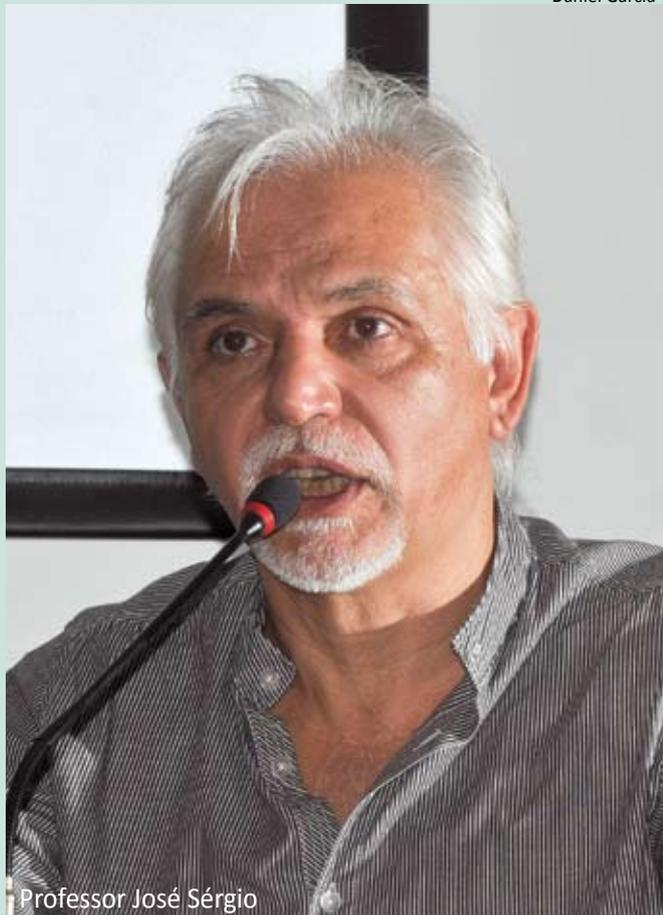
objetivo almejado. Vocês imaginam, por exemplo, uma expressão como eu fiz, uma formação filosófica dogmática, é uma contradição em termos. Ou seja: o próprio processo pelo qual eu formo alguém, eu o inicio numa tradição como a ciência ou a filosofia, pressupõe que essa forma seja condizente com a própria natureza da disciplina que eu entrego.

Portanto, essa questão da finalidade do sentido tem muito mais a ver com a relação que eu estabeleço com a coisa do que com a coisa em si. Por exemplo, se você pensar numa viagem ao Rio de Janeiro. É uma relação instrumental ou uma relação de experiência formativa? Depende do que eu quero. Se vou lá fechar um negócio, pego um avião ou um ônibus, o que for mais barato e mais eficaz. Agora, se eu penso que uma viagem ao Rio pode ser uma experiência que no seu próprio decorrer é formativa, faz toda a diferença eu decidir ir a pé, de bicicleta, de carro ou de avião. O próprio meio me dá uma experiência totalmente diferente. Então, aqui estou falando mais da construção de um sentido.

Acresce a isso o fato de que há um conjunto significativo de experiências humanas cujo valor ou experiência não derivam de qualquer possível resultado que possam engendrar. São experiências que têm um valor intrínseco, já que não necessariamente possuem uma utilidade imediata e por vezes sequer visam a atingir um fim exterior à própria experiência: as relações de amizade, a experiência da paternidade, o prazer de ler um poema.

É claro que de novo isso depende de como eu me relaciono com a coi-

Daniel Garcia



Professor José Sérgio

sa. Se eu leio um poema para poder passar no vestibular, ele é simplesmente um meio para um fim exterior. Ocorre que daí eu tirei toda a poesia do poema. Assim, o significado de uma experiência formativa, ou seu sentido existencial, seu significado político, não equivale a qualquer finalidade instrumental. Ao contrário, sua compreensão desvela antes uma dignidade intrínseca à própria experiência, cuja razão de ser é a constituição de um sujeito, e não a produção de um indivíduo em conformidade com as demandas de cunho econômico ou social pré-estabelecidas.

Então, me parece que é isso. Enquanto a gente conseguiu manter uma universidade que tinha sentido público, embora também tivesse que

população. Neste caso, ela é um meio eficaz para isso. Mas ela também tem um outro sentido que está sendo esgarçado, dilacerado e quase anulado nos dias que correm hoje.

Esse sentido tem a ver com o fato de que a universidade moderna se coloca como sua tarefa precípua a crítica. Ser o lugar de produção crítica. É essa a questão. A gente teria que esmiuçar o sentido que estou dando à palavra crítica, aqui não teremos tempo, mas porque se tornou uma palavra muito recorrente no vocabulário e começou a parecer uma certa anemia semântica. Crítica é qualquer oposição feita. Eu queria usá-la no sentido um pouquinho mais técnico, um pouquinho mais histórico, que é retraçar o ponto de virada em que a gente pensa o espaço público como

cumprir a função da finalidade aqui e acolá, o fato é que essa experiência tinha algum sentido. Ela não era a mera conformação de indivíduos adequados a uma engrenagem que funciona por si. O que me parece ser o sentido específico da universidade. E não a finalidade. Porque ela pode ter uma finalidade bem relevante, como a cura de uma doença tropical que afeta a

espaço de crítica política, o espaço de crítica cultural.

Colocaria esse ponto de virada, reconheço que com um alto grau de arbitrariedade, no espírito de esclarecimento e na obra kantiana. Há uma passagem interessante no segundo prefácio do *Crítica da Razão Pura*, do Kant, em que ele diz: “Nossa época é a época da crítica, à qual tudo tem de submeter-se. A religião por sua santidade e a legislação pela sua majestade querem igualmente subtrair-se a ela”. E a Reitoria também. “Então, suscitam contra elas justificadas suspeitas, e não podem aspirar ao sincero respeito que a razão só consegue a quem pode sustentar seu livre e público exame”.

Então, há dois elementos na ideia de crítica de Kant que são centrais para a gente entender por que o projeto da universidade é um projeto iluminista. Em primeiro lugar, porque a crítica kantiana não é a crítica de um indivíduo isolado. É a marca de um tempo. O esclarecimento é o tempo da crítica. E mais, uma crítica que não acontece num indivíduo isolado, mas acontece no debate livre e público de ideias. Aqui, eu poderia dizer, com certo grau de arbitrariedade, que marca o espírito da universidade. O respeito iluminista, no bom sentido.

A crítica é uma marca que para seu próprio acontecimento exige não simplesmente um pesquisador isolado dos demais, mas, ao contrário, um ambiente que fomente esse tipo de discussão. Sem o quê não há crítica. A crítica não é simplesmente uma analítica da verdade, para o Kant. É o modo de se colocar para o mundo.

“Mais grave do que esse privilégio conferido às atividades que conformam a universidade às demandas econômicas, está havendo uma ruptura em relação à proeminência da palavra, da política como forma de deliberação, em favor da força bruta em relação às vozes dissonantes”

Daí porque pego um outro texto dele, “Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?”: “É difícil para um homem, em particular, privadamente, desvencilhar-se da minoridade que para ele se tornou quase uma natureza. Por isso, são muito poucos aqueles que conseguiram, pela transformação do próprio espírito, emergir da minoridade. Que, porém, em público se esclareça, a si mesmo, é perfeitamente possível. Mais do que isso: se lhe for dada a liberdade, é quase inevitável, pois encontrar-seão sempre alguns indivíduos capazes de pensamento próprio, que depois de terem sacudido em si mesmos o jugo da minoridade, espalharão em redor de si o espírito de uma avaliação racional do próprio valor e da vocação de cada homem em pensar por si mesmo”.

O que ele está dizendo é que, em grande medida, o espírito da crítica nasce da criação de um ambiente, de uma instituição, em que se demoram, se discutem coisas, e não se gerenciam

propostas. É essa a grande questão.

Essa noção, claro, vocês poderiam com toda a razão falar que é uma noção iluminista, cravada numa certa noção de razão. Mas na verdade me parece que é um mote que tem sido reatualizado no pensamento e no próprio espírito da universidade. Poderíamos colocar que a universidade seria a herdeira dessa noção de crítica. Foucault disse: “Esse projeto crítico não cessa de se formar, de se prolongar, de renascer nos confins da filosofia, sempre próximo dela, sempre contra ela, sempre às suas custas na direção de uma filosofia do porvir. A tarefa nuclear dessa crítica poderia ser sintetizada como o desenvolvimento de uma reflexão histórica que examine o passado e vislumbre o futuro como forma de assinalar um sentido para suas operações no interior do presente”.

Essa foi sempre a ideia de uma universidade crítica. Aquela que, olhando seu legado para o passado, discutindo os horizontes e as perspectivas para o seu futuro, se coloca como um lugar político no interior do presente. Ora, nesse sentido, esse certo esvanecimento do sentido público da universidade como lugar de crítica, me parece que ele já acontece há algum tempo. Talvez pelo menos desde a reforma de 1968 que a universidade tem voltado cada vez mais os seus esforços menos para a produção de um lugar de um embate crítico de pluralidade de visões do que para um lugar que produza conhecimento que seja instrumentalmente útil.

Não obstante, eu gostaria de salientar que aqui a gente está diante de

uma ruptura ainda mais radical. Em alguma medida, a gente tinha conseguido durante décadas fazer com que a universidade pudesse ainda ser esse lugar, que está escrito na própria palavra escola — *scholé*, em grego, é ócio, um tempo de suspensão. Como se a universidade pudesse se dar a esse luxo maravilhoso de suspender a total lógica do mercado que impera na nossa vida. Na lógica do mercado, não há o menor sentido na poesia. Na universidade, eu posso me dar a esse luxo maravilhoso que é ler um poema por ler um poema. É um espaço de suspensão dessas determinações. A universidade em alguma medida foi resistindo a isso, embora fazendo concessões cada vez mais às finalidades instrumentais e retirando cada vez mais o sentido dessa experiência, que a filosofia, a poesia, a história, que talvez não tenham nenhuma finalidade prática, podem nos dar. Mas me parece que o que a gente vê hoje é uma outra sorte de ruptura ainda mais grave do que esse privilégio que tem sido conferido às várias atividades que conformam a universidade às demandas econômicas.

O que há de novo é que a ruptura agora se opera em um novo campo, que é o da própria gestão dos conflitos e das tensões. Me parece que está havendo uma ruptura em relação a algo que sempre foi sagrado na universidade, que é a proeminência da palavra, ou seja, da política como forma de deliberação que suspende a violência. A ruptura da proeminência da palavra em favor da força bruta em relação a todas as vozes dissonantes.

Foi nesse sentido que fui buscar, numa coluna que escrevi em 2009, onde pela primeira vez fui pensar es-

sa ideia que a universidade acaba rompendo com aquilo que sempre foi sagrado, que é a palavra, quando recorre à força bruta. Em 2009, eu estava aqui dando uma aula quando os alunos me falaram que a PM estava ocupando a então Reitoria. E logo depois dessa experiência eu escrevi um breve texto, que chama “Contra a ideia da força, a força das ideias”. Tomo emprestado ao professor Florestan Fernandes o título dessas reflexões. Este foi o *slogan* de sua campanha a deputado constituinte na década de 1980. Saíamos de uma Ditadura Militar e a USP, por meio de alguns de seus mais ilustres professores, tomava parte na cena política em defesa do diálogo como um marco contra a violência.

Décadas depois, numa manhã fria de 1º de junho de 2009, caminhava com os alunos em direção à Reitoria quando perguntava o que diria o professor se, como nós, encontrasse a entrada da Reitoria ocupada por uma tropa de choque da PM com seus cassetetes, seus escudos, suas metralhadoras e seus fuzis. E soubesse que lá estava a pedido da própria Reitoria. A cena era repugnante e paradoxal. A Reitoria, esvaziada de professores e alunos, entregue às forças militares. O silêncio daqueles corpos armados, que se movimentavam em gestos precisos e impessoais, a calar a costumeira loquacidade dos espaços acadêmicos.

Sentíamos-nos indignados e a for-



Professora Elisabetta Santoro

ma de expressar esse sentimento foi realizar a aula ali mesmo, como a lembrar a todos o óbvio: a universidade pode ter diversas funções ou finalidades sociais, a depender das circunstâncias específicas do momento, mas a sua razão de ser sempre foi o compromisso histórico com a liberdade de pensamento, de produção e de discussão dos conhecimentos. O exame crítico de ideias, o escrutínio público de teses que nela acontecem não são meros recursos metodológicos para exames ou publicação de trabalhos. São procedimentos que encarnam os elementos fundantes da universidade e que constituem a alma de seu *ethos* específico. É no cultivo do diálogo e da pluralidade, por oposição à violência que silencia e uniformiza,

que a universidade atualiza seus princípios e realiza seu desafio intelectual e político. A força das ideias contra as ideias da força.

Lembrando, então, de uma história que precisava ser contada aos meus alunos. Em outubro de 1936, Miguel de Unamuno, então reitor da Universidade de Salamanca, encontrava-se numa conferência ao lado do bispo de Salamanca, da mulher do ditador espanhol Francisco Franco e do general mutilado Milán Astray. Na audiência, falangistas gritavam sua saudação fascista: “Viva a morte!”. A ela, Astray respondia com força e

entusiasmo. Unamuno não se conteve em face da barbárie e proferiu o que viria a ser sua última lição: “Conheceis-me bem e sabeis que sou incapaz de permanecer em silêncio. Por vezes, ficar calado equivale a mentir. Porque o silêncio pode ser interpretado como consentimento. De mutilado de guerra, que careça da grandeza espiritual de Cervantes, é de esperar que encontre terrível alívio vendo como se multiplicam à sua volta os mutilados”. Nesse momento, Astray responde com um grito bárbaro e irracional: “Abaixo a inteligência, viva a morte”. Os falangistas apontaram uma arma contra a cabeça de Unamuno, que não obstante prosseguiu seu discurso: “Esse é o tempo da inteligência. Sou seu sumo sacerdote. Estais a profa-

nar um recinto sagrado. Vencerei porque vos sobra força bruta, mas não convencereis. Para convencer, há que persuadir. E, para persuadir, seria necessário algo que vos falta: razão e direito na luta. Tenho dito”. Unamuno foi condenado à prisão domiciliar e algum tempo depois morreu.

Evoco suas palavras na esperança, talvez vã, de que a grandeza de nossos antepassados possa iluminar de algum modo a escuridão densa de nosso presente. Para que sejamos dignos de nossos antepassados e possamos nos orgulhar da herança que deles recebemos e que aos novos legaremos, para que permaneça viva a força de nossas ideias.

Eu, para encerrar, diria assim, que talvez também decorrente do envelhecimento, tenho um diagnóstico extremamente crítico da universidade. Não tenho grande esperança. E, ao frequentar o Conselho Universitário, a pouca esperança que eu tinha acabou se esvaindo. Mas me parece que a gente tem uma única coisa a se agarrar, que são aqueles que no nosso passado são dignos de serem lembrados. Aqueles que, como o professor Franklin, nos formaram. Aqueles como Rosa Kucinski, que dedicaram sua vida a uma luta nessa universidade.

Talvez o horizonte futuro se afigure hoje como algo absolutamente tenebroso. Mas, sendo um pouco arendtiano, nessas horas, o que nos resta é a luz que emana da vida, da personalidade, da obra daqueles que nos precederam nessa universidade. É a única coisa à qual podemos nos agarrar. Pertencemos a uma instituição que teve, sim, aquele reitor cujo

nome me recuso a dizer, que ocupou isso aqui em 1968. Mas a gente tem [Ana] Rosa Kucinski, a gente tem Florestan Fernandes, a gente tem José Mario Pires Azanha, a gente tem aqui dentro pessoas que são o nosso metro de ação, independentemente do cálculo dos resultados. Porque eles, hoje, sinceramente estão na mão do reitor e do Conselho. O que nos cabe, nessa hora, é o gesto de dizer “Aqui, não. Não somos herdeiros desse tipo de gente.” E me parece que a única luta possível, sem muita fé na vitória, é na dignidade da luta política.

“Esse desmonte está vindo ao mesmo tempo com um pequeno passinho que a gente está dando de democratização do espaço universitário. E esse passinho está vindo junto a uma porção de demandas para a universidade que a gente não sabe responder”



Professor Márcio Moretto

MÁRCIO MORETTO. Queria me apegar ao que o professor José Sérgio falou da escola como espaço em que a gente pode se afastar de alguma forma e pensar de maneira livre. Essa foi, de certa forma, a tradição na qual eu fui formado aqui na USP, apesar de ter sido formado lá na Computação. Mas fui formado nessa tradição.

Queria contar um episódio que tem certa relevância. Nessa discussão sobre USP pública e USP empreendedora, a EACH é certa vanguarda nesse contexto. Eu queria compartilhar uma experiência de aula que eu tive na EACH. Eu estava dando um curso de cálculo, que é o que eu costumo lecionar, no curso de Gestão Ambiental, que não é o que eu costumo lecionar, e teve uma espécie de demanda dos estudantes de que eu organizasse as



Professor Antonio Almeida

minhas aulas de forma a que eles pudessem aplicar aquilo nas coisas que iriam usar para o futuro emprego. E aquilo me incomodou. “Olha, eu estou ensinando cálculo. Vocês têm uma espécie de privilégio de ter quatro anos de graduação em que podem pensar de maneira livre e eu gostaria de que nesse tempo em que a gente está se relacionando nessa sala de aula, e em que estou ensinando cálculo, que fizessem um esforço de entender a estética intrínseca ao conteúdo, independentemente de como isso será usado no futuro.”

Uma aluna veio me procurar depois, veio dizer que achou muito bonito o que eu falei, que iria pensar sobre isso. Uns meses depois ela voltou a me procurar. Ela estava mal, meio chorando. “Professor, achei tão bonito o que

e isso a gente faz. Mas tem uma outra coisa que está acontecendo na universidade e que eu não sei responder. Esse desmonte está vindo ao mesmo tempo com um pequeno passinho que a gente está dando de democratização do espaço universitário. E esse passinho de democratização está vindo junto a uma porção de demandas para a universidade que a gente não sabe responder.

A minha impressão é de que a universidade está fora dessa discussão. Essa ideia de que a universidade é o espaço da crítica sem interesses é uma coisa elitista para eles. E é difícil eu conseguir falar nesses termos para eles. Não sei o que colocar. Então, a gente tem também essa crise. O que a gente coloca no lugar da crítica desinteressada, se temos um contexto em que para os alunos isso soa elitista?

você falou, mas é muito distante da minha realidade. Eu tenho essas quatro horas de aula em que me dedico para ouvir o senhor. E nas outras oito horas do dia eu trabalho num consultório odontológico e não dá para ficar pensando sobre o Newton e sobre o quão maravilhoso é o cálculo”.

Então, eu queria trazer isso para discussão. Claro, a gente tem um embate contra a Reitoria

“Há um ataque sistemático, ataque profundo a todas as formas de solidariedade. O golpe de Estado é para desconstruir a solidariedade. Estamos diante de uma nova forma de fascismo. É preciso resistir a esse fascismo, que tem a USP como local de formação de pessoas que vão gerenciar instituições”

ANTONIO ALMEIDA. A gente vive um momento maior em que há um ataque sistemático, que começa talvez nos anos 1980, com o neoliberalismo. E é um ataque consistente, profundo, a todas as formas de solidariedade. É um ataque minucioso. Propõe o MMA na TV, propõe a competição o tempo todo. E isso provoca um tipo de gestão que não se importa minimamente com as pessoas. São critérios ditos técnicos que atacam a tudo. Então, a universidade é gerenciada como se fosse um objeto, como se as pessoas fossem um objeto, como se o conhecimento fosse um objeto, como se a gente estivesse aqui produzindo veículos ou coisas dessa natureza.

E, para fazer isso, uma brutalidade. Uma brutalidade que tem a função não só de repressão ou imposição, mas de mostrar àqueles que estão sendo formados como a gente gerencia essa imposição de uma sociedade sem solidariedade. A gente está num momento muito crítico em que é ne-

cessário ter consciência disso.

O golpe de Estado é fundamentalmente para desconstruir todas as formas de solidariedade existentes. Dizendo de uma forma bem explícita, nós estamos diante de uma nova forma de fascismo. Um fascismo muito grave que está dando seus primeiros passos no sentido de tomar o poder, talvez por um longo período. É preciso resistir a esse fascismo, que não é só dentro da USP, não. É um fascismo maior, que tem a USP como local de formação de pessoas que depois vão gerenciar instituições, organizações. O que ocorre aqui tem uma repercussão enorme.

As falas foram muito boas nesse sentido. Queria até parabenizar o professor José Sérgio pela postura dele diante do Conselho Universitário porque os nossos colegas fizeram falas, mesmo os que estavam fazendo oposição, absolutamente pífias, que não deram conta da gravidade do momento que a gente está vivendo e da necessidade da resistência. Estamos diante de um sistema econômico e social que não se interessa pelas pessoas e pelo planeta. É o sistema da destruição e da morte. Precisamos ter consciência disso. Tudo aquilo que ataca a solidariedade não deve passar.

“O menosprezo desse reitor [para] com os professores, os estudantes e os funcionários é uma coisa gritante. No caso dos funcionários, ficou muito nítido o quanto a universidade é autoritária e elitista. Estamos no processo de escolha de diretor [do ICB]. E entre os candidatos a palavra-chave é empreendedorismo”

VERA MONEZZI. Eu vim porque o tema me chamou muito a atenção. Estou na universidade há 34 anos e

senti o quanto nessa gestão as coisas pioraram. O menosprezo desse reitor [para] com os professores, com os estudantes e com os funcionários é uma coisa gritante. Tenho muito respeito pela área de Humanas e vejo o quanto é desprezada pelo atual reitor.

No caso dos funcionários, ficou muito nítido o quanto hoje a universidade é autoritária e elitista. E o quanto a estrutura de poder acentua dificuldades para que a gente possa fazer qualquer debate, para que tenha qualquer abertura de negociação. Participo do Sintusp e vejo o quanto os demais colegas fazem relatos nas suas unidades da dificuldade de haver qualquer debate.

Estamos no processo de escolha de diretor. E me chamou atenção porque entre os candidatos a pala-



vra-chave é empreendedorismo. É forma de captar recurso.

Quando teve debate para os candidatos a reitor, o [M.A.] Zago era candidato, eu insisti muito em falar principalmente das iniciativas do Fórum das Seis, perguntar se os candidatos iriam para a Assembleia Legislativa tentar aumentar o aumento do repasse de verbas. Todos quase me bateram. Ficaram muito bravos porque a universidade deve uma satisfação para a sociedade e não poderia pedir mais recursos. Teríamos que pensar em garantir recurso privado para manter essa universidade.

Chega-se hoje, no final do mandato desse reitor, que ainda tem alguns meses para fazer estrago, a essa situação. O desmonte do HU, das creches, o ataque aos funcionários e

ao ensino. Mas, hoje, é terrível chegar a esse ponto de ver que, claramente, o objetivo é que essa universidade não tenha mais financiamento público e que esvazie qualquer debate político.

Quando o professor fala para a gente não abandonar a ideia de lutar e resistir, isso tem que ser prioritário para que a gente não recue nem um passo.

“As pessoas estão totalmente pressionadas pela realidade, por essa crueldade. Mas, ao mesmo tempo, temos de dizer que está errado. Agora, é difícil. Imagino você falar de ética, de solidariedade, de experiência política no Conselho Universitário. É uma situação surreal”

FRANKLIN LEOPOLDO. Tenho um breve comentário sobre a fala do professor Márcio. Uma coisa que tenho sentido muito no meu contato com os estudantes mais novos é que as exigências básicas de vida política e de conduta ética tornaram-se abstratas. É como se você estivesse falando de coisas do planeta Vênus. Há uma espécie de antiética e de despolitização que estão sendo absorvidas pelas pessoas. Isso faz com que a conduta normal seja essa. Você não dá atenção a essas coisas porque não são parte do seu dia a dia e não são

úteis ou rentáveis.

Outro dia fui dar aula num seminário. Fui falar da Palavra do Bom Samaritano. A conclusão geral da sala é de que aquilo é utopia. Ajudar o outro é uma utopia. Não tem nada a ver com a realidade. Fiquei impressionado porque era um ambiente religioso. As pessoas se vangloriam da falta de ética, ou da ética do mercado. Houve essa degradação. Outro dia uma pessoa foi acusada de fazer algo errado e disseram: “Você não tem ética”. E ela respondeu: “Tenho a ética do mercado”. Então, é um *imbroglio* na cabeça das pessoas e na disposição que têm para a vida em comum. Isso é uma coisa que me preocupa muito.

É algo que se espalha de maneira muito intensa não só nos lugares que têm o empreendedorismo como palavra de ordem muito natural, mas também nas outras áreas. Isso está aparecendo de forma muito exagerada.

Um colega meu da Faculdade de Filosofia, no meio de uma conversa como essa, disse: “Claro, o governo tem que financiar nossa vagabundagem”. Eu não sei se a palavra vagabundagem tinha algum sentido erudito. É uma disposição muito complicada, que é difícil de você tornar objeto de discussão porque dá a impressão de que você está falando de coisas que não existem.

Tive uma experiência dando aula de bioética. Fui conversar com os residentes. Eles disseram: “Você fala muito bonito. Queria ver você às quatro da manhã no PS das Clínicas, se você ia falar bonito desse jeito”. É uma coisa que incomoda porque não deixa de ser a realidade. As pes-

soas estão totalmente pressionadas pela realidade, por essa crueldade que nós estamos vivendo. Mas, ao mesmo tempo, temos de dizer que está errado. Temos de tomar uma atitude no sentido de recolocar as coisas. Agora, é difícil. Imagino você falar de ética, de solidariedade, de experiência política no Conselho Universitário. É uma situação surreal. Então, desse ponto de vista eu acho muito difícil você atinar com um caminho, um pensamento que permita reverter um pouco a situação que estamos vivendo.

“A arquitetura desse poder neoliberal foi construída há muito tempo. De tal forma que o desmonte é um desafio gigantesco. Por outro lado, ela está enfrentando uma crise. Se fosse tão bem-sucedida do ponto de vista simbólico, por que recorrer à força bruta?”

MARIA CARLOTTO. Fiquei muito feliz quando o professor Márcio se levantou porque ele sempre aborda coisas essenciais. Já debatemos juntos várias vezes. Você trouxe uma questão essencial que eu leio numa chave que parte dessa leitura que foi feita, mas é um pouco distinta. Eu também, como você, estou numa universidade nova. A EACH pretende enfrentar questões da universidade. E tinha

que olhar para essas experiências. O que estão enfrentando de dificuldades, onde fracassaram. A Federal do ABC surgiu um pouco depois com questões muito parecidas. Lá, a gente tem um projeto político-pedagógico que o tempo inteiro pauta a discussão.

Não digo que não tenha influência da gestão, que não tenha ascensão do fascismo. Claro que tem. Mas que se processa de forma distinta. Por exemplo, o projeto político-pedagógico traz como um de seus pilares a democratização do ensino superior. É a ideia de ser um dos guias que o tempo inteiro deve pausar a expansão da universidade, as preocupações pedagógicas e assim por diante.

Pensar nessa questão do perfil social dos nossos alunos é fundamental. Quais são as estratégias pedagógicas novas que a gente precisa desenvolver e pensar para lidar com essas novas demandas. Eu não acho, e minha experiência lá mostra isso, que é uma alternativa de um ou outro. Ou seja, ou você forma profissionalmente, para que se cumpra uma trajetória de ascensão social, ou embute um sentido crítico que suspende completamente a realidade. É bom que essas duas coisas estejam casadas. Eles têm uma formação crítica para atuar no mundo. O desafio é fazer essa articulação entre uma formação crítica, que pressupõe em alguma medida uma contestação dos fins imediatos. A gente rompe com uma lógica puramente instrumental. Mas que ao mesmo tempo os forme tecnicamente com problemas que estão postos. Porque nossos pro-

blemas também têm uma dimensão técnica que é importante.

Nosso desafio é como enfrentar, e aí a USP tem que começar a pensar em por que não ter um projeto político-pedagógico para toda a universidade. Talvez a gente tenha coisas para propor politicamente. Toda minha pesquisa mostra que a arquitetura desse poder neoliberal foi construída há muito tempo. De tal forma que o desmonte é um desafio gigantesco. Por outro lado, ela está enfrentando uma crise que, se assim não fosse, não precisaria colocar a polícia. Se fosse tão bem-sucedida do ponto de vista simbólico, por que recorrer à força bruta?

Então, também tem um problema que está posto para eles. Problema de legitimação grave. Nesse espaço começa a ter margem para se pensar articulações de projetos alternativos. Para mim, passa necessariamente por uma mudança de perfil social da universidade, mas não só nos cursos acadêmicos-científicos e nos cursos novos. Precisa abrir no coração, e aí eles têm que enfrentar esses mesmos desafios. Então, a gente tem que pensar em como democratizar a partir de novas formas de produção de conhecimento e de novas pedagogias, uma nova relação professor-aluno. Às vezes, lembrá-los de que isso é um momento relativamente suspenso abre horizontes. Também cabe à gente fazer o papel de não assumir o conformismo na nossa função docente.

Uma segunda questão que eu gostaria de comentar é que realmente tenho uma dificuldade gigantesca de entender como a Rei-

toria da USP pode, depois de toda a expansão que executou de forma totalmente unilateral, empurrando goela abaixo, ter a desfaçatez de dizer que não tem mais dinheiro público para a universidade. Isso é um caso de crime de responsabilidade. Uma das funções básicas do reitor é representar os interesses da universidade junto à sociedade, e não do governador junto à comunidade, que é o que ele faz na prática.

A universidade precisa de mais dinheiro. É óbvio que tem um ajuste fiscal que está sendo imposto para todo mundo. Mas existe uma expansão de fato.

Então, a gente quer ser a maior universidade do país, expandir, não sei o que mais, e vai fazer como? Mágica. Tem um projeto político-pedagógico para ser discutido a partir das prioridades que estão postas. Já que o recurso é escasso, quais são as prioridades? Não é gestão. É mágica que eles querem fazer. E é uma mágica totalmente mentirosa. Por isso precisa da força: porque não se sustenta.

“A universidade é um tempo livre. Ter um tempo livre significa que eu posso errar, perguntar. Isso faz parte da formação universitária. E é tempo livre de quê? É tempo livre do capital. Não estou obrigado a fazer aquilo que me mandam”

JOSÉ SÉRGIO. São duas questões. Primeiro, quanto à observação do Antonio sobre solidariedade. É claro que em parte a questão da solidariedade tem a ver com certa formação individual. Mas tem que enxergar que em grande medida isso reflete o tipo de experiência que a gente tem. Então, por vezes aquele tipo de experiência que pode fomentar um espírito de solidariedade talvez seja indissociável daquilo que o Franklin falava sobre a noção de uma comunidade. Toda vez que você ataca práticas, instituições e experiências que criam laços em comunidade, você mina qualquer tipo de solidariedade.

Vou pegar uma questão bem simples, que é o fechamento das creches. Não só porque as creches da USP são a melhor experiência em educação infantil, mas por aquilo que propiciam como ambiente. A minha filha frequentou durante anos a creche. E hoje, muito anos depois de encerrada essa experiência, ela tem amigos na creche. E foi nessa vivência que eu fiz alguns grandes amigos dentro dessa universidade, entre funcionários e professores. O que significava que aquilo era uma experiência de comunidade. A dissolução significa a dissolução de um tipo de comportamento. Mesmo que as pessoas permaneçam as mesmas.

Não tenho dúvida de que a universidade passa por um grave problema econômico. Numa das frases que eu pulei, do Foucault, sobre a crítica, ele fala que não é que a crítica não queira se submeter a ne-

nhum governo. Ele fala que desse jeito não, por esse princípio, não. Quero discutir aquilo, e não isso. Eu gostaria de discutir qual o gasto da creche. Eu não sei quanto a universidade gasta para ter carros e motoristas privados para toda sua alta burocracia, o que não tem nenhuma relevância pública e não cria nenhum laço de comunidade. Por que um reitor não pode vir de ônibus, de metrô, de carro, como todos nós fazemos? Ele adora nos comparar a Harvard, Oxford. Não me consta que qualquer uma delas tenha carro para cada um dos diretores de unidade.

Temos que cortar? Bom, isso é política. Por que corta aqui e não corta ali? E na hora de cortar, isso significa o esgarçamento de uma experiência de comunidade.

É claro que a gente tem que formar profissionais. E claro que têm que ser bons profissionais. Está dado. Só que a gente tem que perguntar qual a diferença entre o profissional formado na universidade e aqueles que eram formados em corporações de ofício. Como é que o ferreiro se formava? Pelo exercício imediato. O cara ia lá e começava a fazer carroça.

A universidade é um tempo livre até em um curso assim. Engenharia Mecânica: eu estou com um motor de trator na minha frente. Ter um tempo livre significa que eu posso errar, que tenho tempo de ver como o motor funciona. É algo absolutamente técnico, mas o tipo de relação é totalmente diferente. E mais: eu não estou só preocupado em fazer um motor eficiente. É ser capaz de pergun-

tar: o motor é adequado do ponto de vista ambiental? O que significa uma sociedade fundada sobre a ideia de um veículo particular? Isso faz parte da formação universitária. Não faria parte da formação de uma corporação de ofício.

Então, vamos entender o tempo livre como um tempo totalmente singular. E é tempo livre de quê? É tempo livre do capital. Ao fim e ao cabo, é isso. Não estou obrigado a fazer aquilo que me mandam. O sarau da Cooperifa é tempo livre. São trabalhadores da periferia de São Paulo que uma noite por mês vão ler poemas. É o tempo em que falam: “O patrão não manda em mim”. Isso é fenomenal. É o tempo em que estou me formando como pessoa. Também tenho essa experiência com os alunos. Um dia a gente estava lendo um diálogo sobre a educação pelas virtudes. E a aluna chegou e falou: “Então, professor, o fogo pegando e você fica discutindo coisas que não têm nada a ver com o que a gente está vivendo”. Foi a primeira vez em que pensei em me aposentar.

Me parece natural que, inseridos numa sociedade assim, essa seja a primeira reação dos nossos alunos. Mas não me parece natural que a gente ceda a eles. Eles têm o direito de ter uma experiência diferente. Uma experiência que não está submetida ao econômico, ao financeiro, ao capital. Aqui há um outro valor. Não estou me alienando do mundo, mas estou falando que aqui o jogo tem outra regra. Aqui não pode ser a mera continuidade da indústria.

COMPORTAMENTO IRRESPONSÁVEL DA REITORIA COMPROMETE O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

Gabriela Moncau
Jornalista



A política de corte de gastos da Reitoria, via Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), corte de plantões e outras medidas, reduziu bruscamente o corpo de profissionais de saúde do HU, abalando a formação dos alunos de diversos cursos da USP e causando graves prejuízos ao atendimento médico a 600 mil habitantes da região do Butantã. O reitor tenta livrar-se do hospital, fingindo ignorar seu importante papel formativo e de extensão universitária. Os estudantes, porém, mobilizam-se em defesa do HU

“A situação do HU? Está uma agressividade para nós”, afirma Givanildo dos Santos, morador da Favela São Remo, situada ao lado da Cidade Universitária do Butantã, e funcionário da USP. De acordo com o Portal da Transparência da USP, entre setembro de 2014 e abril de 2017 o Hospital Universitário (HU) perdeu 367 trabalhadores, entre médicos e enfermeiros. Na sua maioria por conta das duas edições do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV 1 e 2) implementadas pela gestão do reitor M.A. Zago. Em apenas três anos o hospital se viu com 20% a menos de seus servidores.

Referência na zona oeste da capital paulista, principalmente para a população da região do Butantã, onde vivem mais de 600 mil pessoas, o HU enfrenta um verdadeiro desmonte. De 2014 para cá, 56 leitos do hospital (25% do total) tiveram de ser fechados. Entre eles, oito eram da Unidade de Terapia Intensiva (UTI), que está agora com 60% da estrutura que tinha antes. Em 2013,

o hospital realizou 138 mil atendimentos ambulatoriais e 11,8 mil internações. Em 2015, esses números caíram para 96 mil atendimentos e 9,3 mil internações.

“Quando se trata de saúde, toda a população da São Remo e do entorno ficava despreocupada por estar próxima de um dos melhores hospitais da cidade. Todo mundo da favela tinha certeza, por exemplo, que teria seu filho no HU. Hoje não. Agora quem não consegue ser atendido no HU tem que ir para o Pronto Socorro (PS) da Raposo Tavares ou para o Hospital Sarah que é praticamente só maternidade. Acaba tendo que atravessar São Paulo, ir para o Jabaquara, Pirituba, às vezes Tatuapé”, relata Givanildo, que conclui: “O HU é uma necessidade para a comunidade da São Remo e para toda a população do entorno”.

M.A. Zago foi empossado em janeiro de 2014 com uma proposta de ampliar o diálogo dentro da USP. Em maio, já estava em curso uma

greve geral. “O reitor chegou com uma visão de que a universidade é grande demais, que precisa reduzir seu tamanho e focar em ensino e pesquisa. E algumas unidades ele entende que não fazem parte dessa missão. Entre elas os hospitais universitários, os museus, as escolas de aplicação, as creches”, sintetiza Gerson Salvador, médico do HU e integrante da diretoria do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp).

Ainda no ano em que assumiu, em entrevista à revista *IstoÉ*, Zago (que, aliás, é médico) deixa clara sua posição: “Por que a USP gastaria os seus recursos com fraldas, antibiótico e soro? A função da universidade é ensino e pesquisa”. Para Salvador, essa visão de universidade é “tacanha” e de “Estado mínimo”: “A universidade tem que buscar meios para estar cada vez mais próxima da sociedade, não o contrário”.

Em agosto, quando a greve já se arrastava por três meses, a Reitoria anunciou um pacote de medidas de austeridade para conter a crise financeira da USP, alegando que a folha de pagamento consome 105% do orçamento. Entre as propostas estava a desvinculação dos hospitais universitários da USP (HU e HRAC), passando-os à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

A mobilização contra a desvinculação se alastrou rapidamente. Aderiram à greve funcionários e médicos do HU, que não paralisavam suas atividades havia 19 e 25 anos respectivamente. Entidades da USP, o Simesp e movimentos sociais como o Fórum Popular de Saúde

apoiaram a causa. O governo estadual, por sua vez, recusou-se a assumir os hospitais da USP. “Tem alguém que quer repassar o HU, mas o outro não quer. Não tem discussão”, afirmou ao portal IG, à época, o secretário da Saúde, David Uip.

Uma comissão *ad hoc* criada pela Reitoria para estudar a situação do HU (Portaria GR 965, de 11 de setembro de 2014), presidida pelo diretor da Faculdade de Medicina, professor José Otávio Auler Junior, concluiu, após meses de trabalho, que o hospital deve permanecer vinculado à universidade. “O reitor nunca deu ciência do nosso relatório para a comunidade universitária”, denuncia Salvador, que integrou a comissão como representante dos funcionários do HU. “Enquanto essa comissão trabalhava, o PIDV atingiu o hospital em cheio”.

Dos 1.433 servidores que aderiram à primeira rodada das demissões voluntárias, 213 eram do HU (a maioria da enfermagem e 18 médicos). “A adesão foi grande muito por conta de as pessoas estarem desanimadas, entendendo que o hospital não era bem querido pela administração da universidade”, avalia o médico, que já exerceu a função de vice-diretor clínico do HU, eleito pelos colegas.

Como resultado do déficit de profissionais, as escalas passaram a não fechar e diversos serviços do hospital paulatinamente foram fechados ou reduzidos. Além da diminuição de 25% dos leitos de internação e do fechamento da Unidade de Terapia Semi-Intensiva, o número de salas no Centro Obstétrico e Cirúrgico caiu de 11 para oito. Os procedimentos cirúrgicos diminuíram



Daniel Garcia

em 25%. Entre 2013 e 2015 os atendimentos urgentes de oftalmologia caíram 89% e de ginecologia, 39%. Sem pessoal, em 2016 o HU teve de fechar o atendimento noturno dos Prontos Socorros adulto e infantil.

Em 2015 o Conselho Regional de Medicina (Cremesp) investigou a situação do hospital, a pedido do Ministério Público (MPE-SP). “Conforme relato dos médicos, entre outros entrevistados durante a vistoria, todos afirmaram a impossibilidade em manter o padrão anterior de qualidade, com situações de risco e sofrimento tais como a dificuldade de se conseguir analgesia intraparto conforme relato do obstetra de plantão”, aponta o parecer. Entre as conclusões do Cremesp está a crítica

ao PIDV, “cujos critérios certamente não incluíram as necessidades de funcionamento do hospital”.

Sobrecarregados, diversos trabalhadores do hospital pediram demissão mesmo depois do PIDV. “Na equipe de que eu faço parte, que é clínica médica, cinco médicos pediram demissão nos últimos dois meses”, lamenta Salvador. Entre 2013 e 2017, de acordo com o Portal da Transparência da USP, o HU perdeu 38 médicos.

Procurado pela *Revista Adusp*, em junho de 2017, para comentar a situação do hospital, o professor Waldyr Jorge, superintendente do HU e pessoa de confiança de M.A. Zago, classificou o PIDV como “um remédio amargo, porém necessário”. “Tinha



Gerson Salvador

que ser feito e o reitor chamou para si esta responsabilidade, visando garantir os empregos, salários, o futuro da Universidade e sua autonomia”. Opinião bem diferente da que emitiu em abril de 2015, quando declarou ao *Informativo Adusp* que o PIDV causou “perda de quadros importantes, altamente qualificados” e foi “um equívoco” (<http://bit.ly/2eOcwDG>).

Há algo de irracional no comportamento da Reitoria. “A universidade fazia a gestão de todos os seus restaurantes. Já foram terceirizados vários, e isso tem impacto enorme. E há outros gastos que parasitam a vida da universidade”, opina M.A. Zago, em entrevista ao *Valor Econômico*, cuja jornalista imediatamente questiona: “Como o quê?”. “Um hospital

universitário, por exemplo, chamado HU”, responde o médico e reitor.

Por esse “parasita” passam, por ano, 2.430 estudantes de áreas como medicina, fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, enfermagem, nutrição, odontologia, psicologia, farmácia e saúde pública. Os estudantes estão vivendo uma “redução do cenário de prática dos cursos da saúde, que é importantíssimo para a capacitação de qualquer profissional”, avisa Alice Baer, integrante do Centro Acadêmico “Oswaldo Cruz” (CAOC) da Faculdade de Medicina (FM). “No caso da medicina, passamos por prática no HC [Hospital das Clínicas] e pontualmente em UBS [Unidade Básica de Saúde], mas o HU é muito importante por ser um

Todos os anos passam pelo HU mais de 2.400 alunos de medicina, enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, nutrição, odontologia, psicologia e saúde pública. A mais recente manifestação pública em defesa do hospital, em abril de 2017, foi organizada por centros acadêmicos

hospital de nível secundário onde a gente vê os casos mais prevalentes da população. Então perder o HU é perder a formação a respeito desses casos com os quais mais vamos lidar na vida profissional”.

A mais recente manifestação pública em defesa do hospital, em 19 de abril, foi organizada pelo movimento estudantil. Resultou de uma articulação entre o CAOC e outros centros acadêmicos: “Arnaldo Vieira de Carvalho” (CAAVC), dos cursos de Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional; de Farmácia e Bioquímica (CAFB); 31 de Outubro (de Enfermagem); XXV de Janeiro (de Odontologia). Participaram também o Diretório Central dos Estudantes (DCE-Livre) e o Fórum Popular de Saúde.

Sérgio Cruz, médico assistente do HU, argumenta que um hospital de ensino tem que cumprir um papel maior do que apenas a assistência: “É necessário que ele possua um ambiente acadêmico”. A seu ver, essa condição é impossível em hospitais do SUS, que não têm estrutura de ensino e pesquisa. “O que ocorre é que os alunos e residentes são jogados nesses hospitais e passam a ser tratados como ‘mão de obra barata’, sem estrutura e sem orientadores pagos para ensiná-los e orientá-los”, opina, em artigo publicado no jornal *Hora do Povo*.



Waldyr Jorge, superintendente do HU

Para João Daré (ou Dayane), membro do Centro Acadêmico Arnaldo Vieira de Carvalho (CAAVC), que representa os alunos dos cursos de Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da USP, “o ambiente de escola que o HU proporciona é diferente de qualquer outro hospital”. “O supervisor tinha mais tempo de discutir os casos com os estudantes, estava mais próximo para guiar essa transição do teórico para o prático em um ambiente em que a integração multiprofissional realmente acontece”, descreve. “Agora essa integração está muito mais difícil de acontecer porque os profissionais estão sem tempo”, observa Dayane. “É algo que impacta na formação dos estudantes completamente, na saúde dos profissionais e no atendimento que está sendo oferecido”.

Quase 80% da demanda do HU devem-se à falta de estrutura da rede de atenção primária, diz o parecer do Cremesp. “Precarizar o HU é precarizar, além da atenção secundária, também a atenção primária na região”, adverte Alice Baer

Aproximadamente 80% da demanda do HU devem-se à falta de estrutura da rede de atenção primária e pequenas urgências, de acordo com o parecer do Cremesp. O dado aponta, por um lado, a debilidade da rede do SUS, mas também a importância desse



Fotos: Daniel Garcia

Alice Baer (acima), diretora do CAOC, um dos centros acadêmicos que organizaram o protesto de 19 de abril

hospital para a região do Butantã. Há apenas uma unidade de emergência, o Pronto Socorro Municipal “Dr. Caetano Virgílio Neto”, para os cinco distritos da região: Raposo Tavares (que possui 54 favelas), Rio Pequeno, Vila Sônia, Morumbi e o próprio Butantã. “Precarizar o HU é precarizar, além da atenção secundária, também a atenção primária que ele cumpre na região oeste”, resume Alice Baer.

“A maioria dos trabalhadores de nível básico e nível técnico dessa universidade é morador da Favela São Remo, das favelas do Jaguaré, Vila Dalva e Rio Pequeno”, salienta Givanildo dos Santos. “A São Remo surgiu por conta da necessidade da construção da USP. É a mão de obra barata. Não existe nenhuma unidade da USP que não tenha um trabalhador que mora na São Remo”, descreve Givanildo, que já presidiu diversas vezes a Associação de Moradores da favela. “E aí os cortes de gastos dessa universidade que é pública limam os serviços fundamentais que ela oferece para essa mesma população pobre que a mantém e que ergueu





e ergue os prédios dessa universidade”, expõe.

Ele dá um longo suspiro, antes de retomar a análise. “É muito difícil para a comunidade da São Remo viver a situação em que o HU está. Comunidade que é lutadora, que fez nascer essa universidade, que junto com os trabalhadores da USP pressionou pela abertura do hospital. Várias pessoas da favela lembram, contam como fizeram passeatas e mais passeatas para que se inaugu-

rasse o HU”, relata.

“A gente não pode ignorar que o Brasil está mergulhado numa crise econômica e política. Essa diminuição de recursos tem impactado todo o setor público e a USP e o HU não saíram ilesos disso”, pondera o médico Gerson Salvador. “Essa crise ajuda em parte a explicar a situação da USP, mas em absoluto não a justifica. A principal justificativa é a própria visão política da Reitoria da USP”.

Visão política que vislumbra uma “USP do Futuro”. Assim foi batizado o projeto elaborado para a Reitoria pela McKinsey&Company (**vide p.30**). Em uma apresentação das primeiras conclusões do projeto no Conselho Universitário, em 2016, o reitor, a partir da avaliação de que “há gasto excessivo com pessoal”, anunciou que entre as sugestões da McKinsey estão “implementar o plano de redução da jornada de trabalho”, “desenhar



Professora Primavera Borelli

“O Hospital Universitário envolve atividades-fim e com essa concepção deve ser prioridade mantê-lo na estrutura universitária da mesma maneira que se preservam as demais unidades”, sustenta a diretora da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Primavera Borelli

plano de desvinculação dos hospitais”, “negociar grandes contratos com terceirizadas”, expandir a demissão voluntária. Medidas que, obviamente, mantêm o HU como alvo de M.A. Zago.

A professora Primavera Borelli, diretora da Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF), lembra à *Revista Adusp* que a USP já passou por outros períodos de restrição orçamentária e, no entanto, em nenhum momento suas unidades

foram desmontadas. “O Hospital Universitário envolve atividades-fim e com essa concepção deve ser uma prioridade mantê-lo na estrutura universitária da mesma maneira que se preservam as demais unidades”, argumenta. Entre alternativas de investimento para o hospital que se diferenciem de demissões e desvinculação, Primavera sugere “tratativas com o Estado para repasse de verbas e adequação da rede de atenção à saúde da região oeste com direcionamento dos atendimentos de baixa complexidade para UBS, UPA [Unidade de Pronto Atendimento] e AMAs [Atendimento Médico Ambulatorial]”.

Na opinião de Primavera, caso o HU seja retirado da estrutura de governança universitária, o campo de práticas para a formação dos profissionais da saúde estará perdido. “Ilusão pensar que poderá ser substituído por outros, porque não há sequer outro com essa estrutura que atenda, indistintamente, as diferentes áreas de formação em saúde: interdisciplinaridade — integração e interdependência de cada profissão da saúde para o desenvolvimento das atividades-fim da Universidade — sem predomínio de uma disciplina sobre as outras, atendimento de média complexidade etc”, elenca.

As considerações da diretora da FCF convergem com o entendimento do professor emérito Marcello Marcondes Machado, da Medicina, que ao manifestar-se em agosto de 2014 assim definiu o hospital: “O HU pode ser considerado a unidade da Universida-

de de São Paulo mais amplamente universitária”. A posição da FCF em defesa do hospital é histórica. Em maio de 2015, a Congregação da unidade divulgou “Carta Aberta aos Alunos, Docentes e Funcionários da USP”, na qual reconhece a “contribuição fundamental do HU na formação de profissionais competentes” e rejeita “qualquer medida que comprometa esta atuação”, recado contra a desvinculação pretendida pela Reitoria.

Nessa mesma linha, diga-se, foram as conclusões da comissão criada pelo próprio reitor, a ele apresentadas em 7 de julho de 2015 e jamais divulgadas pela Reitoria. A primeira delas: “que o HU permaneça vinculado à USP”, clara derrota do projeto inicial de M.A. Zago, de desvincular imediatamente o hospital e transferir sua gestão à Secretaria da Saúde. A comissão também defendeu que fossem garantidas as condições necessárias ao funcionamento do HU, “compatíveis com a qualidade da assistência, a segurança de pacientes e trabalhadores e a excelência do ensino”.

Como resistir à irresponsabilidade da gestão M.A. Zago-V. Agopyan? “A mobilização contra a desvinculação do HU foi forte e a luta dos estudantes foi muito importante, embora não tenha sido completamente vitoriosa porque logo em seguida veio o PIDV”, narra Alice Baer. “A gente tem tentado fortalecer uma vez mais a mobilização, mas o cenário está difícil dado que a Reitoria não se mostra aberta ao diálogo, e os PIDVs impedem as contratações via USP no

momento”. Na troca de ideias com os funcionários do hospital, estes apontaram como possibilidade de reforçar o quadro de pessoal do HU o eventual comissionamento de funcionários da Prefeitura, hipótese que os estudantes não veem como ideal, “dado que eles não têm vínculo com a universidade e portanto não têm a função do ensino”, mas é o que, nesse momento, “parece viável para manter o hospital de portas abertas atendendo a população”.

Questionado a respeito das reivindicações por contratações de emergência no HU, o superintendente Waldyr Jorge tergiversou, afirmando que elas estão reservadas “ao campo político com pouco resultado efetivo, uma vez que a situação financeira que a USP, assim como o Brasil passa, não permite visualizar contratação em curto prazo além do impedimento legal de contratação diante do PIDV”.

Daqui para frente, acredita Gerson Salvador, os passos terão de ser construídos com a sociedade civil a partir de um diálogo também com os entes do Estado, para viabilizar um financiamento mais adequado do hospital, em que os gestores do SUS colaborem com as despesas de custeio e em que a universidade recomponha o quadro de profissionais. “Ao final, [M.A.] Zago passará — deixará uma memória triste de uma visão pequena de universidade — e o HU permanecerá. Permanecerá vinculado a USP”. E vaticina, otimista: “E nós reconstruiremos o hospital e reconstruiremos a universidade”.



DESVINCULADO DA USP, HRAC PODE TER SUA GESTÃO PRIVATIZADA

Rodrigo Neves
Estagiário em Jornalismo

Em 2001, o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC-USP), ou “Centrinho”, foi premiado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em reconhecimento à sua colaboração para o desenvolvimento de pesquisas, tratamento e prevenção de lesões labio-palatais. Porém, a história de sucesso iniciada em 1967 foi desrespeitada e atropelada em agosto de 2014 pela Reitoria da USP, que subitamente resolveu desvincular o hospital. Agora, o HRAC virou moeda de troca na criação, em apenas 15 dias, de um curso de medicina com fins eleitorais

Na década de 1960, um grupo de professores da Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB) detectou em uma pesquisa que uma dentre 650 crianças nasce com fissuras labiopalatais. Tal dado incentivou sete professores da FOB a criarem, em 1967, um centro de estudos não só para pesquisas na área, mas também para o atendimento da população: o Centro de Pesquisa e Reabilitação de Lesões Lábio-Palatais, que viria a ser chamado carinhosamente de “Centrinho”.

Cinquenta anos depois, o Centrinho já ultrapassou a marca de mais de 100 mil pacientes atendidos de forma interdisciplinar. Hoje se chama Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC), reconhecido como o maior centro para pesquisa e tratamento craniofacial do mundo. As deficiências craniofaciais são a terceira deficiência mais comum a afetar os seres humanos. Em 2001, na Suécia, o HRAC foi premiado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em reconhecimento à sua colaboração para o desenvolvimento de pesquisas, do tratamento e da prevenção

das anomalias craniofaciais. Porém, a história de sucesso do Centrinho-HRAC seria atropelada em 2014 pela própria Reitoria da USP.

Por proposta do reitor, que somente veio a público meros quinze dias antes, em 26 de agosto de 2014 o Conselho Universitário (Co) deliberou pela desvinculação do HRAC, transformando-o de “Órgão Complementar” em mera “Entidade Associada” e, ao mesmo tempo, em “Autarquia Especial” vinculada à Secretaria de Saúde do Estado. A justificativa defendida pela Reitoria ia pelo usual argumento, falacioso, da suposta crise financeira da USP pelo “excesso” com a folha de pagamentos.

A aprovação, pelo Co, da proposta de desvinculação foi escandalosamente ilegal, porque obteve apenas 63 votos a favor, sendo que o Estatuto da USP exige maioria qualificada de votantes, ou dois terços do colegiado, para modificações que envolvam órgãos complementares. Portanto, seriam necessários pelo menos 77 votos. Em setembro seguinte, a Adusp protocolou na Secretaria Geral da USP, órgão da Reitoria, uma

petição ao Co para anular a desvinculação do HRAC. Em novembro, o secretário geral Ignacio Poveda recebeu novo documento: um “pedido de inclusão em pauta” subscrito por 26 membros do Co (21% do colegiado), para que a petição apresentada pela Adusp fosse incluída na pauta da reunião seguinte. Este número superava o mínimo exigido pelo Regimento do Co para tais pedidos.

O reitor, contudo, decidiu não submeter a petição ao Co, o que motivou protestos de vários conselheiros na primeira reunião de 2015, realizada em 3 de março. Os representantes da Reitoria sequer se deram ao trabalho de responder às críticas. Por ironia, na abertura da reunião M.A. Zago expôs um balanço de seu primeiro ano de gestão, salientando que as ações reitorais teriam promovido “democratização” e “transparência”.

A desvinculação do HRAC foi objeto de crítica de uma avaliação institucional realizada em setembro de 2015 pelo professor Antônio Rugolo Junior, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), e pelo professor Ronald Strauss, da University of North Carolina. “Ficou muito claro para nós que além de criar uma séria insegurança entre os funcionários, a migração do hospital para fora da universidade iria causar uma diminuição da qualidade da assistência, ensino e pesquisa”, diz o relatório. “Nós ficamos profundamente preocupados ao considerar que a ameaça de mudar o HRAC-USP para a Secretaria de Saúde poderia acabar com a possibilidade do hospital tratar pacientes com fissura labiopalatina, malformações craniofaciais e deficiência auditiva do país todo. Além disso, nós vemos a possível



Cláudia Carrer, ex-integrante do Conselho Deliberativo

mudança como prejudicial à missão de pesquisa da instituição. Não conseguimos encontrar vantagens nessa saída da Universidade”.

O Centrinho atendia pacientes do Brasil todo, hoje atende unicamente os matriculados. Casos novos agora somente da região: 68 municípios. Quem nascer com fissura labio-palatal no Rio de Janeiro, por exemplo, terá de procurar atendimento por lá mesmo

Graças à desvinculação, o hospital foi lançado em um limbo jurídico-administrativo. Quase três anos depois da decisão, ainda é a USP que adminis-

tra e financia o hospital. Entretanto, o Centrinho passou neste ano por uma regulação de vagas do Sistema Único de Saúde (SUS). Relato de Cláudia Carrer, funcionária do HRAC e ex-representante dos servidores no Conselho Deliberativo do hospital, revela que a advertência dos avaliadores Rugolo e Strauss quanto às restrições geográficas do atendimento tinha fundamento: “O Centrinho atendia pacientes do Brasil todo, hoje apenas os matriculados. Casos novos agora somente da região: se não me engano, 68 municípios. Então, por exemplo, paciente que nasce [com lábio] fissurado lá no Rio de Janeiro não vai vir mais para o Centrinho, ele terá que procurar no Estado dele um centro de referência que o atenda lá”.

Desde setembro de 2016 o HRAC reduziu seu atendimento semanal de 16 novos pacientes com fissura labio-palatina para apenas quatro, segundo registrado em ata do Conselho Deliberativo. Também passou neste ano por

regulação do Sistema Único de Saúde (SUS): em vez de atender pacientes de todo o país, agora atenderá somente 68 municípios da região. Tais restrições deverão afetar sensivelmente os serviços oferecidos pelo hospital, que em 2016 atendeu 612 portadores de fissura labiopalatina (média mensal de 51) e 40 de malformação craniofacial, realizou quase 10 mil cirurgias e abriu mais de 5 mil prontuários (vide <http://goo.gl/Byd5w7>).

Soma-se à diminuição de atendimento a precarização do hospital realizada pelas ações da Reitoria. Implantado o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), dos dez anestesistas restaram apenas cinco. “Temos cinco salas de cirurgia, mas apenas duas funcionando, por falta de anestesistas”, diz Cláudia.

O limbo jurídico-administrativo ficou ainda mais evidente com a exoneração, em janeiro de 2016, da fonoaudióloga Regina Bortoleto Amantini do cargo de superintendente do HRAC. Regina assumira o cargo em 2012, quando da aposentadoria do então superintendente, o professor José Alberto de Souza Freitas. Em 2014, ela foi a primeira na lista tríplice elaborada pelo Conselho Deliberativo e foi nomeada pelo reitor para um mandato de quatro anos. Tudo indica que a atitude de Regina de uma certa cautela nas tratativas com a Secretaria de Saúde, bem como de respeito aos pacientes (“Em nenhum momento vai mudar o nosso atendimento, vamos continuar atendendo as anomalias craniofaciais”, declarou ela à TV Câmara de Bauru), incomodaram o reitor, que não tolera qualquer independência intelectual.

O mandato de Regina foi subitamente interrompido por um telefo-

nema do chefe de Gabinete do reitor, Osvaldo Shigueru Nakao, que comunicou a ela sua exoneração e a nomeação (pelo vice-reitor V. Agopyan) da professora Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado, a Cidinha, diretora da FOB, para assumir o cargo. Na fatídica reunião do Co que desvinculou o HRAC, a intervenção de Maria Aparecida foi importante para angariar votos indecisos. Ela apoiou integralmente a proposta do reitor e sustentou que o Conselho Deliberativo do hospital havia debatido o assunto, o que foi negado por docentes da FOB e funcionários.

No mesmo mês, o *Informativo Adusp*, em reportagem sobre a substituição de Regina por Maria Aparecida, questionava: “como é possível tal ato administrativo, se não é atribuição do reitor da USP nomear os dirigentes de entidades associadas”? Assim, Maria Aparecida, que já presidia o Conselho Deliberativo do HRAC, passou a acumular a superintendência, além da direção da FOB.

A somatória de irregularidades foi, de certa forma, reconhecida pela própria professora quando, repetidamente, ela se autodeclarou “interventora” do reitor. “Ela assumiu e, passado algum tempo, afirmou — em uma reunião do Conselho Deliberativo — que veio como interventora”, lembra Cláudia Carrer, que na época representava no colegiado os funcionários técnico-administrativos. “Na reunião seguinte, ao aprovar a ata da reunião em que ela disse isso, não constava esta fala na ata. Eu disse que deveria constar. Ela escancarou de vez e disse: ‘Eu vim mesmo como interventora e essa era uma ordem do reitor’, então consta em duas atas”.



Regina Amantini, ex-superintendente

Maria Aparecida Machado, superintendente do hospital e diretora da FOB, assumiu e encaminhou a proposta de criação de um curso de Medicina na faculdade, num “arranjo” que delega o controle do HRAC ao governo estadual e a alguma entidade privada

“É muito importante ressaltar que a Cidinha estava como diretora da FOB, virou superintendente do Centrinho. A Superintendência do Centrinho é subordinada ao Conselho Deliberativo (CD). Segundo o regimento do Centrinho, o presidente do CD é o diretor da FOB, ou seja, ela está subordinada a ela mesma. Ela não prestava contas de nada a ninguém”, aponta Cláudia.

Ainda em 2016, segundo o *Jornal da Cidade*, de Bauru e região, o Centrinho

diminuiu o atendimento mensal de 17 para 4 novos pacientes com fissuras labiopalatais, principalmente devido à falta de contratações de novos profissionais. Um dos arremedos encontrados pelos gestores para o problema foi um convênio assinado pela Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (FUSP, entidade privada) com uma ong internacional chamada Smile Train, que pagará 250 dólares para cada cirurgia reparadora realizada, pedindo em contrapartida fotografias de cada paciente antes e depois da operação.

Mesmo em situação crítica, vendendo-se impelida a recorrer à ajuda financeira de ongs, a professora Maria Aparecida encampou e encaminhou a proposta de criação de um curso de Medicina na FOB. Segundo o documento, datado de 20 de dezembro de 2016, “propõe-se uma releitura da forma de cooperação da USP com o HRAC-USP [sic] e o SUS”. O HRAC, que conforme o *script* reitoral deixou de ser “Órgão Complementar” para tornar-se “Entidade Associada”, portanto estranha à USP, continua a ser no entanto “HRAC-USP”. Surpre-



Professora Maria Aparecida Machado, M.A. Zago, prefeito Clodoaldo Gazetta, Alckmin, Tobias e Uip: "arranjo" com finalidades eleitorais

ende que um documento oficial refira-se a formas de “cooperação” entre, de um lado, o ente denominado “HRAC-USP” e, de outro lado, o ente “USP”. E, ainda, de modo surreal, proponha uma “releitura” de tal cooperação.

“A USP, nessa proposta de cooperação com o SUS, fortaleceria o Campus de Bauru como polo de Saúde bem como as práticas especializadas do HRAC-USP, mediante criação de um Curso de Medicina”, diz o documento. “Por outro lado, a Secretaria de Estado

da Saúde-SP/SUS assumiria o HRAC-USP, preferencialmente na forma de um hospital estadual”, “em associação com a USP, por meio de convênio, com a intervenção da USP e apoio de uma organização social ou fundação com expertise na área de saúde”. Assim, embora confuso, o documento revela que se cogita terceirizar o HRAC.

O documento revela, ao mesmo tempo, a aparente incoerência no discurso da burocracia universitária, mas também o que este discurso ten-

ta esconder. A incoerência se mostra no fato de que a desvinculação foi defendida, em 2014, como uma forma de desonerar a folha de pagamento da USP. Entretanto, dois anos após a desvinculação formal, o governo exige como contrapartida para a vinculação do hospital a criação de um curso de Medicina, com abertura de 60 vagas em 2018, e que — se a proposta for minimamente séria, o que ainda resta por comprovar — deverá consumir novos recursos da universidade. Como diz o

documento, “com este arranjo, a USP deixaria de desembolsar/ano o valor de R\$ 2.157.603,24” e “com este montante, seria possível a contratação de 9 docentes em regime de RDIDP”. A vantagem da USP, segundo o discurso de M.A. Zago e seus seguidores, não seria mais a economia de verbas, mas a dedicação exclusiva à sua suposta atividade-fim: a formação de profissionais.

O que este discurso esconde é a paulatina destruição e precarização do HRAC, assim como o abandono do tripé que sustenta a excelência da USP: pesquisa, ensino e extensão. A orientação de que o hospital seja terceirizado, gerido por uma fundação privada ou “organização social”, está declarada. Sairá prejudicada a população, inclusive indiretamente, pois será afetada a formação dos profissionais de saúde, que em futuro próximo poderão encontrar no HRAC funcionários em um regime de trabalho cada vez mais precário e menos voltado para o ensino.

O processo de criação do curso de Medicina da FOB transcorreu com rapidez fulminante entre 21 de junho, quando reuniram-se Maria Aparecida, o reitor, o secretário David Uip e o prefeito de Bauru, e 4 de julho, quando o Co aprovou a proposta

“Existe uma comemoração muito grande em torno da criação da



Maria Aparecida Machado, diretora da FOB e superintendente do HRAC

faculdade de medicina, mas em que condições? Não temos condições de receber esse pessoal aqui. Com que professor? É inviável. Ela [Maria Aparecida] está juntando a fome dela com a vontade do Alckmin de se eleger. Para nós está muito claro”, comenta Cláudia Carrer.

O processo de criação do curso de Medicina da FOB transcorreu de forma especialmente rápida. A proposta foi apresentada à Pró-Reitoria de Graduação, como visto, em dezembro de 2016. No dia 21 de junho de 2017, reuniram-se o reitor M.A. Zago, a professora Maria Aparecida, o prefeito de Bauru Clodoaldo Gazzetta (PSD), o deputado estadual Pedro Tobias (PSDB) e o secretário estadual de Saúde, David Uip, que, segundo a *Folha de S. Paulo*, é forte pré-candidato do PSDB à eleição de governador em 2018. No dia seguinte, 22 de junho, a professora Maria

Aparecida encaminhou a proposta à Comissão de Graduação da própria unidade. A Comissão de Graduação se reuniu extraordinariamente no dia seguinte e aprovou a proposta. Nessa mesma data, 23, o processo voltou para o pró-reitor de Graduação, Antonio Carlos Hernandez. Este, em despacho dado no dia 27, solicita que o processo seja encaminhado ao professor Edmund Barcat, presidente da Câmara Curricular e do Vestibular (CCV), para emissão de parecer. O parecer, favorável, é dado *ad referendum* pelo próprio professor Barcat no dia 28 de junho! Nesse mesmo dia é aprovado no Conselho de Graduação (CoG).

Finalmente, no dia 29 de julho, o projeto é aprovado em uma reunião extraordinária da Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP) e igualmente na Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA), entrando nessa mesma

AÇODAMENTO E “PARECERES- RELÂMPAGO”

A proposta de transformação de um órgão da USP em “Entidade Associada”, verdadeira aberração do ponto de vista jurídico, deve-se a uma “brilhante” ideia da Procuradoria Geral (PG-USP), que a formulou em um único dia (e apenas uma semana antes da votação no Co), o que dá a medida do açodamento irresponsável com que a Reitoria conduziu questão de tamanha importância. Naquele momento, o reitor ainda planejava desvincular também o Hospital Universitário (HU).

Todo o trâmite da consulta jurídica se deu em apenas três dias. Em 18 de agosto de 2014, o então chefe de Gabinete, José Drugowich, encaminhou ofício ao então procurador geral Gustavo Monaco, “solicitando a elaboração de estudo, visando adequar as normas da USP à proposta de alteração do *status* do Hospital Universitário e do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais junto à estrutura da Universidade”. Em resposta, em apenas dois dias os dois principais órgãos de consultoria jurídica da universidade — a PG-USP e a Comissão de Legislação e Recursos (CLR) — não só convalidaram a proposta de desvinculação, como, pior ainda, emitiram pareceres “relâmpago” que formataram uma “saída” jurídica que, além de cruel, é totalmente desprovida de elementar bom senso.

Bastou o dia 19 para que a PG providenciasse o “estudo” solicitado por Drugowich. O resultado de rapidez tão estonteante merece ser lido com atenção: “Com relação ao Regimento Geral, esclarece que este elenca em seu artigo 8º quais são os órgãos complementares da Universidade, a saber, o Hospital Universitário (inciso I) e o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (inciso II), sendo necessário revogar tais incisos, mantendo-se hígido o *caput* para a hipótese de, no futuro, a Universidade optar por criar algum(ns) órgão(s) complementar(es). [...] No caso concreto, os atos de

transferência dos hospitais para o Estado, quando aperfeiçoados, criarão pessoas jurídicas próprias, dotando-as de personalidade jurídica nova e autônoma da USP, daí porque se faça necessário pensar em um mecanismo jurídico apto e hábil a dotar, desde logo, tais hospitais do *status* de entidades associadas. Com esse intuito, sugere a inclusão de uma disposição geral ao Regimento Geral, após seu artigo 262, com a seguinte redação: ‘Artigo 263- Fica assegurado [sic] ao Hospital Universitário e ao Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais a condição de Entidades Associadas à USP, dispensados os requisitos do artigo 10 deste Regimento Geral’”.

No dia 20, a CLR emitiu seu parecer “favorável à proposta de alteração do Regimento Geral, acompanhando o parecer do relator, sugerindo modificação na redação proposta [pela PG] do artigo 263, nos seguintes termos: “Artigo 263- O Hospital Universitário e o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais *integram o elenco de Entidades Associadas*, previsto no artigo 14 das Disposições Transitórias do Regimento Geral, dispensados os requisitos de admissão do artigo 10 deste Regimento” (destaques nossos).

A versão da CLR foi a “aprovada” pelo Co, ilegalmente como visto porque não foi alcançado o quórum necessário. Um documento da Reitoria registra as mudanças: “É aprovada a transformação do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais em autarquia especial vinculada administrativamente à Secretaria Estadual da Saúde, mantendo a sua governança acadêmica pela Universidade. É aprovada, também, a transformação do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais em Entidade Associada da Universidade de São Paulo, suprimindo, consequentemente, o inciso II do artigo 8º do Regimento Geral da USP, bem como a constituição de Comissão de Acompanhamento” (<http://bit.ly/2v4s6BL>, p.3).

Ocorre que só pode ser “Entidade Associada” alguma instituição pré-existente, externa à USP, que solicita à universidade que esta a declare “associada”, o que lhe confere certas vantagens. Desmembrar um órgão ou estrutura pertencente à própria USP, declarando que a partir daquele momento tal setor passa a ser uma “Entidade Associada”, é algo irracional, absurdo e que indica má-fé. Ademais, a transformação em “Autarquia Especial” leva a indagar: desde quando a USP tem poderes para criar autarquias?

(P.E.R.P.)



Protesto em Bauru contra a desvinculação do HRAC

data na pauta do Co, que o aprovou no dia 4 de julho. Portanto, em menos de 15 dias a proposta recebeu sucessivos pareceres favoráveis e foi aprovada, apesar de constituir um raro caso de curso de Medicina oferecido por uma Faculdade de Odontologia.

Antes da aprovação, a proposta foi criticada por diversos conselheiros por transferir ao governo estadual, na véspera de um ano eleitoral, um hospital composto por duas unidades, sem nada em troca. Em nota conjunta, os centros acadêmicos da Faculdade de Medicina (FM) e da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) reconheceram a necessidade de ampliação de vagas, mas questionaram a criação do curso num momento em que a Reitoria desmonta os hospitais

universitários sob a justificativa de crise financeira.

Segundo a professora Maria Aparecida, a contrapartida exigida pelo governo Alckmin para assumir a administração do Centrinho seria a criação do curso de medicina. A Reitoria argumentou, na reunião de 4 de junho, que o novo curso não criará mais despesas para a universidade e que esta deixará de gastar recursos com o hospital a partir da parceria.

A *Revista Adusp* encaminhou à professora Maria Aparecida uma série de perguntas, que não foram respondidas. “A Superintendência do HRAC-USP não irá se pronunciar”, informou o assessor de imprensa do hospital. Igualmente procurada, por

intermédio da sua assessoria de comunicação, a Reitoria não deu qualquer resposta.

A diretora da FOB e superintendente do HRAC deixou de responder se atualmente o hospital é uma “Entidade Associada” da USP, uma “autarquia especial” ou algum outro tipo de instituição pública. Deixou de explicar se ele ainda é financiado majoritariamente pela USP e qual a participação do SUS e da Secretaria de Saúde no orçamento do HRAC. Outras perguntas não respondidas por Cidinha: “Quais são os termos do acordo entre a USP, HRAC e a Secretaria de Saúde em relação à criação do curso de medicina? Por que a Sra. se considera uma interventora do reitor?”

DESATIVADA, CRECHE OESTE REVELA QUE NEM CRIANÇAS ESTÃO A SALVO DA REITORIA

Renata Iracema Maria
Jornalista

Daniel Garcia



Ocupação Creche Aberta: chorinho e venda de refeições impedem o fechamento do local e animam a resistência

A pretexto de que não desenvolve atividades-fim, mas exclusivamente atividades-meio, a Reitoria procedeu à absurda desativação da Creche Oeste da USP — em total desrespeito às crianças matriculadas, às famílias e aos funcionários — e à transferência dos alunos e pessoal para a Creche Central. Tal alegação reflete ou uma profunda ignorância da gestão M.A. Zago-V. Agopyan, ou deliberada má-fé, pois as Creches da USP são referência no tocante a pesquisas científicas voltadas à primeira infância. A Ocupação Creche Aberta resiste e mantém viva a unidade

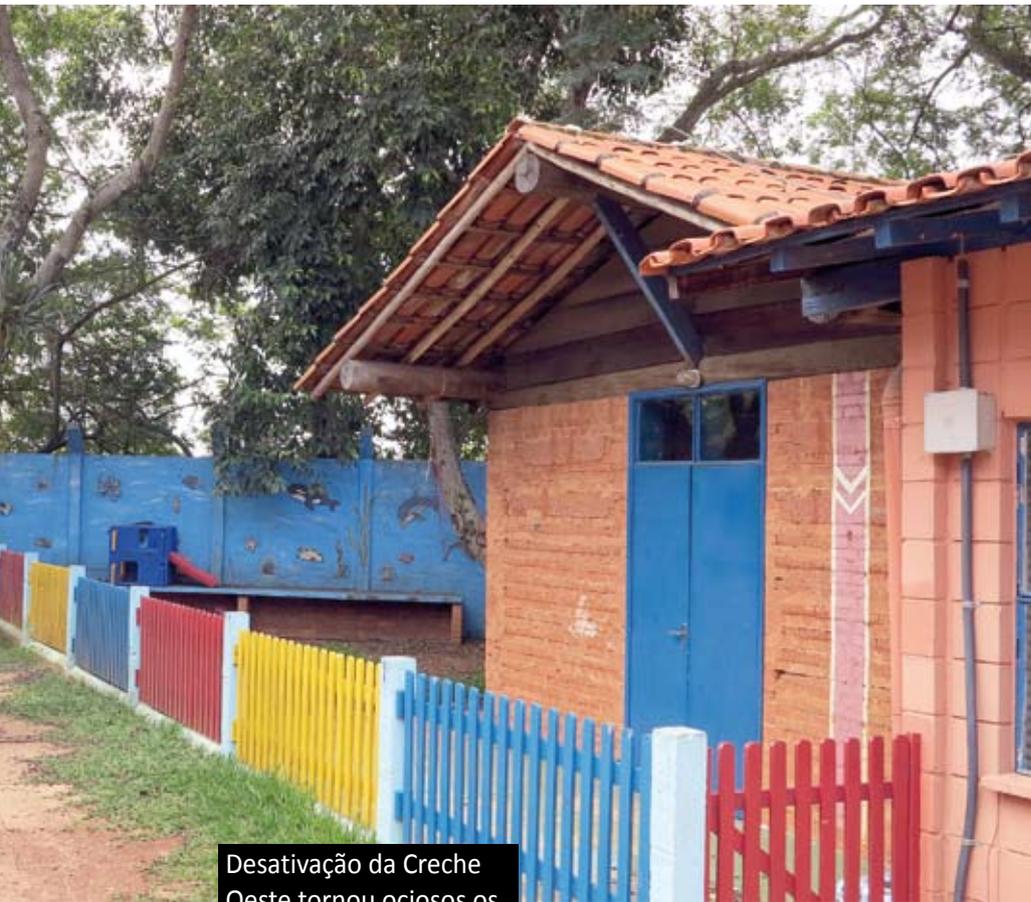
Uma semana antes do início das aulas em janeiro de 2017, famílias que se preparavam para o retorno ao cotidiano escolar receberam um comunicado da administração da Universidade de São Paulo, por e-mail, informando o fechamento da Creche Oeste, que atende filhos de alunos e de servidores da USP há mais de três décadas e era uma das duas unidades desse tipo em atividade na Cidade Universitária do Butantã. Funcionárias e funcionários que estavam de férias foram surpreendidos, às 13 horas do dia 16 de janeiro, com o informe de que um caminhão de mudança retiraria todos os móveis e equipamentos

do edifício a partir das 14 horas do mesmo dia, e que as crianças seriam transferidas para a Creche Central.

Tudo repentino, no melhor feito da gestão M.A. Zago-V. Agopyan. Tudo imposto, sem o menor respeito aos pais, às próprias crianças, ao corpo de funcionários. Naquele momento a Creche Oeste contava 41 crianças matriculadas, mas segundo levantamento da equipe teria capacidade para atender mais 37. A creche já não recebia novas matrículas desde 2015, salvo em caso de irmãos já matriculados — medida, dentre outras, que já sinalizava um desmonte.

A equipe era constituída por 39 funcionários, no total: diretora, psi-





Fotos: Daniel Garcia

Desativação da Creche Oeste tornou ociosos os amplos e acolhedores espaços e equipamentos destinados às crianças



cológo, técnica administrativa, auxiliar de enfermagem, auxiliar de manutenção, zelador, técnica de nutrição, quatro cozinheiros, quatro auxiliares de serviços gerais e 24 educadores com jornada de 6 horas por dia (30 horas semanais) distribuídos entre manhã e tarde. Todos eles foram remanejados para a Creche Central, sem qualquer planejamento ou discussão anterior. No embate judicial que se seguiu, entre a Associação de Pais e Funcionários da Creche Oeste (APEF) e a Reitoria, a USP não conseguiu sequer explicar ao juiz do caso qual destinação pretende dar ao prédio desativado.

“A Reitoria da USP tem insistido em tratar os serviços realizados pelas creches (Central, Oeste, São Carlos, Saúde e ‘Carochinha’) como não sendo *atividades-fim*, mas sim exclusivamente *atividades-meio*; e, com isso, tenta isentar-se da responsabilidade por tais atividades essenciais. Contradição pura”, observou a Diretoria da Adusp, em nota emitida no dia seguinte ao comunicado da Superintendência de Assistência Social (SAS) da Reitoria aos pais dos alunos. “É revoltante seu completo desca-so para com as trabalhadoras e os trabalhadores da Creche-Pré-Escola Oeste e as famílias ali atendidas!”

Após citar texto que consta do portal digital da SAS, no item Divisão de Creches (que “tem, como um de seus objetivos, também oferecer campos de estágios e pesquisa, recebendo estudantes, mestrandos, doutorandos, que vêm conhecer o trabalho realizado nas creches, buscar informações e realizar coletas de dados para seus trabalhos”, etc.), a Diretoria da Adusp acrescentou:

“Portanto, como reconhecido pela própria Universidade, entre os objetivos das creches figura claramente o de oferecer e subsidiar relevantes atividades acadêmicas de estágio e pesquisa relacionadas à educação infantil. Tal fato certamente foi levado em conta pelo Conselho Universitário (Co) quando decidiu, por maioria, garantir a continuidade das creches, na contra-mão do desmonte pretendido pela Reitoria. Na reunião do Co que definiu as Diretrizes Orçamentárias de 2017, os conselheiros aprovaram como item 5 das Diretrizes Gerais: *Preencher as vagas ociosas no limite da capacidade das creches da USP*”.

A vocação das creches da USP para atividades acadêmicas e de pesquisa é exemplarmente demonstrada por Layara Vieira, 27 anos, professora da educação infantil na Prefeitura de São Paulo. Quando criança, na década de 1990, foi aluna da Creche Oeste. Depois de estudar na Escola de Aplicação, e cursar a graduação em Pedagogia na Faculdade de Educação (FE-USP), onde se formou (2010), fechou um ciclo

retornando à Creche Oeste, onde estagiou como educadora (2011) e fez a iniciação científica com trabalho de campo (2013). Hoje Layara integra o Grupo de Pesquisa em Sociologia da Infância (Gepsi-FE) e cursa o mestrado em Sociologia da Infância.

“Vinda de uma ‘escolinha’ tradicional para crianças, lembro-me do momento mágico que foi poder ficar descalça na areia, de como para mim

era difícil entender práticas como o banho de esguicho de mangueira, a emocionante autonomia de poder mexer na minha mochila! Os cheiros, os sabores sem açúcar, as brincadeiras, a serragem da composteira e o nosso teatro da Branca de Neve: a casinha construída com muito custo e caixas de leite, as falas da bruxa que paralisava todo mundo e que no fim ficou paralisada...”.

Fotos: Daniel Garcia



Professora Marie Claire Sekkel



Daniel Britto



Música, teatro, fabulação: respeito às crianças como protagonistas

Layara conta que aprendeu ali como é o exercício da democracia, recorda que havia um esforço democrático, com espaço para crítica e construção, não importando a posição de quem participasse. A parceria com educadores experientes foi parte de sua formação profissional. O que se vê hoje no seu trabalho como professora reflete o que aprendeu, no lidar pedagógico com a preciosidade que são as crianças. Inclusive ao aprender o olhar das crianças nos seus momentos da rotina, nas brincadeiras principalmente, e na percepção de sua humanidade.

“Para realizar minha pesquisa,

além da autorização do uso de imagem assinado pelos responsáveis, houve também a autorização pelas crianças. Como? Nada escondido”, relata sobre sua iniciação científica. “As crianças sabiam quando eu filmava, quando fotografava, e eu percebendo quando estava incomodando, ou quando devia dar-lhes novamente uma explicação compreensível do meu objetivo: entender suas brincadeiras. A partir disso elaborei a coprodução de dados no intuito de diminuir o constrangimento hierárquico, adultocêntrico, comum quando as crianças participam das pesquisas”, explica Layara.

“Pessoalmente tenho me preocupado com a memória da Creche Oeste, pois é uma memória viva e crescente. A creche aberta é memorial do esforço democrático que foi cultivado. As crianças removidas para a Creche Central precisam falar das suas vivências, os profissionais que por lá passaram precisam falar de suas vivências e trabalho, as crianças que foram da Creche Oeste e que agora estão na Escola de Aplicação precisam falar”, prossegue a pesquisadora. “O trabalho e a luta estão apenas começando, precisamos de fôlego, diversas frentes e vozes de resis-

tência. Resistência não apenas ao fechamento da Creche Oeste, mas ao descaso da Universidade e do Estado em relação à infância. Mia Couto, escritor moçambicano, diz que o importante não é a casa onde moramos, mas onde, em nós, a casa mora. Posso com certeza dizer que a Creche Oeste é a casa que sempre irá morar em mim”.

“Sempre que alguém batia à porta procurando espaço para estagiar ou desenvolver alguma pesquisa, havia todo um cuidado para não invadir o mundo das crianças. Mas o atendimento a esse tipo de demanda era sempre prioridade, tanto trabalhos acadêmicos como visitas”

Marie Claire Sekkel, professora do Instituto de Psicologia (IP) especializada em Psicologia Escolar, foi diretora da Creche Oeste por 13 anos. Conta que durante sua gestão foram realizados inúmeros trabalhos de pós-graduação, além de estágios curriculares em várias áreas. Lembra que o modo como os trabalhos eram realizados era amplamente discutido com as famílias e com as crianças.

“Sempre que alguém batia à porta procurando espaço para estagiar ou desenvolver alguma pesquisa havia todo um cuidado para não in-

vadir o mundo das crianças. Mas o atendimento a esse tipo de demanda era sempre prioridade, tanto trabalhos acadêmicos como visitas. Nós entendíamos que nossa creche, sendo referência em educação infantil, devia dialogar com outras iniciativas, das nossas redes municipal e estadual, e mesmo de outras origens”, afirma Sekkel.

Em entrevista concedida na Creche Central, para onde foi remanejada após o fechamento da Creche Oeste, a educadora Marlene Figueiredo, a Nani, deplora o descaso da Reitoria com o trabalho realizado nas creches, e com toda a comunidade da USP: “Não acredito na falta de sabedoria da administração ao propor o fim dessas atividades”. Durante a manifestação realizada em 7 de março contra a aprovação dos “Parâmetros de Sustentabilidade”, Nani foi agredida e presa quando registrava em vídeo a ação truculenta da Polícia Militar contra os manifestantes. A educadora foi mantida algemada em dependências da Reitoria (vide p.112).

Nani tem uma trajetória extensa na USP, como aluna de História (graduada em 2000) e posteriormente como funcionária. Atuava como educadora na Prefeitura de São Paulo quando ingressou por concurso, em 2005, na Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais (Cecae), órgão de apoio às unidades, cursos e serviços de extensão universitária. Uma das atribuições da Cecae era o programa “Avizinhar”, que buscava uma convivência mais harmoniosa e respeitosa entre a USP e a população de bai-



xa renda que vive no entorno da Cidade Universitária do Butantã. Criado em 1998, o programa foi extinto em 2006, na gestão da reitora Suely Vilela.

No ano em que atuou no “Avizinhar”, Nani pôde estabelecer diálogo e assistência a crianças e adolescentes em situação de risco, menores que praticaram furtos e outros delitos dentro do *campus*, acompanhando-os em visitas, atividades e audiências judiciais. O programa tinha como eixo a educação em meio aberto: atividades educativas, acompanhamento familiar,



Transferida da Creche Oeste, educadora Nani Figueiredo agora atua na Creche Central

escolar e comunitário, exemplo de trabalho interdisciplinar de extensão universitária.

Em 2006, com o fim do programa, foi para a Creche Oeste, onde se deparou com uma realidade sonhada, mas jamais experimentada em outros ambientes educacionais. Impressionou-se com a fartura de materiais, instalações adequadas para receber as crianças, a postura dos educadores. “São creches que têm pensado a infância de maneira diferente, as crianças como protagonistas, categoria social de direitos, pessoas que produzem conheci-

mento, cultura, agentes históricos, que podem sim colocar opiniões, questionar, produzir, porque também constroem o mundo”.

A educação infantil, reforça Nani, não se atém apenas aos cuidados de higiene, alimentação e manutenção da integridade física. Na Creche Oeste ela viveu a experiência de encarar as crianças como sujeitos potentes, e assim compartilhar saberes entre todos que convivem no ambiente escolar. Além disso, a creche é um espaço aberto para as famílias e para a comunidade, de portas abertas para que educadores

de outras escolas possam contar suas práticas e entrar em contato com as ali experimentadas.

Tratando-se de uma das maiores universidades do mundo, a seu ver a USP poderia ser referência em educação infantil, já que projetos desenvolvidos foram ganhadores de prêmios como Educador Nota 10 e Arte na Escola, contribuindo com a elaboração de material pedagógico para a primeira infância, que até agora conta com poucas obras publicadas no país.

Nani acredita que, mesmo com o quadro de funcionários incom-

pleto, a Creche Oeste poderia receber 110 crianças. Interditada, as crianças foram encaminhadas para a Creche Central. A unificação das duas unidades encaminhada pela Reitoria não leva em conta as suas diferenças e particularidades institucionais, o que causa conflitos, sem mencionar a violência que foi usurpar um espaço cheio de significados, como era a Creche Oeste para funcionários e crianças. Estas saíram de lá para o recesso de fim de ano com fortes perspectivas de retorno, deixando inclusive perences pessoais, e não puderam retornar.

Foi algo extremamente conturbado também para Creche Central, que teve suas turmas e espaços remanejados, sem o devido cuidado. Com tal medida a Reitoria também passou por cima da decisão do Conselho Universitário (citada na nota da Diretoria da Adusp), que, na reunião de 8 de novembro de 2016, decidiu pelo preenchimento das vagas ociosas, mais de 60.

No último round da disputa judicial, ao final de uma audiência de conciliação determinada pelo TJ-SP, o juiz decidiu manter suspenso o pedido de reintegração de posse do local, diante dos argumentos vazios dos representantes do reitor

Em 2015, quando as creches deixaram de receber novas crianças, criou-se uma rede de pais, funcionários e apoiadores em torno da ameaça de fechamento das unidades, e estão lutando desde então. Por meio dessa rede souberam do caminhão mandado pela Reitoria para desocupar o prédio da Creche Oeste, sem aviso oficial aos pais e educadores. Quem conta é Isa, mãe de duas crianças que frequentaram as creches da USP, e que se juntou à Ocupação Creche Aberta, movimento deflagrado pela APEF contra a desativação da unidade, com amplo apoio de estudantes de graduação, do Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp) e da Adusp.

Daniel Brito, quartanista de Letras, participa do movimento estudantil desde que entrou na Universidade. Pai de um garoto de 7 anos, veio para a Ocupação no dia 20 de janeiro. Cozinheiro, diz ter ficado maravilhado diante das possibilidades de geração de recursos que se abriam com a cozinha da Creche Oeste, para manutenção da Ocupação. “Para um cozinheiro, tomar uma cozinha dessas é como tomar os meios de produção”, diz Daniel com um sorriso largo. Graças aos almoços oferecidos às quintas-feiras e a “pizzas” esporádicas, a Ocupação levantou R\$ 12 mil, dinheiro suficiente para pagar os custos dos embates jurídicos com a Reitoria, a compra de material de limpeza, alimentação e higiene pessoal dos ocupantes.

No último round da disputa judicial, em 20 de abril, ao final de audiência de conciliação determinada pelo Tribunal de Justiça (TJ-SP), o juiz Danilo Mansano Barioni, da 1ª Vara de Fazenda Pública, decidiu

manter suspenso o pedido da Reitoria de reintegração de posse do local, diante dos argumentos vazios dos representantes do reitor. Ele entendeu que as instalações estavam em melhores mãos com os ocupantes do que com a administração. Para o juiz, registrou o *Informativo Adusp* 435, “ficou claro que não há qualquer planejamento relacionado ao destino do imóvel” e “em simples resumo, a autora [a USP] não tem o que fazer com o imóvel, ou ao menos isto não comprovou”.

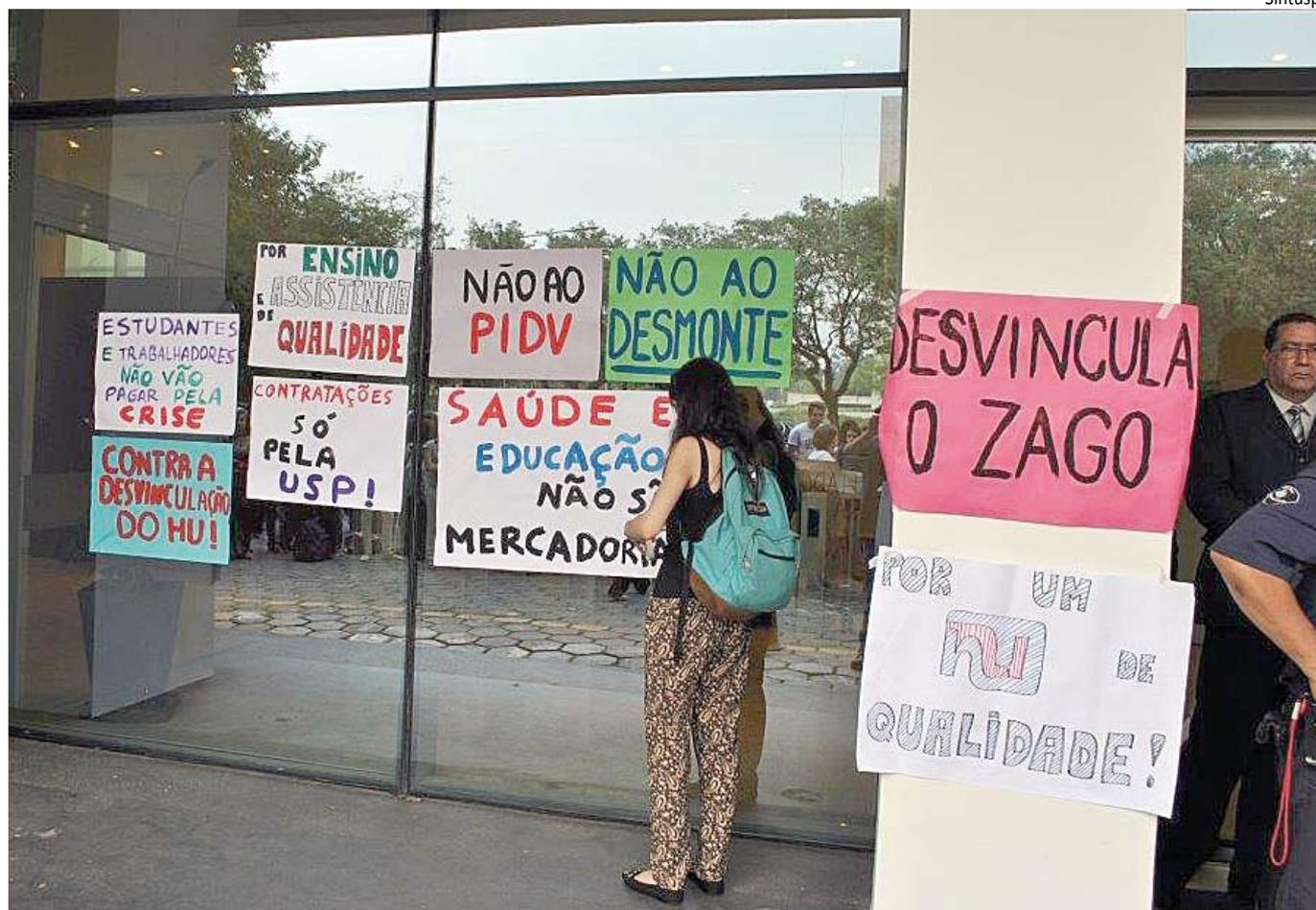
Em 21 de março, o juiz Kenichi Koyama, da 11ª Vara de Fazenda Pública, havia concedido liminar em mandado de segurança em favor da APEF. Koyama aceitou o pedido de reabertura da creche: “Suspendo imediatamente a decisão administrativa que determinou a incorporação da Creche Oeste à Creche Central. Caso já tenha sido efetivada, determino que seja reaberta e volte a funcionar tal e qual antes”. A Reitoria ignorou a ordem judicial e, no início de abril, a liminar foi derrubada por um desembargador do TJ-SP.

Como as crianças acompanham esse conflito? “Interessante o imaginário delas: defendem muito a Creche Oeste, os adultos sempre colocavam tudo o que estava acontecendo, as crianças são muito ativas nisto, não estão só acompanhando, são formadores de opinião na Creche Central, porque eles conversam sobre a situação com os amigos que não estão na Creche Oeste, está sendo muito interessante”, avalia Isa. “Esse reitor deve estar doente do coração”, concluiu um menino em vídeocarta, sábia afirmação frente a tamanha desonestidade.

DEMISSÕES “VOLUNTÁRIAS” EM MASSA (PIDV) E PACOTE FISCAL ARREBENTAM A USP

Em apenas três anos e com duas rodadas de Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), a USP perdeu 3.676 funcionários técnico-administrativos. O enxugamento de 15,43% de seu corpo de trabalho neste curto período é a maior redução do quadro funcional na história da USP. Além disso, nas fatídicas sessões de 7 de março e 11 de abril de 2017 o Conselho Universitário aprovou o pacote fiscal denominado “Parâmetros de Sustentabilidade”, que poderá resultar em 5 mil novas demissões — e foi comemorado pelo reitor

Gabriela Moncau
Jornalista



Bombas de efeito moral estouravam do lado de fora da Reitoria da USP. Correrias, gritos de ordem, disparos de balas de borracha, golpes de cassetetes, presos e feridos. Do lado de dentro do prédio hoje cercado por altas grades, o Conselho Universitário (Co) se reunia para aprovar um novo pacote fiscal, os “Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira da USP”, que fixam tetos para as despesas com salários, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, e abrem a possibilidade de demissão de milhares de funcionários técnico-administrativos e, também, de docentes.

Tudo isso ocorreu no fatídico 7 de março de 2017, data que passará à história da USP como aquela em que a Reitoria, não contente em convocar um pelotão de choque da Polícia Militar para dissolver uma manifestação pacífica da comunidade universitária, ainda permitiu que as dependências de sua sede fossem utilizadas como cárcere improvisado de funcionários e estudantes, devidamente algemados (**vide p.108**).

Na reunião seguinte do Co, em 11 de abril, foram a voto os diversos destaques apresentados na reunião anterior. Dois “gatilhos” foram aprovados. Sempre que a folha de pagamento chegar a 80% do orçamento, a Reitoria tem permissão para congelar contratações e negar reajustes salariais. E, sempre que a despesa com salários chegar a 85% da receita, os futuros reitores — **este é o último semestre de M.A. Zago no cargo** — estarão obrigados a eliminar o valor excedente nos dois semestres seguintes, por meio de demissões, sendo que um terço do excedente, no mínimo, deve ser cortado já no primeiro destes semestres. Em 2016, segundo a Reitoria, a folha de pagamentos da USP equivalia a 104,95% do seu orçamento.

Além disso, foi aprovada, como parte dos “Parâmetros”, uma reestruturação do quadro de servidores da universidade. A obrigação é de que, a partir de 2022, 40% de todos os servidores da USP sejam docentes. Hoje os professores representam cerca de 30% dos profissionais da universidade. Assim, para adequar o quadro de pessoal à nova regra, será preciso cortar um número ainda maior de funcionários não-docentes.

A proposta inicial da Reitoria previa, ainda, que futuras modificações nos “Parâmetros de Sustentabilidade” exigissem maioria qualificada de votos no Co (dois terços). Contudo, o artigo foi removido por orientação da Comissão de Legislação e Recursos (CLR), por absoluta falta de amparo legal. Caso fosse mantida, a tentativa de evitar uma eventual revogação do pacote fiscal de M.A. Zago, impondo a



Magno de Carvalho, do Sintusp

necessidade de aprovação por maioria qualificada, constituiria uma flagrante aberração, uma vez que a regra restritiva foi aprovada, no âmbito do Co, por maioria simples.

Quando M.A. Zago tomou posse no início de 2014, a USP contava com 23.819 servidores. De lá para cá, com duas rodadas de PIDV, a instituição perdeu 3.676 servidores. O enxugamento de 15,43% em 3 anos fez deste período o de maior redução do quadro na história da USP

Ao aprovar tais medidas, o principal colegiado da universidade deu pistas de que a USP possivelmente enfrentará uma terceira rodada do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), medida originalmente instituída no primeiro ano de mandato da atual gestão reitoral.



Anete Farina, Flávio Ribeiro e Tatiana Stockler, do CPAT

Segundo o Portal da Transparência da USP, o atual quadro funcional é constituído por 5.958 docentes e 14.185 funcionários, num total de 20.143 servidores. Portanto, para atingir a meta de proporção 40-60 entre professores e funcionários não docentes, o contingente destes últimos tem que ser reduzido dos atuais 14 mil para cerca de 9 mil.

Se o reitor declarou, quatro dias antes da aprovação dos “Parâmetros de Sustentabilidade”, que “essas medidas não serão usadas para demissões”, como é que a USP pretende cortar mais 5 mil funcionários? Em nota, a Reitoria afirmou que, para chegar à nova relação obrigatória 40-60, a reposição de funcionários vai ser feita “em número inferior ao número de vacâncias, de modo a permitir reposição proporcionalmente maior de docentes”.

Magno de Carvalho, diretor do Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp), entende que as rodadas de demissões voluntárias ainda não acabaram. “Fechamos um acordo coletivo agora que envolve banco de horas, relógio de ponto e uma série de coisas que fomos obrigados a aceitar. Na hora de fechar o acordo dissemos que queríamos garantia de emprego”, relata Magno. “Para nossa surpre-

sa, aceitaram por um ano. Mas em seguida disseram que esse acordo não contaria para caso de PIDV. Falaram que não estavam afirmando que teria nem que deixaria de ter, que estariam se prevenindo”, conta o sindicalista.

Quando M.A. Zago tomou posse no início de 2014, a USP contava com 23.819 servidores. De lá para cá, com duas rodadas de PIDV, a universidade perdeu 3.676 servidores. O enxugamento de 15,43% de seus profissionais em apenas três anos fez deste período aquele de maior redução do quadro de servidores na história da USP.

Em declarações concedidas à *Revista Adusp*, os psicólogos e supervisores de estágio Anete Souza Farina, Flávio Ribeiro e Tatiana Freitas Stockler das Neves, do Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho (CPAT) do Instituto de Psicologia (IP-USP), observam que a universidade adere acriticamente ao contexto de reformulação e desmonte de políticas públicas. “Frente a este plano político, a universidade poderia ser um local de contraposição. Tendo como justificativa o discurso da ‘crise financeira’, a USP não fez a opção por resistir ou se contrapor aos governos locais ou nacionais”, analisam.

O objetivo do PIDV, segundo o site da USP, é o de

“reduzir o grau de comprometimento dos repasses financeiros do governo estadual com a folha de pagamento de pessoal”, além de “reestruturar o quadro de recursos humanos e racionalizar a atividade administrativa”. Foi assim que a gestão M.A. Zago-V. Agopyan anunciou, já em agosto do seu primeiro ano de gestão, o primeiro PIDV, aprovado por maioria no Co. Os servidores interessados receberam, além dos valores relativos aos direitos constitucionais, duas indenizações: uma no valor de um salário por ano de trabalho até o limite de 20 salários e teto máximo de R\$ 400 mil, e outra no valor de 40% do saldo do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS). Nesse período desligaram-se da USP 1.433 servidores. A redução da folha de pagamentos foi de cerca de 4%, enquanto o dispêndio com as indenizações foi de R\$ 281 milhões.

Apesar de ter afetado bruscamente muitas unidades da USP, o baque mais forte da primeira rodada de PIDV foi no Hospital Universitário (HU). De uma só vez o hospital perdeu 213 servidores, a maioria da enfermagem (**vide p. 62 e seguintes**). A segunda rodada do PIDV foi aprovada em julho de 2016, dessa vez vetando a adesão de médicos e enfermeiros. A nova rodada desligou 398 técnicos administrativos, ao custo de R\$ 102,8 milhões.

Benedito Vitorino foi um dos que aderiram à segunda rodada do PIDV. Depois de trabalhar 28 anos como vigilante, e prestes a se aposentar, considerou que o programa era uma oportunidade para fazer um *pé de meia*. “Meu salário sempre foi baixo. Meu FGTS era mínimo. Estou com 57 anos de idade e 40 anos trabalhados. O incentivo de 20 salários é quase um prêmio para mim. Porque se não eu ia [me] aposentar com quase nada. Quero comprar alguma coisinha para deixar para os meus filhos”, expõe.

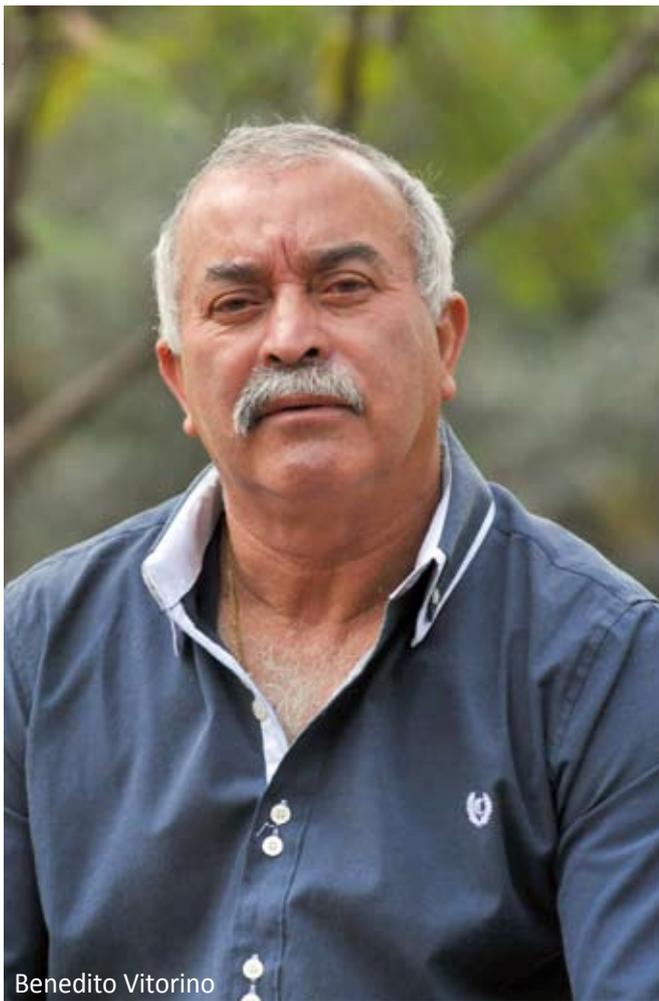
“Mas se eu não tivesse prestes a me aposentar eu não saía, não”, explica o vigilante. “A universidade está passando por um desmanche geral. Do jeito que estão indo as coisas, essa universidade daqui a uns dez anos vai estar cheia de empresa privada. A pior coisa que a USP fez nos últimos tempos foi terceirizar tantos serviços. E só não fez essas coisas mais cedo por causa da luta do pessoal, do Fórum das Seis”, opina Benedito, que diz que, morando no Jaguaré e ainda pouco acostumado a não trabalhar, tem vindo caminhar nas ruas da universidade. (O Fórum das Seis é a articulação dos sindicatos de docentes e de funcionários da USP, Unesp e Unicamp e do Centro Paula Souza.)

Por que, como Benedito, tantas pessoas aderiram às demissões voluntárias? Na opinião de Magno de Carvalho, além das situações peculiares como as de Benedito, o “medo de ter a cabeça cortada mais tarde” e o desânimo são as maiores explicações. “Eu estou há 40 anos na USP e nunca vi tanta gente desanimada. Além disso, a demissão por justa causa aumentou muito. O chefe que já não gosta daquele funcionário se sente motivado por essa política da Reitoria”, descreve Carvalho.

Na opinião da equipe do CPAT-IP, os PIDVs conseguem “apagar os laços históricos da cultura universitária vigente”. Marcelo Ferreira (ICB) lembra: “Sem apoio técnico adequado, faz-se menos pesquisa e obtêm-se menos recursos externos para financiá-la”

A visão de Magno é compartilhada por Farina, Ribeiro e Neves, do CPAT. A opção pela demissão voluntária, destaca a equipe, “se dá fortemente por desânimo” diante das mudanças institucionais, numa perspectiva de piora. “Para os funcionários que ficam, além de uma sobrecarga de trabalho, ocorre um desprestígio que gera sofrimento. Há também um desejo de evasão, não efetivamente cumprido, porém psicologicamente estabelecido”, consideram, ao concluir que o PIDV gera “um estado provisório de permanência, uma espera de partida, seja por quem irá sair, seja para quem ficar”.

“A noção de universidade, seja a conservadora, seja a crítica-emancipatória, perde lugar para uma administração que funciona em razão dela própria”, sintetiza a equipe do CPAT: “Esse modelo hoje está provocando um estranhamento de que existam na universidade as próprias figuras de estudantes, professores e técnicos de ensino, pesquisa e extensão, como se estes fossem corpos fora do lugar”. A contratação, pela USP, da consultoria norte-americana McKinsey&Company explicita, na avaliação dos três pesquisadores, a opção pela “implantação plena de uma ‘gestão de empresa privada’, provocando um descompasso entre o que constitui esta universidade e o que constitui uma empresa privada”.



Benedito Vitorino

Fotos: Daniel Garcia

Entre os reflexos imediatos dos PIDV 1 e 2 estão a suspensão de matrículas nas creches da universidade, a redução do atendimento do HU, a terceirização dos restaurantes e a sobrecarga de trabalho aos que permaneceram. Magno é lotado na Escola de Comunicações e Artes (ECA) e conta que dos 12 funcionários do Departamento de Jornalismo restaram apenas cinco. “A situação dos restaurantes também está dramática. A Superintendência de Assistência Social divulgou o dado de que quase 50% dos funcionários estão com LER [lesão por esforço repetitivo], porque ali trabalham pesado, com cozinha industrial. Com o adoecimento sobra ainda mais para quem fica”, comenta.

Marcelo Ferreira, professor do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB-USP), destaca que o mais gritante na forma como os PIDVs foram implementados foi “a impossibilidade de as unidades de ensino e pesquisa opinarem sobre a elegibilidade de servidores de alguns setores e serviços considerados cruciais”. Apesar da aparente economia com a redução da folha de pagamentos, Ferreira chama a atenção para o risco de um ciclo vicioso: “Sem apoio técnico adequado, faz-se menos pesquisa e obtêm-se menos recursos externos para financiá-la. Ou seja, além do impacto científico-acadêmico, podemos ter um impacto financeiro igualmente negativo”.

Os PIDVs têm algumas características pouco vistas na história da USP. Uma delas é a possibilidade de demissão com uma verba rescisória. Outra é o público ao qual se destina primordialmente: servidores que estão há mais tempo na universidade, testemunhas de sua história e memória institucional. Dessa forma, o Programa age, na opinião dos psicólogos do CPAT, de forma a “apagar os laços históricos da cultura universitária vigente, reiterando, em diversas instâncias, a visão simplificada de que tudo aquilo que é novo é bom”.

“A busca do equilíbrio financeiro só se faz necessária porque durante uma década foi construído, cuidadosamente, um desequilíbrio financeiro”, aponta o professor Otaviano Helene (IF), ex-presidente do INEP-MEC



Professor Marcelo Ferreira

Na opinião de Bruno Sperb Rocha, representante dos funcionários no Co, a justificativa dada pela Reitoria de que a crise financeira da USP é agravada pelo excesso de funcionários não se sustenta. Quando M.A. Zago assume a Reitoria, em 2014, a USP tinha 17.612 funcionários. “Esse número de funcionários é praticamente o mesmo que havia em 1989, quando a autonomia universitária é conquistada. Só que de lá para cá aumentou o número de *campi*. Os cursos e programas de pós-graduação mais do que dobraram. A USP incorporou a Faculdade de Engenharia de Lorena [Faenquil, agora EEL] e criou a EACH [Escola de Artes, Ciências e Humanidades]”, recorda. “Então a universidade no mínimo dobrou — e do ponto de vista do número de



funcionários se manteve igual até 2014. Agora o quadro de funcionários foi reduzido em quase 20%”, aponta.

Quanto à falta de dinheiro, o repasse do governo é inferior até mesmo ao definido por lei. Os 9,57% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias-Quota Parte do Estado (ICMS-QPE) são a principal fonte de receita das universidades estaduais de São Paulo. “O governo passou a fazer descontos, por exemplo de Nota Fiscal Paulista, Habitação [1%], juros e dívidas ativas do Estado. Passou a descontar esse dinheiro do ICMS antes de fazer incidir sobre ele o valor de 9,57%. Esse procedimento não é realizado antes de fazer o repasse para outros entes, e não é justificado”, critica Rocha.

“Em 2005 a Alesp [Assembleia Legislativa de São Paulo] chegou a aprovar 10% do ICMS e o governador vetou, com base em uma carta assinada pelas reitorias da USP, Unesp e Unicamp”, rememora o representante dos funcionários no Co. Em 2014 o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais (Cruesp) concordou com as reivindicações do Fórum das Seis e solicitou ao governo e à Alesp um aumento do repasse do ICMS-QPE de 9,57% para 9,907%. O governador Geraldo Alckmin (PSDB), que possui ampla maioria na casa legislativa, ignorou o pedido.

Otaviano Helene, professor do Instituto de Física (IF-USP), ex-presidente do Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (INEP, órgão do MEC) e ex-presidente da Adusp, em artigo intitulado “Como desidratar uma universidade” (publicado na revista *Caros Amigos*), afirma que os gastos financeiros da USP na última década não aconteceram de forma academicamente orientada. A atual busca do equilíbrio financeiro, anotou, só se fez necessária “porque durante uma década foi construído, cuidadosamente, um desequilíbrio financeiro”.

Entre muitos exemplos de “fatos estranhos a um projeto acadêmico” no que se refere aos gastos da USP, Helene lista a aquisição “de vários imóveis, entre eles um terreno e conjuntos comerciais na cidade de São Paulo, sem que tenha surgido uma demanda para tal”; a “abertura de escritórios no exterior, posteriormente fechados, sem que tenham tido qualquer utilidade”; “a Praça dos Museus, um edifício no terreno da Rua da Consolação e diversas outras obras [...] iniciadas de forma estabanada”. Em síntese: “Gastou-se dinheiro para iniciar as construções; gasta-se para mantê-las paradas por falta de dinheiro para conclusão; e, certamente, serão gastos recursos para pagar multas por interrupção de contratos”.

As medidas tomadas nos últimos três anos para reduzir os gastos “não tiveram sucesso”, na visão de Marcelo Ferreira. “Se nada diferente for feito, restará à administração central o caminho mais simples: o corte linear de salários, com as



Professor Otaviano Helene

Os gastos descabidos, bem como os cortes de gastos igualmente despropositados são parte de um projeto político que visa “não aumentar o tamanho acadêmico da USP”, adverte Otaviano Helene. E por que uma escolha dessa seria feita? “No Brasil, e em especial no Estado de São Paulo, o objetivo não parece ser otimizar os retornos dos investimentos feitos, mas, sim, impor um modelo de sociedade, o qual implica incentivar maior mercantilização das atividades de interesse social, mesmo que isso exija que a univer-

demissões que for possível fazer via PIDV, ao longo dos próximos anos, até atingir-se uma redução da ordem de 25%-30% da folha salarial para chegarmos a patamares definidos como ‘ideais’”, sintetiza o professor do ICB. “Uma medida dessa natureza tem o potencial de tornar a crise política que a USP atravessa ainda mais explosiva, apagando qualquer vestígio de mediação e diálogo entre os dirigentes e a comunidade acadêmica”, avalia. “Uma receita para o desastre completo”.

A “passividade com que acompanhamos essa firme caminhada ao fundo do precipício” é uma das preocupações de Ferreira. “Em um momento que requer força e união, a comunidade acadêmica está esgarçada, envolvida em uma luta pela sobrevivência individual na base do ‘salve-se quem puder’”, deplora.

“Todas as medidas que vieram na esteira dos PIDVs são diretrizes do projeto apresentado pela McKinsey”, avisa Bruno Sperb Rocha. A seu ver, os oligarcas da USP criam um problema: a falta de dinheiro, e uma solução: o dinheiro da iniciativa privada

sidade faça uma sequência de gastos sem retorno acadêmico, cultural, científico, educacional etc.”, argumenta. “Afinal, as palavras do secretário de Educação paulista, que refletem, certamente, a posição do governador do Estado, são claras: além de justiça e segurança, ‘tudo o mais deveria ser providenciado pelos particulares’”, conclui Helene.

Na mesma linha, Rocha acredita que os grupos políticos à frente da Reitoria “criam o problema da falta de dinheiro” para que eles mesmos apresentem a solução: o dinheiro da iniciativa privada. “Todas as medidas que vieram na esteira dos PIDVs são diretrizes do projeto inicial apresentado pela consultoria da McKinsey”, acrescenta. Magno de Carvalho complementa:

“A iniciativa privada não doa. Ela investe. Tem seu propósito de mercado. Essa universidade vai continuar sendo pública, gratuita e de qualidade se a gente resistir. Mas é uma guerra que estamos perdendo”.

APESAR DO CRIME AMBIENTAL E DA INCÚRIA DOS REITORES, EACH MOSTRA GRANDEZA E VITALIDADE

Michele Schultz e Marcos B. de Carvalho
Professores da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP

Daniel Garcia



“Rolê” dos estudantes da EACH na Cidade Universitária (2014)

O prosseguimento dos trabalhos de investigação do solo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, a partir da interdição do campus em 9 de janeiro de 2014, atestou que o aterro ilegal continha contaminantes altamente tóxicos, como as bifenilas policloradas (PCBs), proibidas desde 1981. Em meio a tais notícias, assumia o novo reitor, M. A. Zago. Paradoxalmente, a Superintendência do Espaço Físico da USP, a mesma que colocara a placa indicando haver contaminantes com riscos à saúde, iniciou um processo de desconstrução técnica e teórica dessa condição

A Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), inaugurada em fevereiro de 2005, já completou mais de 12 anos de existência. Surgida de um processo de autocrítica da Universidade de São Paulo, em meio às celebrações dos seus 70 anos, o projeto da assim chamada USP-Leste converteu-se em uma oportunidade da USP resgatar parte de sua dívida social, inovando em termos acadêmicos, pedagógicos e administrativos.

Implantando cursos de alto nível de engajamento social, estimulando a interdisciplinaridade, o protagonismo estudantil e as pedagogias ativas de ensino-aprendizagem, em uma estrutura acadêmico-administrativa desprovida de departamentos, as inovações da Escola de fato se realizaram contemplando as três dimensões mencionadas: acadêmica, pedagógica e administra-



Aterro ilegal: 6 mil viagens de caminhão

tiva. O processo de materialização daquela que se tornaria a terceira maior unidade da Universidade demonstrou-se conveniente até mesmo em relação aos custos de sua criação e, como veremos, de manutenção.

Implantada às margens da Rodovia Ayrton Senna e da Linha 12- Saffra da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), no caminho para o Aeroporto Internacional de Guarulhos e o extremo leste da cidade, em terreno cedido pelo Departamento de Águas e de Energia Elétrica (DAEE) no interior do Parque Ecológico do Tietê e em ano eleitoral, a EACH foi barata na sua implantação. O início das atividades já apontava em quais condições a unidade funcionaria e que tratamento lhe seria usualmente dispensado pela alta burocracia acadêmica.

Em fevereiro de 2005, na ocasião da inauguração em que estiveram presentes o então governador Geraldo Alckmin (PSDB) e o reitor Adolpho José Melfi, a unidade dispunha somente das salas de aula para o primeiro ano. Ou seja, os cerca de 1.040 estudantes ingressantes em 10 cursos de graduação tiveram garantidas suas aulas,

mas as/os docentes não tinham sala e dividiam espaço com funcionárias/os técnico-administrativas/os em um abrigo de obra. Não havia laboratórios, espaços de convivência, biblioteca e a única opção de alimentação foi improvisada em um segundo abrigo de obra.

As condições físico-ambientais do terreno também não eram das melhores, pois o local escolhido para implantação já tinha problemas de contaminação e de acúmulo de gases, por se tratar de antiga área de “bota-fora” de material dragado do Rio Tietê e de depósito de resíduos das atividades econômicas do entorno. Isso levou a USP a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), celebrado entre a Universidade e a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Processo SMA nº 13.579/2004), que determinava algumas ações e compromissos para saneamento do local.

Dessa forma, as atividades tiveram início em condições de extrema precariedade: terreno contaminado, falta de infraestrutura e de recursos humanos. Além disso, a EACH começou a ser construída e se expandiu ao longo dos anos sem uma Licença Ambiental de Operação, documento



necessário e exigido para construção de edificações (cf. os termos da Licença de Instalação, expedida em abril de 2005), que só foi emitido pelo órgão de fiscalização, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) no final de 2012. Essa Licença Ambiental de Operação, ainda vigente, mas com vencimento no final deste ano, em 29/11/2017, contém 18 condicionantes, entre as quais a exigência de um “Relatório de Projeto de Recuperação Ambiental em Cumprimento ao Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental nº 158/05”.

Curiosamente, a Licença Ambiental de Operação, além de ter sido obtida sete anos depois do início do funcionamento da Escola, só foi emitida após novo evento de importância para o agravamento das condições físico-ambientais: um grande aterramento que envolveu as áreas central, lateral e frontal do *campus*. Nesse aterro foram despejados 109 mil m³ de terra de origem até então desconhecida, o que correspondeu a cerca de 6 mil caminhões entrando na unidade entre os anos de 2010 e 2011.

Na tarde de 6/9/13, várias placas foram instaladas nas bordas do aterro com logotipos da SEF e Cetesb e os dizeres: “Esta área encontra-se interdita por conter contaminantes com riscos à Saúde”. A comunidade iniciou um movimento para saber o que estava acontecendo

Apesar dos avisos e advertências recebidos por sua assessoria e pela diretoria do Parque Ecológico do Tietê, durante essa grande e ilegal movimentação de terra em uma área de proteção ambiental, o então diretor da EACH, José Jorge Boueri, deu prosseguimento e autorização ao flagrante crime ambiental. Tal movimentação de terra, o conteúdo suspeito dos resíduos que a compunham, bem



Reunião aberta da Congregação...

como a sua origem desconhecida, geraram denúncia anônima no Ministério Público Estadual (MPE), que não só acatou a queixa, como prosseguiu com a investigação.

Na tarde da sexta-feira da Semana da Pátria de 2013, precisamente no dia 6 de setembro, várias placas foram instaladas nas bordas do aterro com os dizeres: “Esta área encontra-se interdita por conter contaminantes com riscos à Saúde”. Tais placas continham os logotipos da Superintendência do Espaço Físico da USP (SEF-USP) e da Cetesb. Fotografias foram rapidamente divulgadas e a comunidade iniciou um movimento para saber o que estava acontecendo.

Tal fato marcante, que merece ser lembrado, aconteceu em meio a uma grande crise de gestão, relacionamentos e credibilidade, na qual o diretor Boueri, além de sua responsabilidade pelo aterro ilegal, cerceava a participação de estudantes nos colegiados, perseguia colegas através de sindicâncias, ingerências nos relatórios da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), períodos proba-



... destitui o diretor J.J. Boueri

tórios e concursos públicos. No dia 11 de setembro de 2013, após pressão de vários setores da comunidade da EACH, houve uma reunião aberta da sua Congregação. Desta, o seu presidente, o diretor Boueri, saiu repudiado por um auditório lotado que pediu sua renúncia ou impedimento.

Ocupação da administração da unidade, greve e grande mobilização da maior parte da comunidade sucederam ao 11 de setembro. O movimento de estudantes, funcionárias/os e docentes exigia informações sobre o anúncio de interdição feito pela SEF-USP e Cetesb e se mobilizou intensamente no sentido de contribuir com a gestão dos problemas ambientais do *campus*. Tal pressão resultou na formulação de propostas de organização da comunidade que proporcionassem participação na condução e resolução desses problemas.

Como resultado disso, o então reitor, João Grandino Rodas, através de portarias (GR-6388 e GR-6389, de 29/10/2013) oficializou a existência de uma Comissão Ambiental e um Grupo de Trabalho Técnico, consti-

túidos majoritariamente por representantes dos diferentes setores mobilizados da EACH. Uma força-tarefa foi constituída com a finalidade de levantar informações junto à Cetesb, Ministério Público e à própria USP. Muita informação foi coletada nesse período e uma dúvida ainda permanecia: o solo depositado ilegalmente na EACH, além de tipificar crime ambiental, seria contaminado?

A SEF-USP (re)contratou a empresa Servmar para realizar análises do solo e fazer avaliação de risco à saúde das/os frequentadoras/es do *campus*. Essa mesma empresa já havia prestado serviços quando da implantação do *campus*, apresentando em 26 de outubro de 2005 o “Relatório de Diagnóstico Ambiental USP *Campus* Zona Leste - MA/3134/05/SNH”, em que apontava “contaminação da atmosfera gasosa do subsolo, constituída principalmente por gás metano, e contaminação do solo e da água subterrânea” (cf. declarações de documento da própria SEF-USP).

Soube-se que o aterro ilegal continha alguns contaminantes de alto nível de toxicidade, como as bifenilas policloradas (PCBs). Ao mesmo tempo, o atual reitor assumia seu posto. Paradoxalmente, a SEF iniciou um processo de desconstrução técnica e teórica dessa condição

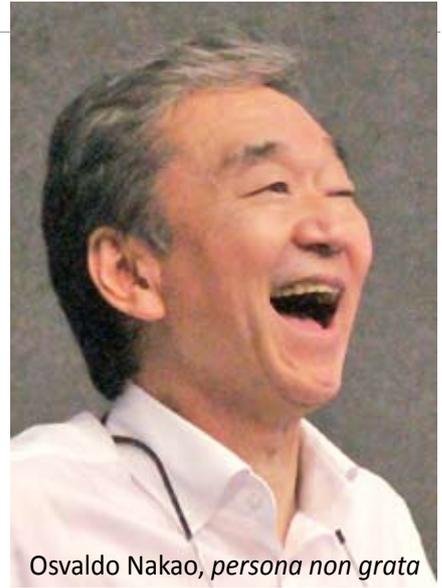
Agora, novamente a empresa Servmar realizaria coletas e análises, com vistas a avaliar o possível agravamento da situação físico-ambiental promovido pelo aterro de 2010/2011. Enquanto isso se processava, o MPE, em dezembro de 2013, solicitou a interdição da EACH. A justiça acolheu e ordenou a execução da interdição, o que aconteceu a partir de 9 de janeiro de 2014, coincidindo com o início da gestão reitoral de M.A. Zago e V. Agopyan.

Com o prosseguimento dos trabalhos de investigação do solo, a partir da interdição, que se estendeu até 18 de agosto de 2014, recebeu-se a notícia de que, de fato, o aterro ilegal continha contaminantes e alguns de alto nível de toxicidade, como as bifenilas policloradas (PCBs), proibidas no Brasil desde 1981 (cf. Portaria Ministerial que proibiu além do uso, a comercialização, o transporte e o descarte dessas substâncias, popularmente também conhecidas como *ascarel*), por causa dos vários efeitos nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Como vimos, em meio às surpresas com tais notícias, o atual reitor, M. A. Zago, assumia seu posto. Surpreendentemente e, talvez, paradoxalmente, a SEF-USP, a mesma que havia colocado a placa indicando haver contaminantes com riscos à saúde nas áreas aterradas, iniciou, no caso da constatada contaminação do solo, um processo de desconstrução técnica e teórica dessa condição, em nada parecido com as medidas práticas adotadas para mitigar os problemas relacionados ao gás metano do subsolo (controlados pela instalação de 23 bombas de ventilação que impediriam sua concentração no interior dos edifícios).



M.A. Zago puniu J.J. Boueri (lápiz na mão) com apenas 120 dias de suspensão, apesar do grave crime ambiental cometido



Osvaldo Nakao, *persona non grata*

No caso do solo, uma conveniente mudança nos valores orientadores para intervenção em áreas contaminadas, promovida pela Cetesb em fevereiro de 2014 (publicada no *Diário Oficial do Estado* em 21/2/2104), em um passe de mágica fez com que aquilo que era considerado problemático até final de 2013, deixasse de sê-lo a partir do ano seguinte. Na EACH, graças a essa mudança, restaram apenas uns poucos e, segundo alguns, “desprezíveis” pontos contaminados e localizados fora da área central do *campus*.

Mas o fato é que os contaminantes continuavam por lá, assim como igualmente a matéria fruto do crime ambiental praticado continuava espalhada pelas principais áreas do *campus*, que agora poderia ser liberado, graças não às atitudes de descontaminação e/ou de remoção do solo problemático, mas sim às portarias, às pressões políticas e às adesões conquistadas em parte da comunidade que já estava cansada de se ver privada de seu local de trabalho e estudo, rendendo-se às técnicas dos argumentos.

Osvaldo Nakao (SEF), nomeado pelo reitor, chegou a acusar as/os docentes da EACH de conspiração para “melar o governador”. Numa clara inversão de valores, buscava culpar as vítimas e os que denunciavam a contaminação e o descaso como os responsáveis pela interdição

Os que insistiam no saneamento do *campus* e propugnavam pela apuração das responsabilidades foram inclusive atacados pelos dirigentes da nova administração da Universidade. O novo superintendente da SEF-USP, Osvaldo Shiguero Nakao, nomeado pelo reitor M.A. Zago, chegou a acusar as/os professoras/es da Escola de estarem envolvidas/

os em uma conspiração para “melar o governador, porque são do PT, do PCO e do movimento operário” (*sic*), segundo suas próprias palavras, gravadas em vídeo amplamente divulgado e ainda disponível na Internet (<http://bit.ly/2vjkrPm>). Numa clara inversão de valores, buscava culpar as vítimas e os que denunciavam a contaminação e o descaso com que estavam sendo tratados, como os responsáveis pela interdição que, segundo a autoridade nomeada por M.A. Zago para cuidar do *campus*, estavam motivados pelo fato de “que muitos deles querem voltar lá p’ra USP...” (*sic*), em um evidente ato falho que demonstra a percepção que algumas autoridades da atual administração têm da EACH, como se esta sequer pertencesse à própria USP.

A Congregação da EACH, em função disso, em reunião realizada em 28/4/2014 declarou Nakao *persona non grata* na Escola, pedindo sua destituição do cargo que ocupava e da função de interlocutor com a comunidade da escola. Nakao, que chegou a ser promovido para a chefia de ga-

binete do reitor (em 6 de agosto de 2015), ainda permanece como superintendente da SEF-USP.

Desde meados de 2014, como dissemos, a EACH voltou ao seu funcionamento, normal e desinterditada. Grande parte da razão que motivou sua interdição, no entanto, permanece onde está e sem qualquer alteração. Com exceção das providências tomadas em relação ao gás metano, a que já aludimos, tudo continua como dantes. Embora estudantes, funcionários/os e docentes, com intermediação e apoio da Adusp (entidade, aliás, que esteve sempre presente ao longo de toda essa história), tenham trabalhado para que a desinterdição viesse acompanhada de um novo TAC — dessa vez firmado entre USP e MPE, para que tivéssemos garantias de que a USP realizaria de fato as ações necessárias à descontaminação e remoção do solo proveniente do aterro criminoso — as escaramuças técnicas e o argumento de que os graus de contaminação não ofereciam risco à saúde prevaleceram sem que o novo TAC fosse assinado.

No início de 2017, novo relatório realizado pela ConAm-Consultoria Ambiental Ltda., intitulado “Investigação Ambiental Detalhada, Avaliação de Riscos Toxicológicos na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP”, concluía que “a análise de todas as informações coletadas neste estudo ambiental aponta para a não existência de risco à saúde humana para as condições atuais do terreno”.

Mas alegar que não há risco à “saúde humana” (mesmo admitindo, contraditoriamente, que “não foi identificado risco à saúde humana inaceitável”, como afirma o mencio-

nado documento), pautando-se em um conceito de saúde que desconsidera a integralidade biopsicossocial das pessoas, conforme adotam as principais organizações e agências reguladoras de saúde, é no mínimo discutível.

A EACH, que é grande em território e em número de estudantes, demonstrou nesse período ser também grande pela qualidade das pessoas. Desde 2005, enfrentando todas as dificuldades e escaramuças que relatamos, avançou no ensino, pesquisa, cultura e extensão

Além do mais, toda a história dos problemas físico-ambientais do *campus*, considerando desde a sua implantação até a ocorrência do crime ambiental, passando pela interdição, entre outros fatos que já mencionamos, evidentemente afetou muitos de nós das mais diversas maneiras, incluindo as relações interpessoais.

Apesar disso, a vitalidade da Escola e seu corpo coletivo não sucumbiram.

A EACH, que é grande em território e em número de estudantes, demonstrou nesse período ser também grande pela qualidade das pessoas que a fazem funcionar. Desde 2005, enfrentando todas as dificuldades e escaramuças que relatamos, avançou

no ensino, pesquisa, cultura e extensão. Por iniciativa do corpo docente, foram criados 11 programas de pós-graduação, nuclearam-se pesquisas, formaram-se estudantes que vêm apresentando excelente desempenho nas suas áreas de atuação.

A comunidade continua empenhada em desenvolver e aprimorar os pilares básicos da implantação da EACH: interdisciplinaridade, ausência de departamentos, inovação pedagógica e interação com o entorno.

Nesse sentido, toda a comunidade recentemente se envolveu em amplo processo de aprimoramento acadêmico-administrativo da Escola. Desse processo emergiu uma nova proposta de organização que não só retoma e aprimora os pilares a que nos referimos, mas busca contemplar a diversidade de formações e atuações do corpo docente. Em lugar dos tradicionais e disciplinares departamentos, organizamo-nos em Núcleos de Pesquisa e Docência (NPDs), ampliamos a representatividade da Congregação e criamos um Conselho da Comunidade para garantir e institucionalizar a participação de representantes das comunidades do entorno do *campus*, que, diga-se de passagem, são fortemente responsáveis pela nossa própria existência.

Como se vê, seguimos com o projeto inovador da EACH. Esperamos que os altos dirigentes da Universidade não impeçam isso! Pois, no que depender dos seus profissionais, estudantes e demais frequentadoras/es, esse verdadeiro microcosmo da USP que nos tornamos, continuará fazendo jus àquilo que dela própria se diz: o fato de ser grande, de excelência e de qualidade, apesar de seus dirigentes.

AVALIAÇÃO VIA “NOVA CPA” E ATAQUE AO RDIDP REVELAM PLANOS DE PRECARIZAÇÃO E CONTROLE DO CORPO DOCENTE

Rodrigo Neves
Estagiário de Jornalismo

Daniel Garcia



Debate sobre "Nova CPA" no Instituto de Física, com a participação de representantes dos Associados e dos Doutores no Co (setembro de 2016)

A existência da nova, hipertrofiada e hipercentralizada Comissão Permanente de Avaliação, ou “Nova CPA”, combinada com o “Estatuto do Docente”, reserva possibilidades ameaçadoras ao devir da USP. Daqui a cinco anos, quando se fizer a primeira avaliação quinquenal, ou na própria elaboração dos projetos acadêmicos (que precisam ser aprovados pela CPA), podem ocorrer cortes de docentes em tempo integral (RDIDP), conforme adverte o professor Adrián Fanjul (FFLCH). A professora Maria Luisa Schmidt (IP) vê, nos planos da Reitoria, grande risco de precarização do corpo docente

Mal tomou posse, o reitor M. A. Zago deixou clara sua revolta contra os direitos dos servidores da USP, sejam eles docentes ou funcionários técnico-administrativos. Como já visto, a guerra contra o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) foi publicamente declarada por ele na revista *Veja*, em plena greve de 2014, quando se disse disposto a “rever critérios da dedicação exclusiva do professor”. Emendou, deixando patente sua imensa ignorância de um princípio basilar do ensino superior público: “Por que tantos docentes em regime de dedicação exclusiva na universidade?”.

Menos conhecida é sua trajetória antes ser alçado

ao cargo de reitor. Bem vistas as coisas, sua carreira foi uma preparação para os ataques que iria desferir, principalmente aos docentes. M.A. Zago foi presidente da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) no biênio 1997-1998. Assim como a gestão anterior, do professor Rogério Meneghini (1992-1997), e a posterior, do professor Carlos Humes Júnior (1998-2001), a gestão de Zago na CERT é considerada um período de perseguição aos docentes e de certo “terror” institucional.

Constituída por treze docentes indicados diretamente pelo reitor, a CERT deveria limitar-se a fiscalizar o cumprimento dos regimes de trabalho pelos docentes. Porém, ao invés de cumprir essa tarefa, ela vem usurpando a competência de departamentos e unidades, tratando de aprovar ou rejeitar relatórios de atividade docente, propor mudança de regimes de trabalho e propor estender o período de experimentação dos professores ingressantes.

Professora titular do Instituto de Psicologia (IP), membro da Comissão Editorial da *Revista Adusp* e autora do artigo “Avaliação acadêmica, ideologia e poder”, Maria Luisa Schmidt relembra que ela e vários de seus colegas tiveram problemas com a CERT. A professora, por exemplo, chegou

a ficar 12 anos em período experimental. Para ela, “estava claro que era um dispositivo de opressão e de humilhação”, que visava submeter os professores. “Não me parecia que estavam interessados em saber o que efetivamente se produzia na universidade”.

Durante os anos 1990, M.A. Zago e seus colegas presidentes utilizaram o poder da CERT para instaurar uma inquisição contra os ditos “improdutivos”, propondo e conseguindo rebaixar o regime de trabalho de diversos docentes (em geral do RDIDP para o Regime de Turno Completo-RTC) ao se basearem em critérios como a contagem de artigos publicados (*papers*) em revistas de alto impacto. O resultado é que o docente “rebaixado” sofria enorme perda salarial, embora a Constituição proíba redução de salários.

Quase uma década depois, entre os anos 2007 e 2010, M.A. Zago presidiu o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência de fomento à pesquisa do então Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), que obteve sucesso ao incentivar e fortalecer o produtivismo acadêmico nas universidades brasileiras, ao lado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Com tal histórico, não é surpreendente que a gestão M. A. Zago-V. Agopyan tenha escolhido o RDIDP como um dos focos de seus ataques. Em poucos meses no cargo, em abril de 2014, o reitor estabeleceu uma portaria que constituía o Grupo de Trabalho Atividade Docente (GT-AD), com o objetivo de “modernizar o regime de trabalho e os sistemas de avaliação individual no âmbito da USP, permitindo a valorização das atividades de educação, bem como a aplicação do conceito de ‘valorizar a qualidade’ às atividades fim da Universidade”.

A Congregação da FFLCH, unidade do professor Ricardo Terra, rejeitou *in totum* e por unanimidade o relatório final do GT-AD, entre outros motivos “devido à ausência de diagnóstico amplo e fundamentado que explicita sua real necessidade e objetivos”. Outras congregações também recusaram o relatório final



Professora Maria Luisa Schmidt

O GT-AD foi composto por 24 professores nomeados diretamente pelo reitor, sem passar sequer pelo Conselho Universitário (Co). Para presidi-lo foi indicado o professor Ricardo Terra, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), que presidiu a CERT durante a gestão reitoral de J.G. Rodas. Rapidamente Terra mostrou grande afinidade com os planos de M.A. Zago para a carreira docente.

Vale registrar, além disso, que o GT-AD foi instituído de forma unilateral pelo reitor, paralelamente à criação da Comissão Assessora Especial do Conselho Universitário (Caeco) pelo Co, a qual se destinava a coordenar o



Daniel Garcia

aos insistentes pedidos da Adusp para a realização de debates, e ignorou a documentação enviada pela entidade.

Entre as “modernizações” propostas no documento preliminar estavam a obrigatoriedade de uma avaliação docente quinquenal; a centralização do mecanismo de avaliação; a possibilidade de rebaixamento salarial de regime de trabalho em caso de desempenho “insatisfatório”; a criação de novos e mais precários regimes de trabalho, como o Regime de Trabalho Integral, de 40 horas semanais como o RDIDP, porém sem dedicação exclusiva; e, por fim, a obrigatoriedade de que todos os novos docentes concursados ingressassem na universidade sob o Regime de Turno Parcial (RTP), de apenas 12 horas semanais.

Encaminhadas às unidades, tais propostas sofreram ampla rejeição. Assim, no relatório final do GT-AD, apresentado em junho e intitulado “Propostas Iniciais sobre Valorização da Docência e Avaliação”, já não constavam as propostas de criação de novos regimes de trabalho e de contratação de professores em RTP. Mas também ele foi imediatamente rechaçado em diversos quadrantes da USP.

A Congregação da FFLCH, unidade de Terra, rejeitou o documento *in totum* e por unanimidade, entre outros motivos porque, argumentou, ele “possui bases pouco sólidas, devido à ausência de diagnóstico amplo e fundamentado que explicita sua real necessidade e objetivos”. Outras congregações também repudiaram as medidas propostas pelo GT-AD, como as da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ), do Instituto de Física (IF) e da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH).

“Tudo era apresentado de uma maneira muito arrogante, como se os que não entendiam o documento fossem tontos”, disse, a propósito da rodada de apresentações do relatório final promovida pela Reitoria, o professor associado Adrián Fanjul, da FFLCH. “Isso reafirmou mais ainda a preocupação [do corpo docente], pois foi simultâneo a uma tentativa da CERT de realizar um balão de ensaio: ‘O que acontece quando cortamos a dedicação integral de uma série de docentes, que reação tem?’. A reação foi bastante grande, aqui na faculdade teve que vir o presidente da CERT, em uma sessão muito dura, onde ele viu uma oposição muito grande”. Deslegitimado o GT-AD, suas propostas sequer foram levadas à votação no Co. Tratava-se, porém, de um recuo tático da Reitoria, que voltaria à carga pouco depois, ao inventar outro grupo com as mesmas finalidades.

processo de mudanças estatutárias destinadas a, supostamente, democratizar a USP. “A Caeco foi uma tentativa de algum nível de democracia, para mudança do Estatuto. A avaliação era uma das áreas a serem revistas”, observa a professora Maria Luisa. A Caeco chegou a realizar cinco reuniões para discutir o tema, mas foi atropelada no começo de 2015 pelas propostas do GT-AD.

Embora a portaria que constituiu o GT-AD indicasse que o grupo poderia organizar debates ou consultas à comunidade acadêmica, ele trabalhou às escuras durante quase um ano, até divulgar um documento preliminar em março de 2015. Nesse período, Terra deixou de atender

“Nada de votar coisas em congregação, ou coisa deste tipo”, advertiu em reunião do Co um irritado M.A. Zago. Mais tarde, seu chefe de Gabinete avisaria, na mesma linha: “Descabe a submissão das propostas a prévia votação em colegiados”...

Após a derrota, M.A. Zago criou em setembro de 2015 uma “comissão com a incumbência de analisar e propor alterações estatutárias e regimentais no âmbito da USP”, conhecida como “Comissão dos Sete”, composta por aliados do reitor, entre os quais Terra, e presidida por Carlos Gilberto Carlotti Júnior, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Em fevereiro de 2016, em um encontro de dirigentes de unidades, a Comissão dos Sete expôs suas primeiras propostas. Na apresentação de *slides*, a superintendente jurídica Maria Paula Dallari Bucci defendeu a criação de uma nova Comissão Permanente de Avaliação (“Nova CPA”), que substituiria a CERT, e do correspondente “Estatuto do Docente”. Era o *pulo do gato* de M.A. Zago para, finalmente, levar a cabo sua concepção de carreira docente, capaz de gerar uma categoria dócil, vulnerável, descartável.

Naquele momento, a proposta era de que a “Nova CPA” seria composta por duas câmaras, cada uma delas formada por nove pessoas: a Câmara de Avaliação Institucional e de Gestão (CAI, responsável pela avaliação de departamentos e unidades) e a Câmara de Atividades Docentes (CAD, que seria criada a partir da transformação da CERT, para avaliação dos docentes), além de uma Comissão Plenária, presidida pelo vice-reitor e composta pelas duas câmaras anteriores, pelos pró-reitores e por representantes da Agência USP de Cooperação Acadêmi-



Professor Ricardo Terra

ca Nacional e Internacional (Aucani) e da Agência USP de Inovação (Auspin).

Por trás da nova aparência, estavam recicladas velhas propostas do GT-AD: avaliação quinquenal e sanções a “improdutivos”. Assim, a defesa de uma avaliação extremamente centralizada, em que dois grupos de nove professores avaliariam todos os outros docentes e unidades de ensino, e do produtivismo acadêmico, com recompensas aos “produtivos” e castigos aos “insuficientes”, continuou sendo um princípio da “Nova CPA”.

Mais detalhes sobre o novo e restrito colegiado chegaram aos docentes no dia 21 de março de 2016, em um encontro entre a Reitoria e docentes que haviam ingressado

na USP a partir de 2013. Na ocasião, o presidente da CERT à época, professor Luís Nunes de Oliveira, deixou claro o teor produtivista da proposta ao dizer que ela teria o objetivo de “promover as mudanças que a USP precisa para progredir nos *rankings* e se tornar uma universidade de primeira classe no universo das universidades internacionais”.

No dia 3 de maio, a primeira versão da “Nova CPA” e do “Estatuto do Docente” foi entregue às unidades para discussão, com detalhamento das propostas. Entre elas: que a Nova CPA se tornaria um órgão central da USP, lado a lado com o Co, o Conselho Consultivo e as Pró-Reitorias; que os nove membros de cada câmara (CAI e CAD) seriam indicados diretamente pelo Reitor, homologados pelo Co; que os resultados da avaliação quinzenal obrigatória, se insuficientes, poderiam resultar em suspensão da licença-prêmio; a possibilidade de processo administrativo para aplicação de penalidades; a impossibilidade de recursos para órgãos que não sejam a própria Comissão Plenária da CPA.

O planejamento inicial da Reitoria era votar as propostas em menos de um mês, no Co de junho. Temendo que a Nova CPA sofresse a mesma rejeição ampla em colegiados que fez o GT-AD naufragar, o reitor chegou a dizer que esperava que os dirigentes de unidades conduzissem as discussões “sem ultrapassar os limites daquilo que é competência de cada unidade, portanto nada de votar coisas em congregação, ou coisa deste tipo, porque não cabe”. Em e-mail de maio de 2016, Thiago Liporaci, chefe de Gabinete, indicava aos diretores de unidades: “Deve-se destacar que, por tratar-se de matérias cuja competência para aprovação é do Conselho Universitário, descabe a submissão das propostas a prévia votação em colegiados das Unidades e órgãos”.

Apesar da pressão do reitor, quase um terço dos 51 colegiados que se manifestaram recusaram a Nova CPA na sua totalidade. A falta de critérios claros para a avaliação, bem como a ausência de pesquisas e diagnósticos que justificassem o novo órgão, foram criticadas pela maioria das unidades. “Mesmo entendendo que a avaliação faz parte de um processo de aperfeiçoamento e melhoria da qualidade dentro de um determinado sistema, não fica clara a real necessidade da avaliação no formato proposto. De fato, quais são os problemas a serem enfrentados e qual o motivo de uma estratégia punitiva? Como será, de fato, avaliada (critérios?) a qualidade das ações docentes

nos três pilares da Universidade (ensino, pesquisa e extensão)?”, questionou a congregação da Escola de Educação Física e Esporte (EEFE). Já a congregação da FFLCH advertiu: “Se aprovadas as alterações propostas, teremos um órgão central dominando todo o processo de avaliação dos docentes, do probatório à aposentadoria, tão anti-democrático quanto a CERT na sua formação, mas muito mais poderoso e abrangente”.

“A Nova CPA é uma espécie de formalização mais dura do que a CERT vem fazendo”, diz Maria Luisa Schmidt (IP). “O que está em jogo não é integrar a avaliação, mas torná-la mais centralizada e propícia ao enxugamento do quadro e enquadramento dos professores numa lógica plenamente produtivista”

O aqodamento de M.A. Zago para aprovar a Nova CPA ainda no primeiro semestre de 2016 foi contrariado por uma greve das três categorias. Os professores chegaram a aprovar como um dos eixos de sua greve a retirada das propostas de reforma na avaliação institucional e na carreira docente. Acuado, o reitor decidiu não convocar o Co de 28 de junho, em que planejava submeter o projeto a votação.

Após as críticas, uma segunda versão da Nova CPA e do Estatuto do Docente foi apresentada no início de agosto, com poucas modificações. Nesta versão, a CPA continuava a ocupar o mesmo lugar da CERT, mas deixou de ser um órgão central para se tornar um órgão da Reitoria; em vez de CAD e CAI serem compostas, cada uma, por nove nomes indicados pelo reitor, elas passariam a ter três nomes indicados diretamente por ele e outros seis eleitos pelo voto de seus pares, nas suas respectivas grandes áreas. Apesar de alguns poucos recuos, os princípios do documento não foram modificados e os critérios de avaliação, questionados por mais da metade dos colegiados, não foram definidos claramente.

“A Nova CPA é uma espécie de formalização mais dura do que a CERT vem fazendo”, sintetiza a professora Maria Luisa. “O que está em jogo não é integrar a avaliação, mas

torná-la mais centralizada e mais propícia aos objetivos, às metas administrativas que se tem tanto de enxugamento do quadro, quanto de enquadramento dos professores numa lógica plenamente produtivista”.

No dia 19 de setembro de 2016, a Adusp divulgou denúncia anônima que recebera, segundo a qual a gestão M. A. Zago realizava tratativas secretas com a consultoria privada McKinsey&Company com o objetivo de desenvolver um “modelo de captação de recursos e de aprimoramento da gestão administrativa e financeira” para a USP. Por meio de um ofício, a Adusp exigiu esclarecimentos da Reitoria. Surpreendido pela revelação pública do acordo, o reitor passou a liberar informações “a conta-gotas” (vide p.30).

Levantou suspeitas o fato de que o acordo com a McKinsey, mediado pela “organização social” (oscip) Comunitas, fora negociado secretamente em paralelo à pressa da Reitoria para aprovar a Nova CPA. O Termo de Doação entre USP, Comunitas e McKinsey fora assinado em sigilo no dia 28 de junho, data em que o reitor planejava inicialmente aprovar a Nova CPA no Co. Como dito antes, a reunião do colegiado fora cancelada. Nas reuniões subsequentes do Co, nada se disse sobre a “parceria”. Somava-se a tais fatos a realização de reunião em 5/9, no Palácio dos Bandeirantes, entre o governador Geraldo Alckmin (PSDB), reitor, vice-reitor, dirigentes da McKinsey e da Comunitas e empresários e executivos dos grupos Itaú, Natura e Ultrapar.

Em nota, a diretoria da Adusp questionou: “Estaria [a Reitoria] tomando providências para implementar mecanismos de controle e avaliação (“Nova CPA”) que sinalizariam, aos grupos empresariais engajados nesse projeto, a segurança de que aquilo que eventualmente negociem com a USP — e ou com o governo estadual — será executado, dado o amplo controle que a Reitoria viria a exercer sobre as atividades e os projetos de seus docentes e unidades?”.

Pressionada, a Reitoria assumiu publicamente a existência do acordo, justificado pela criação de um certo projeto “USP do Futuro”, cujo objetivo seria a “melhoria da gestão da Universidade, bem como o aprimoramento e a ampliação da relação da instituição com a sociedade e o setor produtivo”. Para minimizar o problema, na reunião de 4 de outubro do Co, o reitor finalmente prestou algumas informações ao colegiado sobre a parceria com a McKinsey. Tentando sair da defensiva, M.A. Zago enquadrou as

críticas da Adusp e de outros setores como uma “tentativa de provocar intranquilidade e um ambiente de contestação e de conflito na universidade”. Como não houve maior reação do Co nem das unidades, o reitor ficou à vontade para fingir que nada de grave havia ocorrido.

Como exigiria maioria qualificada no Co (dois terços dos votos), o reitor recuou da ideia de extinguir a CERT. Assim, a proposta de criação da “Nova CPA” sem extinção da CERT, que só apareceu na quarta versão das minutas, foi aprovada por 63 votos a 32, na reunião do Co de 8 de novembro de 2016

“Às vezes me dá a impressão que ele tem um acordo com esse *pool* de empresários brasileiros que estão pagando a McKinsey para tornar a USP importante para fins comerciais”, analisa a professora Maria Luisa Schmidt. “A USP se transformará radicalmente mesmo, esta USP pela qual a gente radicalmente lutou está com os dias contados, e a CPA serve para isso, adequar administrativamente a universidade a uma outra lógica e a outro modelo”.

A votação da “Nova CPA” e do “Estatuto do Docente” foi marcada para o Co seguinte, em 8 de novembro de 2016. Poucos dias antes da votação, no dia 3, a Reitoria enviou aos conselheiros uma quarta versão das minutas, que continham uma nova manobra para garantir a aprovação das propostas. Como a substituição da CERT pela CPA implicaria uma mudança no Estatuto da USP, requerendo maioria qualificada do Co (dois terços dos votos), M. A. Zago recuou da ideia de extinguir a CERT. Até aquele momento, a extinção era defendida pela Reitoria como uma inovação progressista dentro de suas propostas.

Assim, a proposta de criação da “Nova CPA” sem a extinção da CERT foi aprovada por 63 votos contra 32, sobrepondo um novo órgão centralizado de avaliação — dotado de poderes formais para normatizar, enquadrar e punir — a outro que não tinha tais prerrogativas, mas efetivamente assim procedia. Se o objetivo era criar um sistema supostamente mais racional e integrado de ava-



Professor Adrián Fanjul

liação, o resultado foi uma ampliação dos mecanismos de controle e punição do corpo docente.

No dia 5 de junho de 2017, eleitos os membros da CAD e da CAI, a CPA iniciou formalmente suas atividades. A definição dos critérios de avaliação será divulgada em até 180 dias, contados a partir da data de início dos trabalhos da comissão. Por outro lado, medidas da Reitoria que precarizam a carreira docente já haviam sido arrematadas pelo Co de 11 de abril, que aprovou a contratação de professores temporários em jornadas de oito horas semanais, sob a alegação de que a medida “permitirá a participação e contratação de pós-doutorandos com bolsa de agência de fomento”.

A aprovação da CPA reserva duas possibilidades para o futuro dos professores, no entender do professor Adri-

án Fanjul. “Uma, no melhor dos casos, será daqui a cinco anos quando se fizer a primeira avaliação quinquenal e cortarem um monte de gente da dedicação em tempo integral. Ou então, se o grupo de [M.A.] Zago se sentir mais forte, na própria elaboração dos projetos acadêmicos, que precisam ser aprovados pela CPA, pode acontecer que no decurso do ano que vem estes projetos já voltem com indicação de cortes no tempo integral. Depende da audácia de [M.A.] Zago e de quem o suceder”, avisa o professor.

“Havendo algum tipo de resistência, não sei se haverá, pode até acontecer que não tenha corte na dedicação integral. Mas não haverá contratação de professores, só temporários. E vários professores vão se aposentar, todos os que puderem. Com isto e a reforma da previdência, vai ter fila, vai se reduzir muito a quantidade de professores. Daqui a pouco teremos que gerenciar conflitos de grande competição entre pós-doutores e temporários que vão se matar entre si para decidir quem vai ser efetivado”.

Também para Maria Luisa, o que vem pela frente é nada menos do que a precarização do corpo docente da USP. “É difícil saber o que eles querem. Eles têm em perspectiva um outro modelo de universidade, certamente não baseado na dedicação integral e no tripé ensino, pesquisa e extensão”, reflete a professora do IP quanto

aos planos da Reitoria. “Esse dispositivo da CPA é uma maneira de exercer esse enxugamento do corpo docente. Enxugamento nesse sentido, de ter esses professores quase como um regime das particulares, de professores horistas. Já está começando, eles estão contratando professores precários com contrato de 8 horas ou 12 horas, que devem vir dar aula e pronto”.

Neste quadro, diz ela, talvez alguns poucos setores da universidade tenham condições de continuar sendo centros de excelência em pesquisa. “O RDIDP só pode ser uma ameaça aos planos que ele [M.A. Zago] tem, a USP se construiu, mal ou bem, baseada em duas coisas: a dedicação exclusiva e o tripé ensino, pesquisa, extensão. Ele está querendo é usar a CPA para essa adequação, apertar os professores e passá-los para regimes mais precários”.

**POLICIAL FALANDO DE EDUCADORA:
“APERTA BEM A ALGEMA DESSA VADIA”**

“DIA DE CÃO” TEVE BOMBAS, BALAS DE BORRACHA, CÁRCERE IMPROVISADO PELA PM NO ANDAR TÉRREO DA REITORIA

Pedro Estevam da Rocha Pomar
Editor da *Revista Adusp*

Américo Kerr





Américo Kerr

Daniel Garcia

As primeiras bombas foram lançadas sem aviso, surpreendendo os manifestantes. Na foto abaixo, o pelotão de choque faz o trajeto inverso e volta a atacar



Américo Kerr

Foi um “Dia de Cão” na Cidade Universitária do Butantã, em São Paulo. Uma data que ficará na memória da instituição não apenas em razão do sangue derramado e das inúmeras agressões infligidas a professores, funcionários e estudantes da USP, mas pela humilhação sofrida por toda a comunidade universitária nas mãos da Polícia Militar, a pedido do reitor que se elegera prometendo “diálogo” e jurando jamais chamar a PM.

Decidido a votar a qualquer custo, na reunião de 7 de março de 2017 do Conselho Universitário, sua draconiana proposta de ajuste fiscal, eufemisticamente denominada “Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira”, o reitor da USP, M.A. Zago, convocou o pelotão de choque da Força Tática para dissolver a manifestação de protesto convocada pelas entidades de representação das três categorias, e com isso abrir caminho à livre entrada dos conselheiros fiéis à Reitoria.

O compadrio entre a gestão de M.A. Zago e V. Agopyan e a Polícia Militar, com respaldo do governador Geraldo Alckmin (PSDB), resultou numa chocante demonstração de brutalidade no dia 7 de março, deixando claro que não há lugar para a democracia no projeto político do reitor. Apesar da vitória obtida, ficou desmoralizado. Chamado à queima-roupa de “bandido” por uma representante discente, quando chegava à sala de reuniões do Conselho Universitário, M.A. Zago empalideceu e calou-se. A poucos meses do fim do mandato, governa a USP de braços dados com a tropa do Koban



Américo Kerr

Pelotão de choque após limpeza da área, na Reitoria

Embora pouco numeroso, o pelotão de choque da Força Tática era dotado de grande poder ofensivo. Estava preparado para lançar manualmente, ou com lançadores, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, e para disparar balas de borracha. Todo este arsenal foi utilizado contra os manifestantes no dia 7 de março. Além disto, o pelotão de choque recebeu o apoio de motociclistas, de viaturas estacionadas no entorno e dos policiais do “Sistema Koban”, estes últimos inicialmente concentrados no prédio da Reitoria, cercado por altas grades.

Nani Figueiredo, educadora da Creche Central, filmava as agressões covardes sofridas por um colega do Instituto de Biociências (IB) cercado por vários policiais quando foi, ela mesma, agredida, derrubada, chutada e xingada de “vagabunda” por homens e mulheres da PM

Toda sorte de violências, materiais e simbólicas, foi cometida por soldados e soldadas da PM. Alguns episódios merecem ser citados.

As primeiras bombas foram lançadas, sem qualquer aviso, sem qualquer tentativa de negociação, sobre as pessoas que se encontravam conversando diante do portão principal da Reitoria, fechado naquele momento, como na maior parte do tempo. Entre elas estavam crianças, pessoas com dificuldades de locomoção e o autor deste relato.

Nani Figueiredo, educadora da Creche Central, filmava as agressões covardes sofridas por um colega do Instituto de Biociências (IB) cercado por vários policiais quando foi, ela mesma, agredida, derrubada ao chão, chutada e xingada de “vagabunda” por homens e mulheres da PM. “Aperta bem a algema dessa vadia”, disse um policial. Tudo isso no pátio da Reitoria.

Conduzida a uma sala no térreo da Reitoria, Nani permaneceu ali por cerca de uma hora na companhia de outros manifestantes igualmente detidos e algemados, como o colega do IB e Mariana Brum, aluna



Armas em profusão e instruções por celular

da Escola de Comunicações e Artes (ECA) capturada no entorno da Reitoria, bastante machucada e abalada em razão das agressões que sofrera dos PMs.

Também no pátio da Reitoria, o professor José Sérgio de Carvalho, representante da Congregação da Faculdade de Educação no Co, protestou ao ver um aluno ser chutado na cabeça. Ato contínuo, o próprio José Sérgio foi golpeado pelo cassetete de um PM, como relataria ao Co na reunião de abril.

Na Rua da Reitoria, atingidos por golpes de cassetete na cabeça, Diana Assunção, diretora do Sintusp, e Franciel de Souza, aluno da ECA, sangraram abundantemente. Precisaram ser atendidos no Hospital Universitário (HU).



Américo Kerr



Franciel de Souza

Daniel Garcia

O HU não foi respeitado pelos policiais do Koban. Agindo como tropa de ocupação, os PMs intimidaram manifestantes feridos, empurraram um médico e detiveram Fernando Magarian, estudante da ECA que fora até lá para acompanhar o atendimento ao colega Franciel.

Na Praça do Relógio, duas professoras da FFLCH tentaram dialogar com os PMs da Força Tática que perseguiam alguns alunos. Em resposta, foram chamadas de “arrombadas”.

O tenente Telles, que comandava as ações do Koban, lançou *spray* de pimenta diretamente no rosto de uma jovem funcionária que tentava recuperar uma sacola de sua propriedade, onde reunira restos de artefatos disparados pela pelotão de choque contra os manifestantes. A

jovem quase desmaiou. Sentada no chão, passou mal em frente à Reitoria, do lado de fora das grades. Instados a pedir socorro, a equipe de segurança e PMs que se encontravam do lado de dentro recusaram-se a tomar qualquer providência.

Este é um breve apanhado da selvageria desencadeada pelo reitor com a finalidade de ver aprovado o seu pacote fiscal. Resumo que ficaria incompleto se deixássemos de mencionar outros fatos notáveis.

Primeiro: ainda sucediam correrias, bombas e escaramuças entre policiais e manifestantes quando teve início a reunião do Co (falaremos dela adiante). É possível que, nesse momento, os detidos ainda se encontrassem, algemados, no cárcere improvisado no andar térreo.

Segundo: Maria Paula Dallari Buc-ci, professora da Faculdade de Direito (FD) e superintendente jurídica da USP, avistou-se com Nani e os outros manifestantes encarcerados na sala térrea da Reitoria, quando se encaminhava para o salão do Co, e nada fez para tirá-los de lá ou sequer providenciar-lhes um advogado, que a PM não permitira que fosse chamado.

Terceiro: o diretor do Instituto de Relações Internacionais (IRI), membro da Comissão de Legislação e Recursos (CLR) e ex-coordenador da Comissão Nacional da Verdade, professor Pedro Bohomoletz Dallari, irmão de Maria Paula, subiu à tribuna do Co para defender a ação da PM e criticar a oposição ao reitor.

“Eu queria entender se este Conselho vai acontecer com gente apanhando, com gente ferida lá fora”, protestou Luana Silva, representante discente. Quando o reitor acusou os manifestantes de “banditismo”, ela retrucou de imediato: “Bandido é o senhor, que colocou a PM para bater em estudante!”

Daqui para a frente, vale a pena reproduzir trechos do relato publicado no *Informativo Adusp* 432.

Ao chegar ao salão onde o colegiado se reuniria, o reitor foi recebido por gritos de “Fora, Zago!”, fato inédito. “Eu queria entender se este Conselho vai acontecer com gente apanhando, com gente ferida lá fora”, protestou, antes do início da reunião, a estudante Luana dos Santos Silva, do Instituto de Psicologia (IP), representante discente (RD) da Graduação. Em seguida, quando o reitor acusou os manifestantes de “banditismo”, ela retrucou de imediato, em voz alta: “Bandido é o senhor, que colocou a PM para bater em estudante!”. Ele se calou, dirigindo-se apressadamente para a mesa.

M.A. Zago foi, então, interpelado por várias RDs ao mesmo tempo. “Tem estudante sangrando lá fora, tem bomba de gás lacrimogêneo. O sr. vai fazer o Conselho mesmo assim?”. “Absurdo”. O reitor pareceu empalidecer frente à saraivada de questionamentos. Seguranças cor-



Policiais do “Koban” derrubam a educadora Nani Figueiredo

NO CALOR DA HORA

Intervenções de membros do Conselho Universitário no decorrer da reunião de 7 de março

ANA MARIA LOFFREDO (IP):

“Fazia muito tempo que eu não vivia diretamente uma experiência de violência, de absurdo, de uma dimensão quase irreal desse tipo — que fizeram minhas pernas tremerem e meus olhos se incomodarem enormemente com o gás. Bombas, armas apontadas para alunos, funcionários e docentes, prisões e pessoas feridas. Lembrei-me da época da Ditadura, quando eu era estudante da USP. Me incluo naquela parcela da universidade que não se curva a este ciclo de violência e ausência de exercício democrático capitaneado por esta Reitoria”

ANDRÉ SINGER (FFLCH):

“Para surpresa de todos nós, aparece uma proposta, às vésperas de uma reunião do Conselho, às vésperas do Carnaval, quando as aulas não haviam começado. Eu pergunto: é possível considerar este um processo democrático de deliberação? E eu tenho a obrigação funcional e regimental de vir aqui pôr esta questão, porque a minha Congregação não se reuniu para decidir. Portanto eu, como representante da Congregação, pergunto: este é um método democrático de deliberação? A decisão de desencadear uma brutal repressão aos manifestantes só faz crescer a impressão de que isto está sendo votado à força”



Daniel Garcia

Nani mostra como foi agredida

JOSÉ SÉRGIO CARVALHO (FE):

“Somos nós que não devemos permitir, como professores, que a Polícia Militar adentre aqui. Presenciei um aluno meu, nosso aluno, sendo chutado na cabeça pela Polícia. Nós sabemos como a Polícia age. Ninguém pode alegar que não sabia que isso aconteceria. Me encontro diante de um fato que está me parecendo quase um teatro do absurdo. Nós estamos discutindo a saúde financeira da universidade e colocando em risco sua saúde espiritual. Não é possível a gente permanecer aqui, discutindo os rumos econômicos e ignorando o que aconteceu, patrocinado por uma Polícia que nós chamamos. Pelo meu dever moral, o que tenho a dizer é que me retiro desta reunião, porque ela não tem legitimidade”.

GABRIELA SCHMIDT (RD-FFLCH):

“Foi a primeira vez que a Reitoria da USP colocou a Polícia para conseguir aprovar uma pauta política. Isso é grave. Para nós, estudantes, a única medida razoável e justa seria o cancelamento deste Conselho, como uma reparação àqueles que estão ainda no Hospital Universitário e aos que foram detidos. Para nós, os heróis são eles, e não os que estão aqui dentro. Fica dado o recado: vamos nos mobilizar, vamos defender a universidade contra o reitor e colocar nosso grito na rua, que é *Fora Zago!*”

BRUNO SPERB ROCHA, funcionário:

“E ainda que tenha sido a Polícia Militar que tenha feito isso, é na mão do reitor que está o sangue derramado aí fora, dentro da Universidade de São Paulo. Na mão do reitor, que tomou a decisão de chamar a Polícia, e na mão de cada um e cada uma, de cada membro do Conselho Universitário, daqueles que entraram aqui escoltados pela Polícia. Nenhum de vocês falou nada sobre o fato de que o governador, sistematicamente e há quase dez anos, descumpra a lei e não repassa os 9,57% do ICMS, e que só a diferença desse desfalque nos últimos dois anos foi mais de meio bilhão de reais”.

reram para protegê-lo. Ciente de que o episódio estava sendo registrado em vídeo, M.A. Zago queixou-se, irritado: “Olha, você já gravou o que queria gravar...”.

Apesar dos protestos e da ausência de expressivo número de conselheiros, a Reitoria conseguiu iniciar e concluir a reunião, levando à votação os “Parâmetros”, cujo texto-base foi aprovado por escassa maioria: 52 votos favoráveis (43,69% do número total de membros do Co: 119), contra 32

Américo Kerr



Prisão da aluna Mariana Brum



Prisão de David Molinari



Tentativa de captura

e duas abstenções. Porém, foram apresentados diversos destaques, que seriam apreciados na reunião seguinte do Co, em 11 de abril.

No decorrer dos debates, representantes de congregações (FE, IP, FFLCH, Instituto de Matemática e Estatística), representantes dos funcionários e RDs usaram da palavra não apenas para condenar a truculenta ação policial, mas, igualmente, repelir o teor do documento proposto pela Reitoria. Por outro lado, conselheiros ligados à Reitoria, como a professora Maria Aparecida Moreira Machado, diretora da Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB), defenderam a ação policial e criticaram a “agressividade gratuita” dos manifestantes.

O RD Cristiano Buoniconti Camargo (FD) destacou o fato de que, durante a campanha eleitoral de reitor, M.A. Zago comprometeu-se a “jamais” recorrer à força física contra opositores. “A manifestação era absolutamente pacífica. Como resultado da ação da Polícia, tivemos estudantes e funcionários fe-



Manifestante se defende com escudo improvisado

ridos. Hoje é um dia triste para a universidade”, enfatizou Camargo, que encerrou entoando a canção “Apesar de Você”, de Chico Buarque (“Apesar de você/Amanhã há de ser/Outro dia”).

Na sua reunião seguinte, em 11 de abril, o Co aprovou por maioria simples os pareceres da CLR e da Comissão de Orçamento e Patrimô-

nio (COP) contrários aos destaques apresentados na reunião anterior e favoráveis ao texto original dos “Parâmetros”. Única exceção: foi retirada por sugestão da própria CLR, por absoluta falta de previsão legal, a obrigatoriedade de maioria qualificada (dois terços dos membros do Co) para eventuais alterações futuras no “pacote”.



Américo Kerr

De modo a garantir que o Co votasse a rejeição aos destaques no dia 11 de abril, o reitor voltou a utilizar expedientes nada democráticos, tais como agendar a reunião com apenas três dias úteis de antecedência e em plena Semana Santa

De modo a garantir que o Co votasse a rejeição aos destaques, o reitor voltou a utilizar expedientes nada democráticos, como agendar a reunião com apenas três dias úteis de antecedência e em plena Semana Santa. Mais uma vez, a PM esteve presente em grande número, dentro e fora da Reitoria. Por outro lado, M.A. Zago reuniu-se



Restos de bombas e cartuchos

pela manhã, na própria Reitoria, com os diretores de unidades, recorrendo assim ao “encontro de dirigentes” — instância clandestina, inexistente no Estatuto da USP, criada por seu antecessor J.G. Rodas, e na qual a oligarquia da universidade tem tomado suas decisões, deixando ao Co papel meramente homologatório.

Em seguida à reunião entre M.A. Zago e os diretores, foi servido um almoço, também na Reitoria, para o qual todos os membros do Co foram convidados. Assim, o reitor conseguiu garantir que a maioria dos membros do colegiado chegasse ao local bem antes dos manifestantes mobilizados pela Adusp, Sintusp, DCE e outras entidades estudantis, e lá permanecesse.

REITOR OU FEITOR?

Reprodução/DCE Livre



Embora insistentemente questionado pelas representantes discentes, M.A. Zago recusou-se a suspender a reunião do Co

Conselheiros e conselheiras que se opunham ao pacote fiscal optaram, desta vez, por retirar-se do Co antes da votação, depois de uma declaração na tribuna. Mas esta manobra legítima, fruto de uma articulação prévia, não foi suficiente para impedir que a reunião alcançasse quórum.

A aprovação final dos “Parâmetros” pelo Co em 11 de abril, com a rejeição dos destaques, não conseguiu acobertar o sentimento de inquietação suscitado pelas medidas. Diversos conselheiros, entre os quais vários que não se identificam com a oposição à Reitoria, lançaram advertências quanto ao açodamento na tramitação da proposta e à sua absoluta falta de fundamentação.

O professor Aluisio Segurado, representante da Congregação da Faculdade de Medicina (FM), ao relatar ao Co as preocupações levantadas em reunião de docentes da unidade, destacou o “pouco tempo que foi dado

para discussão ampla disso no ambiente universitário e com os nossos interlocutores de fora da universidade”, e registrou que após a reunião ele e sua suplente buscaram obter “acesso ao teor exato do documento, que contivesse todas as emendas e propostas, e no entanto nos foi informado que esse documento só estaria disponível a partir da deliberação da COP e da CLR com a sistematização dessa documentação”. Pois bem, prosseguiu, “essa documentação só chegou às nossas mãos na sexta-feira que antecede essa reunião de hoje, sendo que a convocação para este Co se deu na quinta-feira à noite, então mais uma vez tivemos que atropeladamente tentar ouvir os nossos colegas”.

Houve repetidas críticas à imposição da relação 40% de docentes/60% de funcionários técnico-administrativos, vocalizadas tanto pelo professor Marcelo Urbano Ferreira, representante da Con-

gregação do Instituto de Ciências Biomédicas, como pelos diretores do Instituto de Física, Marcos Martins, e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Pietro Ciancaglini. Nada disso demoveu a maioria dos conselheiros.

Desse modo, o Co não somente endossou, por ampla maioria, as violências físicas cometidas pela PM, como autorizou a adesão da USP à Lei de Responsabilidade Fiscal, o que poderá acarretar novos e severos cortes no quadro funcional da instituição, além de congelamento de salários e outras consequências negativas relacionadas à imposição de tetos para os gastos com pessoal, como, por exemplo, a quebra da isonomia e possível esvaziamento do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp).

Magnífica obra, digna do mandatário que os estudantes classificaram, com muita propriedade, como “capacho do governador”.



Prisão de Gabriel Martins
em 28 de abril

KOBAN, A “POLÍCIA POLÍTICA” DO REITOR

Os episódios de 7 de março na USP colocaram em evidência o papel do “policamento comunitário” da Cidade Universitária, a cargo da Polícia Militar desde a gestão de J.G. Rodas, que em setembro de 2011 firmou um convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP) com vistas a ampliar a presença policial no principal *campus* da USP. Esse convênio, que teria a duração de cinco anos, previa a realização de “policamento comunitário participativo”, no qual 30 policiais militares patrulhariam a Cidade Universitária em carros e motos, e a instalação de duas bases móveis da PM (vide <https://goo.gl/DzsORD>).

Depois de quatro anos, em setembro de 2015, um novo convênio de policamento comunitário foi firmado entre a USP e a SSP, agora baseado no documento intitulado “Proposta de um projeto de Universidade Segura com aproveitamento do Sistema Koban” (<http://bit.ly/2v5t6GL>).

Segundo o site da PM, no sistema Koban “os policiais são fixados em territórios delimitados, passando a fazer parte integrante da comunidade e exercendo uma polícia de defesa da cidadania em estreita parceria com a própria comunidade”, tendo como diretrizes “o respeito aos princípios dos Direitos Humanos, norteados os serviços de polícia em conformidade com

as expectativas da comunidade, sendo necessária a participação dos cidadãos, além de entidades públicas e privadas, na identificação e resolução rápida dos problemas ligados à segurança, com um objetivo maior: a melhoria da qualidade de vida” (<http://bit.ly/2nKd6pw>).

O convênio de 2015 prevê que os policiais militares lotados no policamento comunitário sejam escolhidos de forma criteriosa, “adotando-se como parâmetros o voluntariado, a resiliência emocional, aceitabilidade e compreensão do desafio e, preferencialmente, o fato de serem estudantes universitários”. Ainda segundo o documento, “os policiais militares designados para trabalhar na USP não serão empregados



O tenente PM Telles em três momentos: na prisão de Gabriel Martins (p. anterior), comandando a repressão na Reitoria em 7 de março...

em intervenções policiais-militares, envolvendo alunos, professores e servidores, como o cumprimento de mandado judicial de reintegração de posse”. Isso contradiz frontalmente as ações tomadas em 7 de março, quando os soldados do Koban, presentes no cotidiano da universidade, agrediram muitos manifestantes e detiveram vários deles.

O estudante Fernando Magarian acredita que a real finalidade do policiamento comunitário dentro da USP é a espionagem política. “O policial que veio me dar voz de prisão [no HU] veio ‘apavorando’, dizendo que sabia quem eu era, me via pelas câmeras, sabia as camisetas que eu usava. É um trabalho de espionagem, pois eles estão lá, no dia a dia, sabendo o que está acontecendo nos movimentos políticos, conhecendo a gente, para ter condições de reprimir mais nos momentos de tensão”.

Neli Wada, diretora do Sintusp, é incisiva em relação ao sistema Koban:

“Quanto à Polícia Militar”, prossegue a professora Ana Lúcia Pastore, “há muito tempo ela nem deveria mais existir. A USP deveria ser um dos centros mais críticos a essa desastrosa herança do regime militar, e mais propositivos de alternativas ao modelo atual”

“[M.A.] Zago tem uma polícia própria. Não é a chamada polícia comunitária como consta no convênio. Não é verdade que a polícia está aqui preventivamente, para dar segurança. Na

verdade a única coisa que você vê a polícia tomando providência é reprimindo os movimentos de estudantes, de funcionários e de professores. O que caracteriza essa repressão é que, antigamente, se tivesse professores em uma manifestação, eles eram respeitados. Hoje, não. É só ver o que aconteceu no dia 7. É uma repressão violenta e vingativa”.

Dias depois do ocorrido na USP, procurada pelo *Informativo Adusp*, a SSP informou que o efetivo atual no interior da USP é composto por 56 policiais militares, a maioria dos quais “passou por um treinamento, em 2015, e, em janeiro de 2016, foi habilitada no Curso de Policiamento Comunitário Universitário ministrado por oficiais da PM”. Ainda de acordo com a SSP, o policiamento comunitário baseado no Sistema Koban “teve adaptações para a realidade estudantil com o auxílio da Comissão de Direitos Humanos da USP”.



A professora Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (FFLCH), ex-superintendente de Prevenção e Proteção, define como “tragédia anunciada” os episódios de 7 de março. “A atual gestão reitoral desejava, há muito tempo, tomar essa atitude e fazer dela uma demonstração de força e poder. Escolheu, a dedo, o momento de tomá-la: uma reunião do Co em que um projeto impactante para a USP estava em pauta. Projeto mal conhecido e discutido pela imensa maioria da comunidade acadêmica, mas, de antemão, apoiado por um pequeno número de conselheiros suficiente para aprová-lo no elitizado Co. Triste dia para a democracia uspiana e vitória, sem dúvida, de acordos de bastidores garantidos pela força bruta (por isso mesmo ilegítimos)”.

“Quanto à Polícia Militar”, prossegue a professora, “há muito tempo ela nem deveria mais existir nos Estados brasileiros. A USP deveria ser um dos centros mais críticos a essa desastrosa herança do regime ditatorial-militar e mais propositivos de alternativas ao modelo atual que, como todas as estatísticas apontam,

mais perpetua e acirra múltiplas formas de violência do que as combate”.

No que depender da Reitoria, porém, a PM será deixada à vontade dentro da USP para intimidar, cercar, inquirir e, sempre que preciso, conter os rebeldes e desviantes em geral. Os incidentes multiplicam-se. Em depoimento por escrito ao *Informativo Adusp*, o professor Elie Ghannem, da Faculdade de Educação (FE), relata como duas viaturas da PM e uma da Guarda Universitária o abordaram e interromperam uma de suas aulas, ministrada ao ar livre na Praça do Relógio em 28 de março último, depois que câmeras de vigilância supostamente gravaram dois de seus alunos forçando o portão da Torre do Relógio.

Em 28 de abril, coube a um grupo do Koban chefiado pelo tenente Teles a prisão, por meios violentos e totalmente desnecessária, do estudante Gabriel Martins, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA). Naquele dia, ao retornar de um protesto realizado fora da USP como parte da greve geral contra as reformas do

governo Temer, estudantes decidiram derrubar as grades erguidas autoritariamente pela Reitoria em torno da ECA. Enquanto tentavam arrancar as grades com as próprias mãos, a PM os cercou por trás e os atacou com bombas de gás e cassetetes. A poucos metros do prédio central da ECA, Gabriel, que se limitara a tocar tambor durante o protesto, foi agredido a pontapés por policiais do Koban, ao tropeçar enquanto fugia da repressão. O jovem foi arrastado pelo cabelo e colocado dentro de uma viatura do autoproclamado “policimento comunitário” por pelo menos cinco policiais.

Na manhã de 14 de junho, Zelito Souza dos Santos, funcionário do Centro de Práticas Esportivas (CEPE-USP) e ex-diretor do Sintusp, voltava de seu almoço quando foi interpelado por policiais do Koban ao passar pelo portão que liga a comunidade São Remo à Cidade Universitária (a uma quadra das sedes da Adusp e do Sintusp), para que exibisse sua carteira de identidade. Ao recusar-se a exibir o documento, Zelito, que trajava o uniforme da USP, acabou preso por “desacato”.

COLEGIADOS REPUDIAM ATITUDE DESPÓTICA DO REITOR, VIOLÊNCIA DA PM E “INTERVENÇÃO DESASTRADA”

A brutalidade e o desrespeito praticados pela Reitoria e pela Polícia Militar no dia 7 de março, para garantir a votação dos “Parâmetros”, chocaram parcela expressiva da comunidade universitária. Colegiados e grupos de docentes reagiram à atitude do reitor. O Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, p. ex., traçou um paralelo com a gestão de J.G. Rodas, criticada por M.A. Zago: “Os mesmos métodos que permitiram que a gestão anterior agisse sem o menor controle da comunidade universitária são agora ratificados pela aprovação dessas medidas em nome da sustentabilidade”. Confira a seguir

Fotos: Daniel Garcia



Até a intervenção violenta da PM, a manifestação decorreu tranquilamente, com membros do Conselho Universitário e manifestantes misturando-se nos grupos formados na lateral da Reitoria, que permanecia fechada para todos

A Congregação da Escola de Comunicações e Artes (ECA), unidade vizinha ao prédio da Reitoria, foi um dos colegiados que expressaram indignação com a ação do pelotão de choque da Força Tática da PM e outras medidas repressivas acionadas pelo reitor.

“Dessa intervenção desastrosa resultou uma sucessão de danos à comunidade universitária e ao público que circulava pelo local na ocasião, particularmente numeroso por conta das atividades de acolhimento aos calouros da ECA, que se desenvolviam naquela semana. Assinalamos, como saldo dessa ação, acidentes com estudantes, funcionários e professores; a evacuação estabaneada de prédios; prejuízos

à recepção de ingressantes e também a alunos de intercâmbio; a disseminação do pânico entre um contingente expressivo de pessoas que não encontravam rota de fuga em razão das grades instaladas nos jardins que circundam a ECA; o total desamparo e desinformação que tomaram de assalto os pais dos calouros, entre outras ocorrências”, descreve o documento, originalmente elaborado pela Comissão de Pós-Graduação e depois endossado e subscrito pela Congregação da unidade.

A Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), a maior unidade da USP em número de alunos e de docentes, defendeu a legitimidade da manifestação de 7 de março, organizada pelas entidades representativas. “O protesto relacionava-se ao fato de que a proposta de Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira da USP, a ser votada naquela ocasião, fora apresentada de última hora, às vésperas do Carnaval, sem tempo hábil para que houvesse uma discussão democrática por parte da comunidade universitária a respeito do assunto. Ficou claro que havia uma decisão da Reitoria de impor a todo custo um projeto não debatido pelo conjunto da USP”, diz a moção do colegiado contra as atitudes do reitor. “Cumprir assinalar que os referidos Parâmetros [...] terão forte impacto na estrutura e funcionamento da Universidade. Sua aprovação, portanto, revestia-se de particular gravidade. Deve-se ressaltar que, quando o documento foi apresentado, as aulas não haviam começado e a Congregação da FFLCH já havia se reunido, não havendo condições para estudarmos o assunto com a devida propriedade”.

O Conselho do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia (IP), por sua vez, repudiou também o modo pelo qual o reitor “conduziu a reunião do Co, constrangendo e impedindo a manifestação de conselheiros/as que questionavam realização da

Fotos: Daniel Garcia



Antes do ataque da PM, protesto pacífico prevaleceu tanto na lateral do prédio da Reitoria como em frente à entrada principal



reunião às custas de um estado de guerra”. Em 6 de março, véspera da sessão do Co, a Congregação do IP fora talvez a única a conseguir apreciar, em tempo hábil, os “Parâmetros”. Sua avaliação foi extremamente desfavorável ao documento: “Somos contrários à aprovação de proposta apresentada no documento ‘Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira da USP’ na sua totalidade e em todos os itens que a compõem”.

O plano, observou a Congregação do IP, “cria uma situação insustentável que levará ao fechamento de diversos serviços importantes, além de um aprofundamento da precarização do trabalho em nossa Universidade para garantir seu pleno funcionamento, ao custo da sobrecarga à qual serão submetidos os servidores, em consequência dos últimos PIDVs”. Além disso, o aumento da terceirização e de meios correlatos de contratação não propicia a manutenção do funcionamento da USP com a qualidade e a excelência propaladas. “Tal precarização contribui para piores condições de trabalho. A diferenciação de contratos e direitos entre funcionários provoca ainda a alta rotatividade, a falta de lastro institucional, frágeis relações de trabalho, com consequências depreciações e instabilidades no trabalho realizado”.

“Precisamos lidar com a adversidade preservando ao máximo os princípios constantes no Código de Ética da USP, como o direito à pesquisa e à promoção dos direitos humanos e sociais, e levando sempre em conta as ricas diferenças entre unidades e áreas” (IP)

Ainda segundo a Congregação do IP: “A USP enfrenta dificuldades a partir de sua expansão sem devida estrutura para tanto, em um contexto de crise de financiamento”, bem como as demais universidades públicas estaduais paulistas. Os argumentos do texto desconstruem a linha de “gestão” vertical apoiada na repressão, adotada pela Reitoria: “Frente a tal situação, é necessário um esforço conjunto para pensarmos coletivamente o sentido para o qual devemos caminhar enquanto comunidade universitária. Precisamos lidar com a adversidade preservando ao máximo os princípios constantes no Código de Ética da Univer-

sidade de São Paulo, como o direito à pesquisa e a promoção dos direitos humanos e sociais, e levando sempre em conta as ricas diferenças entre as diversas unidades e áreas de conhecimento que compõem nossa universidade”.

A Congregação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos (IAU) foi outra que teceu duras críticas ao reitor. “Esse modo de gestão se revela na aplicação de um receituário de medidas apoiado no modelo de Estado mínimo, que poderá afastar a instituição cada vez mais de sua função social fundamentada na formação de profissionais, na produção de conhecimento e na extensão do conhecimento à sociedade. Os procedimentos vinculados a tal modelo exigem a subtração da interlocução com a comunidade universitária e a exclusão de qualquer possibilidade de diálogo com aqueles que possuem outra compreensão da Universidade e da sua gestão”, explica o documento do colegiado.

As justificativas do reitor, como a de “garantir que gestões tresloucadas, como a anterior, não solapem as verbas da universidade”, foram refutadas pela análise da Congregação do IAU. “Entretanto, os mesmos métodos que permitiram que a gestão anterior agisse sem o menor controle da comunidade universitária são agora ratificados pela aprovação dessas medidas em nome da sustentabilidade”. Por fim, o documento põe em xeque a imagem de defensor da democracia com que M.A. Zago tenta se disfarçar: “Os procedimentos democráticos não devem ser evocados apenas nos dias de festa. Eles precisam ser preservados especialmente nos momentos de incerteza e no duro e difícil debate sobre os rumos que a Universidade necessita tomar para superar a atual crise”.

A Rede Não Cala!, de professoras e pesquisadoras, que atua pelo fim da violência sexual e de gênero na USP, ressaltou o aspecto machista da repressão policial: “Uma funcionária ficou com um corte na cabeça, duas professoras foram alvo de violência verbal da polícia, várias mulheres ficaram com olhos e gargantas afetados pelas bombas de gás lacrimogênio e uma funcionária foi cercada por vários policiais e agredida fisicamente”.

Reunidos em Assembleia Extraordinária da Adusp dois dias depois, os docentes declararam que o reitor é “indigno do cargo que exerce” e que ele e seus “coniventes, omissos ou submissos vice-reitor e pró-reitores” são “inimigos da universidade pública”.

(R.N.)

BASTA! FORA ZAGO!

Assembleia Geral da Adusp de 9 de março de 2017

Os atos autoritários do reitor extrapolaram todos os limites. Nada resta das promessas de diálogo e democratização de Zago e Agopyan, alardeadas na campanha em 2013, num incontestado estelionato eleitoral. Restam agora apenas o desrespeito à comunidade e às normas democráticas inscritas na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que devem pautar a gestão educacional.

O reitor vem implantando medidas que corroem e descaracterizam a USP enquanto universidade pública, gratuita e socialmente referenciada — um patrimônio público construído pelo esforço de gerações de docentes, funcionários e estudantes.

Em conluio com o governo Alckmin, sua gestão agride frontalmente espaços de ensino, pesquisa e extensão, como o HU, o HRAC, a Escola de Aplicação e as creches.

Ao promover planos de incentivo à demissão voluntária, que já resultaram na perda de milhares de funcionários, Zago fragilizou ou impediu o pleno funcionamento de setores essenciais da USP. Faltam políticas efetivas de acesso e permanência estudantil.

Os órgãos colegiados têm sido sistematicamente desconsiderados e as normas mais elementares do serviço público, acintosamente ignoradas. Iniciativas político-administrativas são tomadas clandestinamente, à revelia da comunidade universitária. Informações de grande relevo são sonegadas, o debate é cerceado.

A contratação às escondidas da McKinsey&Company, empresa de consultoria mundialmente conhecida por seu envolvimento em diversos escândalos, introduz mais um capítulo numa história marcada pela conduta autocrática e avessa à transparência.

Para garantir a aprovação de seu novo pacote de medidas, os “Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira da USP”, em 7 de março de 2017, Zago não hesitou em recorrer à força de choque da Polícia Militar para reprimir com brutalidade uma manifestação pacífica em frente à Reitoria. Professores, funcionários, estudantes e até mesmo crianças foram covardemente atacados com bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e cassetetes.

Por tudo isso, reunidos em Assembleia Geral no dia 9 de março, os docentes da USP consideram o reitor, que é escolhido para ser representante da comunidade acadêmica, indigno do cargo que exerce e declaram Zago e seus coniventes, omissos ou submissos vice-reitor e pró-reitores, inimigos da universidade pública.

FORA ZAGO!

“REITORIA CRIA AMBIENTE DE QUE A CASA ESTÁ PEGANDO FOGO E QUE ELA É ÚNICA SALVADORA”

Marcos Magalhães
Professor do Instituto de Matemática e Estatística da USP

Daniel Garcia



"Temos uma Reitoria que aposta no confronto"

*Representante suplente da Congregação do IME e autor de vários destaques apresentados aos “Parâmetros”, votados na reunião do Co de 11 de abril, o professor Magalhães analisa — em depoimento a **Rodrigo Neves** — a estratégia da administração da USP: “Temos uma Reitoria que aposta no confronto. Jogou a proposta em cima da mesa como se fosse um objetivo messiânico, como se tivesse um destino de pôr a universidade ‘nos trilhos’. A origem dos ‘Parâmetros’ é o Gabinete do reitor. Não vem da Codage, da COP. Parece vir da McKinsey. Por isso é uma gestão Zago-Vahan-McKinsey”*

O documento “Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira” apareceu na véspera do Carnaval. A reunião estava inicialmente prevista para o dia 21 de fevereiro, uma terça-feira. Aí veio uma notícia, na quinta-feira anterior, dia 17, de que não haveria reunião no dia 21, mas sim no dia 7 de março.

A primeira impressão que se teve é de que os “Parâmetros” estavam um pouco exagerados. É como se a Reitoria aproveitasse a situação para “passar a boiada”. Isso de alguma forma foi identificado na reunião convocada no IME, mas também em outras unidades, em outras congregações. Surgiu um monte de questões, perguntas e explicações. Faltava



Daniel Garcia

Professor Marcos Magalhães

discussão. A Reitoria não tinha, na sua documentação, apresentado argumentos referentes à defesa dos “Parâmetros”.

Havia uma questão que estava implícita no primeiro documento, sobre a possibilidade de demissões

para se adequar ao 40/60 [a proporção, entre, respectivamente, número de docentes e número de funcionários proposta pela Reitoria]. Na primeira versão isto estava mais forte, citando o artigo da Constituição que possibilitaria demissões. Depois este trecho foi suprimido no dia 7, o reitor chegou a falar: “Vou tirar, já está na Constituição então podemos aplicar”.

Então existia um conjunto grande de interrogações. O que a maioria da comunidade universitária pedia, demonstrado pelas manifestações em congregações e nas reuniões que aconteceram, era uma oportunidade para discutir melhor o assunto.

Então esse era o ambiente criado para o dia 7.

Neste dia ocorreu um protesto na porta da Reitoria e depois teve toda a violência da Polícia em cima dos manifestantes. No fundo, a demanda do movimento era criar pressão para que o assunto fosse melhor discutido. Um reitor, digamos, de bom senso e bem intencionado teria a postura de apaziguar, implementar um calendário de discussões etc. Até porque nada do que foi aprovado era algo para o dia seguinte, que você precisava fazer ou a universidade não funcionaria.

Até onde conseguimos ver, não teve até agora nenhum relato ou vídeo que caracterize agressões do movimento à Polícia Militar ou a conselheiros. Houve, claro, palavras de ordem, falas, uma certa pressão em cima dos conselheiros. São pressões naturais a todos os movimentos sociais, que foram respondidas pela PM com sua tradicional violência, além da sua arrogância e da sua agressão indiscriminada, independentemente de se você é um observador ou um manifestante.

Eu e alguns outros conselheiros tomamos a decisão de que não entraríamos no Co sob a escolta da Polícia. O movimento correto era a suspensão da reunião, tentar o diálogo. Eu e outros conselheiros só entramos no Co quando tivemos a informação de que a reunião já havia começado e já possuía quórum. Isso era 17h30, para uma reunião que estava marcada para 14 horas.

“Minha opção ali foi falar um pouco sobre o *nonsense* completo da situação, a falta de diálogo da Reitoria. Ao mesmo tempo, sentindo que o Co caminharia para a

aprovação do documento, quis fazer uns destaques para que a coisa fosse melhor discutida”

Quando eu entrei já havia acontecido um incidente inicial entre estudantes e o reitor (**vide p.112**). Eu não presenciei isso, quando eu cheguei o reitor já estava terminando a fala dele. Imediatamente depois de sua fala, começou a discussão sobre os “Parâmetros”. Abriu-se a discussão sem manifestação de membros e começaram as falas das pessoas sobre o tema. Uma ou duas pessoas, de uma longa lista, falaram e se retiraram. Outras foram se manifestando sobre o ambiente de violência e um pouco sobre os próprios “Parâmetros”. Minha opção ali foi falar um pouco sobre o *nonsense* completo da situação, a falta de diálogo da Reitoria. Ao mesmo tempo, sentindo que o Co caminharia para a aprovação do documento, quis fazer uns destaques para que a coisa fosse melhor discutida.

Minha questão em relação aos “Parâmetros” é essencialmente essa: para mim e para o movimento, vivemos na universidade uma crise de financiamento, para a Reitoria é uma crise financeira. Parâmetros são pautas de grandes manchetes e grandes questões que podem mobilizar toda a comunidade universitária em um sentido. Mas os “Parâmetros”, como foram feitos, são um conjunto de regras de gestão, que têm a ver com a conjuntura e não podem ser colocadas dessa forma *perene*.

Determinar o teto de 85% de gasto com pessoal é algo que pode ser aceitável, isso pode ser um norte a se perseguir. Outra coisa é você ter várias regrinhas que desconsideram a conjuntura em que você tem que

viver. Esses 85% vão ser transformados em algo maior como a destruição de cursos, fechamento de pós-graduação e laboratórios. Então você precisa ter bom senso.

Portanto, aquele conjunto imenso de regrinhas, para mim, criava uma camisa de força. Era alguém aproveitando uma situação de crise para botar para dentro toda uma visão sobre gestão e financiamento universitário. Ou seja, um oportunismo de alguns setores da Reitoria encampado por essa gestão Zago-Vahan-McKinsey. Colocaram, pelos “Parâmetros”, um monte de outras medidas sérias, que não foram discutidas amplamente na universidade, sequer no programa de gestão do reitor.

Eu fiz vários destaques, alguns suprimindo capítulos inteiros. A única coisa que eu achei que cabia era a fixação do teto de 85% para despesas de pessoal. E ainda assim, eu mencionei que a USP conta para a opinião pública que gasta 105% do seu orçamento com folha de pagamento, sendo que algo perto de 30% desse percentual é para o pagamento de aposentados. Então quando você comenta isso sem dar detalhes, a reação é: “Isso é um absurdo! Precisa cortar, demitir!”. E a responsabilidade da Reitoria é grande nesse sentido, porque ela é que tem poder de dialogar com a opinião pública.

Então a reunião do dia 7 terminou com 32 votando contra os “Parâmetros”, 52 a favor e uma ou duas abstenções. Observe que esses 32 que votaram contra, naquele momento, possivelmente não saíam da reunião. Se eles saíssem, quebraria o quórum. O quórum necessário para o Co é de 60 votantes.

“Havia a expectativa de que alguns destaques poderiam passar nas votações, mas o reitor de alguma maneira enquadrou todos os diretores que poderiam ter alguma reclamação na reunião da manhã. Se você compara as votações desse dia 11 às do dia 7, ele ganhou por mais votos no dia 11”

Digo isto porque houve a tentativa de quebrar o quórum no Co do dia 11 de abril, que também foi chamado às vésperas de um feriado. Recebi a comunicação na quinta-feira às 20 horas, para a reunião que aconteceria em uma terça-feira da Semana Santa. Nesse meio tempo entre sessões do Co se discutiu muito a questão da violência da PM. Paralelamente a isso, também se discutia a situação da Creche Oeste, ocupação, reintegração, liminar, etc (**vide p.79**). Aqui no IME a gente teve uma reunião de Congregação, mas que não discutiu os “Parâmetros”, a coisa ficou muito mais centrada na questão da violência da PM.

Então fomos à reunião do dia 11. A ideia era verificar se poderíamos derrubar o quórum ao não participar da primeira votação. Havia alguns conselheiros que estavam

defendendo a retirada, a saída da reunião, ou ao menos a não votação. A gente não sabia como seria a votação dos destaques, se haveria falas ou não. Começou de um jeito que parecia que não haveria discussão nenhuma, até que um conselheiro ou outro reclamou e acabamos tendo oportunidade de um pequeno contraponto. Mas o reitor parou o expediente quando iriam começar as manifestações dos membros.

De alguma maneira, seria o espaço dado à opinião das congregações sobre a violência e os “Parâmetros”. Isso foi cortado pelo reitor, que disse que não haveria manifestação dos membros. É uma postura autoritária, de não querer ouvir o que a universidade tem a dizer. Note que nessa reunião do dia 11, ele teve uma reunião com os diretores de unidades pela manhã. Eu não tive muitas informações dessa reunião, não sei se os diretores falaram algo ou não.

Fiz uma primeira intervenção questionando como é que interpretávamos a exigência dos cinco dias de antecedência para ter reunião do Co. O secretário geral deu uma informação técnico-jurídica de que os cinco dias contam a partir do dia seguinte da convocação, o que no fundo quer dizer que ele poderia ter enviado o documento às 23h55 da quinta-feira e daí se contariam cinco dias até a terça-feira. Essa explicação soa estranha para mim porque esses cinco dias deveriam servir para a leitura do material. Enfim, fiz uma intervenção inicial sobre isso, outras pessoas também questionaram.

Quando começou o debate dos “Parâmetros”, fiz uma intervenção falando da violência e defendendo os destaques feitos no dia 7 de março. Durante a votação, fiquei convencido de que não haveria oportunidade de um debate mais aprofundado e honesto, então não votei em nada. Poderia eventualmente ter me manifestado e votado, mas eu não me senti bem, quis marcar posição ao não participar de nenhuma votação.

Havia a expectativa de que alguns destaques poderiam passar nas votações, mas o reitor de alguma maneira enquadrou todos os diretores que poderiam ter alguma reclamação na reunião da manhã. Então se você compara as votações desse dia 11 às do dia 7, ele ganhou por mais votos no dia 11. Praticamente tudo que a CLR [Comissão de Legislação e Recursos] e a COP [Comissão de Orçamento e Patrimônio] indicaram prevaleceu. A proposta de que dois terços de votos seriam necessários, no futuro, para mudar os próprios “Parâmetros” foi reprovada. A arrogância do texto inicial era tanta que propunha aprovar o documento com maioria simples e depois pedir maioria qualificada para modificá-lo.

Depois, já era tarde, o reitor falou que havia mais dois assuntos. Um era uma mudança estatutária em uma unidade, que passou sem objeções. O outro era a questão de uma nova portaria sobre a contratação de docentes temporários. Se você resgata a gravação do Co, o reitor faz todo um preâmbulo dizendo que “podemos deixar a votação para depois, se houver objeção, algum problema...”.

“Está vindo uma eleição para reitor e vamos ver quantos candidatos estão dispostos a ser herdeiros da gestão Zago-Vahan-McKinsey. Olhando aquele Co, tenho a impressão de que há uma aprovação feita com tristeza, quase sob coação da Reitoria”

Aí eu fui lá e fiz minha questão que era a seguinte: há três regimes de trabalho na universidade para docentes: 12 horas, que é o Parcial; 24 horas, que é o Turno Completo; e 40 horas com dedicação exclusiva, que é o RDIDP. Esta portaria está “modernizando”, “agilizando” os procedimentos do concurso para ingresso, tudo bem, mas está introduzindo, como um cavalo de tróia, a questão de contratação de professores temporários de 8 horas. Isto, a meu ver, soa até como uma mudança estatutária, não sei o limite disso, mas cabia uma discussão porque muda o modo como pensamos a carreira docente na universidade.

Então o reitor falou que o assunto estava suspenso e que eu estava com vistas ao processo. E eu reagi pelo autoritarismo dele de atribuir vistas, pois ele não tem esse direito. Ele tem o direito de negar ou conceder vistas quando isto for pedido, mas não pode atribuir vistas a alguém. Eu reagi e houve um entre-

vero fora do microfone, quando eu disse que não havia pedido vistas, que isso era um absurdo, que ele deveria respeitar as falas das pessoas, que o assunto deveria ser debatido, etc. Houve outras duas falas, uma delas dizendo que a portaria era necessária por ser uma situação emergencial. Nisso o reitor coloca a portaria em votação. Todos pegos sem grande reflexão. Vota-se a favor. Eu acho que vários diretores estavam com interesse de contratar temporários com agilidade.

O curioso é que o reitor na sua fala inicial queria ver se alguém tinha alguma divergência para se discutir e deixar a votação para a próxima reunião. Então ele transforma isso em uma atribuição. Pensando, hoje, eu devia ter pedido as vistas, mas naquele momento, no calor, eu reagi ao autoritarismo. É prática comum dele desqualificar, não ouvir estudantes ou funcionários, ter uma postura desrespeitosa durante o Co.

Então, infelizmente, temos uma Reitoria que aposta no confronto. Jogou a proposta dela em cima da mesa como se fosse um objetivo messiânico, como se ela tivesse um destino de por a universidade “nos trilhos”. É uma visão que não é só do reitor, é uma visão tecnocrática da McKinsey. Na hora em que você olha para o processo, a origem dos “Parâmetros” é o Gabinete do reitor. Não vem da Codage [Coordenação de Administração Geral], da COP. Ou seja: parece vir da McKinsey. Por isso digo que é uma gestão Zago-Vahan-McKinsey.

Por parte dos dirigentes no Co,

essa gestão tem um apoio inicial por comodidade e conviência. Muitos, claro, têm uma concordância pragmática, anticientífica, sem refletir sobre o problema e estudar alternativas. Essa é a situação que vivemos hoje no Co, mas não quer dizer que devemos deixar de fazer as denúncias e as disputas.

Está vindo uma eleição para reitor e vamos ver quantos candidatos estão dispostos a ser herdeiros da gestão Zago-Vahan-McKinsey. Claro que o próximo reitor pode ser o próprio Vahan, mas não sei se haverá muitos adeptos dessa continuidade. Olhando aquele Co, tenho a impressão de que há uma aprovação feita com tristeza, sem emoção, quase sob coação da Reitoria. A Reitoria cria um ambiente de que a casa está pegando fogo e de que ela é a única salvadora. Os diretores, na grande maioria com pouca capacidade crítica, dão o cheque em branco para a gestão.

Mas na hora em que começarem os debates da próxima [gestão da] Reitoria, precisaremos ver o quanto os candidatos vão convencer a comunidade universitária desse fatalismo. O que temos é uma crise de financiamento, que é a mesma questão que vivem as universidades do Rio de Janeiro e outros Estados. Portanto, cabe uma discussão pública sobre como se financia o ensino superior público. Enquanto isso, óbvio, a Reitoria olha para os trabalhadores e procura o que pode ser cortado ali. Não há um olhar de disputa pela opinião pública, disputa pela verba com o governo do Estado.

EM NOME DE QUEM?

Diretoria da Adusp

Salta à vista o caráter destrutivo dos “Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira da USP”, propostos pela Reitoria na segunda quinzena de fevereiro e — quase sem discussão prévia nas congregações e graças às bombas, balas de borracha e cassetetes da PM — aprovados pelo Co em 7 de março: podem resultar em congelamento de salários, suspensão da contratação de docentes e milhares de novas demissões. Não seria exagero afirmar que tais medidas equivalem, no nível federal, às reformas da Previdência e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)

No dia 7 de março de 2017, o Conselho Universitário da USP aprovou os chamados “Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira”, propostos pela Reitoria para “sanar” a crise orçamentária da universidade. A controversa proposta de “ajuste orçamentário” elaborada pela gestão M.A. Zago praticamente não chegou a ser discutida nos órgãos colegiados, por falta de tempo, apesar da gravidade e da extensão de seus efeitos sobre todos os setores da USP.

Indignados diante da gravidade da proposta, que acenava claramente para a precarização das condi-

ções de trabalho, pesquisa e ensino, bem como frente à impossibilidade de discutir democraticamente os rumos da universidade, em vista do trâmite acelerado imposto pela Reitoria, os três segmentos da USP organizaram, por meio de suas entidades representativas, uma manifestação pacífica em frente ao Co, numa tentativa de sensibilizar os conselheiros a solicitarem a retirada de pauta dessa matéria.

Então, em uma ação inimaginável até mesmo para os padrões antidemocráticos que têm caracterizado essa gestão reitoral, o ato foi reprimido por uma força de choque

da Polícia Militar, com balas de borracha e bombas de gás que, tristemente, abriram caminho para que os conselheiros do Co pudessem acessar a reunião. Na sua maioria, os conselheiros ignoraram tanto as cenas de violência, que circularam no país e no exterior, quanto a necessidade de discutir democraticamente a crise orçamentária da USP. E, assim, aprovaram essa nefasta proposta.

Posteriormente, em 11 de abril, rejeitando a maior parte dos destaques apresentados na reunião anterior, o Conselho ratificou a aprovação.

Sob o pretexto de uma “crise” (que não é outra coisa senão as consequências de uma política de expansão da universidade sem o necessário aporte orçamentário, além das manobras do governo Alckmin no repasse dos recursos às universidades estaduais paulistas e ao Centro Paula Souza), o reitor M.A. Zago e a maioria do Conselho Universitário determinaram que o gasto da USP com pagamentos de salários não deve superar a porcentagem de 80% do orçamento que a universidade recebe do Estado. Para realizar tal meta, será necessário, como os próprios “Parâmetros” estabelecem, reduzir em 5 mil o quadro atual de funcionários, já reduzido em função dos PIDVs.

Além disso, não haverá possibilidade de reajuste salarial nem tampouco contratação de novos docentes para substituir o número crescente de docentes aposentados. E, no limite extremo, a proposta abre a possibilidade de demissão de funcionários e docentes concursados.

PARÂMETROS DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DA USP

Confira, a seguir, como os representantes das suas unidades votaram no Co de 7/3/2017

52 votos favoráveis à proposta da Reitoria

Diretores(as) de unidade

EEFE	Valmor Tricoli
EEL	Renato Jardim
FCFRP	Maria Vitória
FDRP	Umberto Celli
FEARP	Dante Martinelli
FMRP	Margaret de Castro
FO	Waldyr Jorge
FOB	Maria Ap. Machado
IAG	Laerte Sodré
IF	Marcos Nogueira
IO	Frederico Brandini
IME	Clodoaldo Grotta
EEFERP	Maria das Graças
EERP	Silvana Mishima
ESALQ	Luiz Nussio
FD	José Rogério C. Tucci
FEA	Adalberto Fischmann
FFCLRP	Pietro Ciancaglini
FMVZ	José Antonio Visitin
FORP	Léa Assed (vice)

FSP	Victor Wunsch
ICMC	Alexandre Nolasco
IFSC	Tito Bonagamba
IQSC	Germano T. Filho
IRI	Pedro Dallari

Representantes na Congregação

EEFE	Julio Serrão
EEL	Hugo Sandim
EP	João Cyro
FCFRP	Jairo Bastos
FCFRP	John McNamara
FDRP	Rubens Beçak
FO	Rodney G. Rocha
FOB	José Lauris
IO	Belmiro Filho
EEFERP	Marcelo Papoti
ESALQ	Sílvia Cícero
FD	Fernando Menezes
FD	Floriano Peixoto
FEA	Hélio Nogueira da Cruz

FORP	Paulo Nelson
FMRP	Antônio Carlos dos Santos
ICMC	Maria Oliveira
IRI	Janina Onuki

Administração Central

Reitor	Marco Antonio Zago (FMRP)
Vice-Reitor	Vahan Agopyan (EP)

Pró-reitores:

de grad.	Antonio Hernandez (IFSC)
de pós-grad.	Carlos Carlotti (FMRP)
de cultura	Marcelo Romero (FAU)
de pesquisa	José E. Krieger (FMRP)

Representante dos titulares

IRI	Amâncio Nunes
-----	---------------

Rep. discentes de graduação

FEA	Daniel Guínezi
FEA	Vinícius Cícero

O reitor sempre se recusou a exigir mais recursos para as universidades estaduais paulistas, subordinando-se às políticas de Alckmin de redução do financiamento dos serviços públicos. Ele quer baratear o sustento da USP e abrir suas portas à livre ação de empresas

Não é difícil atinar com o caráter destrutivo desse projeto e não seria exagero afirmar que os “Parâmetros” têm como equivalente, no nível federal, as reformas da Previdência Social e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) propostas pelo governo Temer, esta última já aprovada pelo Congresso Nacional. Ambas inspiram-se no mesmo propósito: um radical desmonte dos serviços públicos, com a ampliação do setor privado em áreas que não deveriam ser tratadas como mercadorias e sim como direitos inalienáveis de todo cidadão.

A atitude do reitor M.A. Zago, que inversamente aos reitores da Unicamp e da Unesp sempre se recusou a exigir do governo estadual maior aporte de recursos para as universidades estaduais paulistas, mostra-se claramente subordinada às políticas de redução do financiamento dos serviços públicos do governador Alckmin (este, com apoio da Assembleia Legislativa, buscou até mesmo apoderar-se de parte dos recursos da Fapesp, sendo obrigado a recuar devido à enorme repercussão negativa).

32 votos contrários à proposta da Reitoria

Diretores(as) de unidade

EACH	Cristina Toledo
FAU	Maria Ângela
FCF	Primavera Borelli
FFLCH	Paulo Martins (vice)
FZEA	Paulo Sobral
IAU	Miguel Buzzar
IB	Gilberto Xavier
IP	Marilene Proença

Representantes na Congregação

EERP	Lucieli Chaves
FAU	Ana Lanna
FCF	Ana Campa
FFLCH	André Singer
FSP	Oswaldo Tanaka
FZEA	Raul Franzolin
IAG	Elisabete Dal Pino
IAU	Cíbele Rizek
ICB	Maria Tereza Nunes
IME	Marcos Magalhães
IP	Ana Loffredo

Representantes dos doutores

EACH	José Renato
------	-------------

Representante dos associados

EP	Marcílio Alves
----	----------------

Rep. discentes de Graduação

FFLCH	Alexandre N. Martins
FD	Diego P. Pandullo
FFLCH	Gabriela Schmidt
EP	Lucas Caprio
IP	Luana Silva

Rep. discentes de Pós-graduação

ESALQ	Gabriele Souza
ESALQ	Manoela Silveira
FD	Cristiano Camargo
IAU	Bárbara Helena

Rep. dos Técnico-administrativos

FFLCH	Bruno Sperb
FMRP	Carlos Alberto Moro

2 Abstenções

Diretora

FE	Belmira Amélia
----	----------------

Representante na Congregação

ECA	Eugênio Buccì
-----	---------------

Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo substituídos por seus respectivos suplentes, os Conselheiros: Ana Rosa Thisoteine Caldeira Menezes Freitas, Maria Arminda do Nascimento Arruda, **Miguel Antônio Buzzar***, Oswaldo Baffa Filho, **Raul Franzolin Neto*** e Simone Rocha de Vasconcellos Hage. Justificaram, ainda, suas ausências os Conselheiros: Adriana Maria Procópio de Araujo, Aluísio Augusto Cotrim Segurado, Antenor Cerello Júnior, Antonio Carlos Marques, Antonio Carlos Teixeira Álvares, Cleber Renato Mendonça, Diego Antonio Falceta Gonçalves, Eduardo Henrique Soares Monteiro, Fábio de Salles Meirelles, Fernando José Benesi, Fernando Ferreira Costa, Fernando Joshua Santa Brígida Assunção, Fernando Silveira Navarra, Jackson Cioni Bittencourt, Jean Paul Walter Metzger, José Carlos Bressiani, José Otávio Costa Auler Júnior, José Roberto Castilho Piqueira, Ligia Fernandes de Oliveira, Luiz Henrique Catalani, Marcos Domingos Siqueira Tavares, Marcos Egidio da Silva, Maria Amélia de Campos Oliveira, Maria Madalena Januário Leite, Marisa Helena Gennari de Medeiros, Marly Babinski, Paulo Sergio Varoto, Roberto Gomes de Souza Berlinck, Rodrigo Campos Cardoso, Sérgio Persival Baroncini Proença e Vivian Cristina Davies Sobral Nascimento.

*Apesar de ausentes, seus votos foram registrados em seus nomes pelos respectivos suplentes.

Não devemos nos enganar. Enquanto avançam cortes e desmontes, a Reitoria assina acordos com uma consultoria privada para o estabelecimento de um plano de gestão: a “USP do Futuro”, projeto até hoje misterioso e que somente veio a público por denúncia da Adusp.

A bem da verdade, o “ajuste orçamentário” previsto pelos “Parâmetros” não visa a aperfeiçoar as condições de pesquisa nem garantir adequadas condições de trabalho e estudo, ou muito menos agir com responsabilidade social e política diante dos recursos públicos.

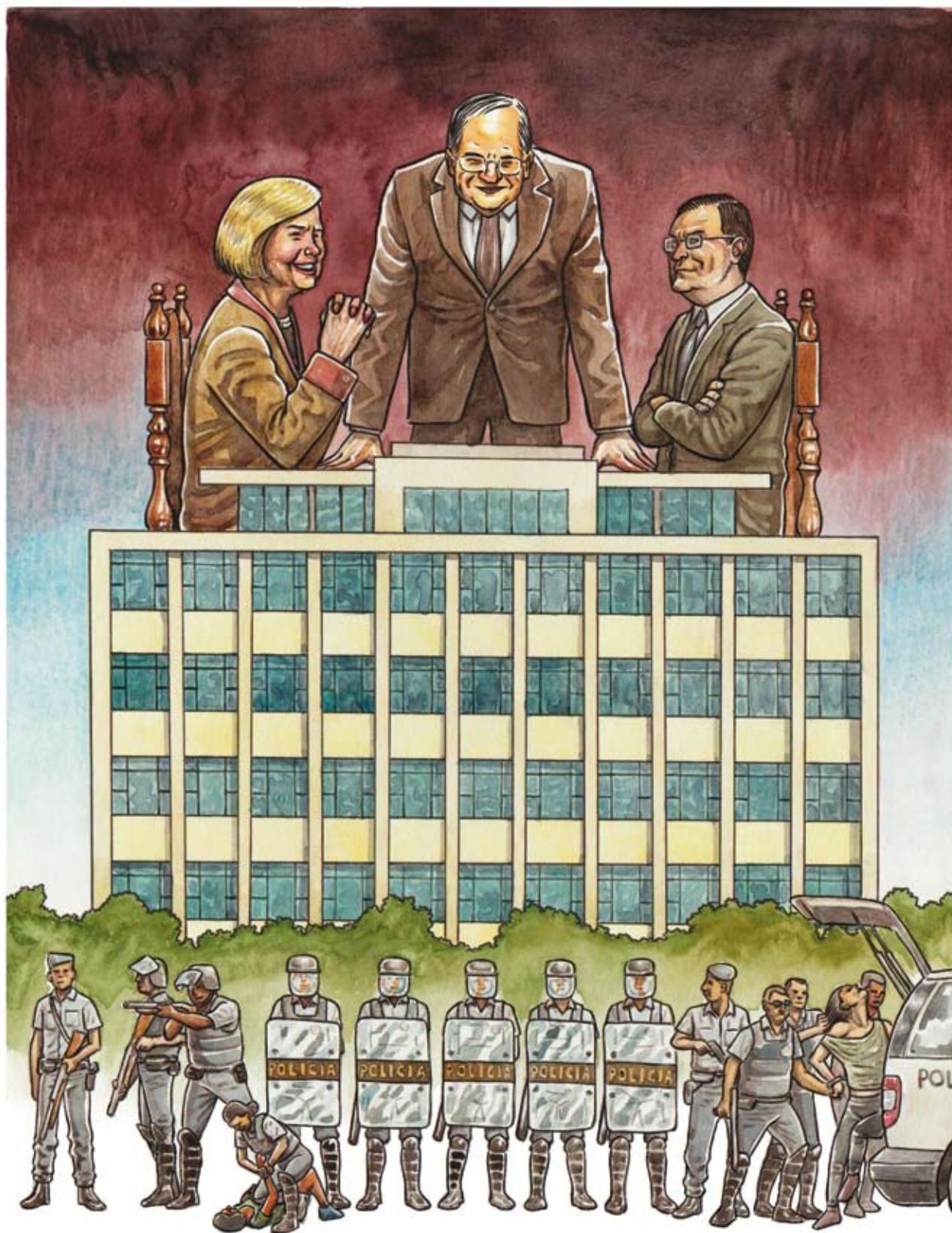
Os “Parâmetros” pretendem tão simplesmente, por meio da precarização crescente, baratear o sustento da Universidade pública e abrir as portas para a livre ação de empresas que poderão lucrar com esse processo, seja por meio da contratação de “empresas terceiras” para substituir funcionários, seja pela transferência da gestão financeira da USP para uma empresa que se especializou, no mundo todo, em retirar recursos públicos para “gerir” suas supostas deficiências, seja pela intensificação das “parcerias” do tipo público-privado que, em pouco tempo,

vão se prestar a complementar os salários dos docentes.

Nesse segundo semestre, a USP assistirá a outra campanha eleitoral e à escolha de um novo reitor. Muitos dos conselheiros do Co que saltitaram sobre balas de borracha e sangue para votar a favor da proposta da Reitoria devem se colocar como candidatos ou apoiadores de reitoráveis. Nas tabelas acima, você saberá como cada conselheiro votou nesse fatídico dia, que poderá mudar (para muito pior) os rumos da USP.

Pela reversão das decisões do Co de 7/3/2017!

DE SUELY VILELA A J.G. RODAS E M.A. ZAGO, **A ESCALADA DA REPRESSÃO**



Rodrigo Neves Estagiário de Jornalismo

Nos últimos doze anos a USP testemunhou a construção de uma engrenagem institucional extremamente autoritária, cuja finalidade principal é esvaziar a discussão sobre o futuro do ensino superior público na USP e no Brasil. O resultado final das três últimas gestões reitorais é um refinado sistema de repressão política, que combina o produtivismo acadêmico, perseguições administrativas e judiciais e a ação da Polícia Militar. Esta se dá no cotidiano por meio do “Sistema Koban”, que espiona movimentos sociais e age como tropa de ocupação dos campi. Quando preciso, chama-se a Força Tática

Quase dez anos antes das cenas de repressão em frente ao Co, o professor J. G. Rodas, da Faculdade de Direito (FD), já mostrava sinais dos procedimentos de que lançaria mão sempre que pressionado pelo movimento estudantil e outros movimentos sociais. Em agosto de 2007, na gestão reitoral de Suely Vilela, o futuro reitor ainda era diretor da Faculdade de Direito quando a unidade foi ocupada por manifestantes ligados à UNE, MST, Educafro e outras organizações, como parte da Jornada de Lutas em Defesa da Educação Pública. Os cerca de 300 ocupantes haviam feito um acordo com representantes da diretoria da FD de que a ocupação duraria apenas 24 horas, e que deixariam o prédio no dia seguinte. Porém, em plena madrugada, o local foi reintegrado com violência pela Tropa de Choque, a pedido do diretor. Todos foram detidos e encaminhados a uma delegacia. J.G. Rodas declarou ao *Informativo Adusp* que preferiu agir imediatamente porque tais movimentos “não são confiáveis” e que “nunca pensei que tivesse aluno lá dentro” (edição 243, <http://bit.ly/2wohvSI>).

Dois anos depois, a reitora Suely demonstraria compartilhar da mesma opinião. Em junho de 2009, uma gre-

ve de funcionários e estudantes ganhava força ao exigir o reajuste salarial, o fim da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp) e a readmissão de Claudionor Brandão, diretor do Sintusp demitido no ano anterior. (Apesar de Brandão ter sido absolvido em processo criminal, a gestão Suely agiu na contramão da justiça e o demitiu por “justa causa” ao final de um processo administrativo disciplinar.)

Acuada com a greve, a reitora pediu a intervenção da Polícia Militar para lidar com os piquetes de funcionários. A autorização para tanto partiu do Conselho Universitário (Co), por proposta de, ele mesmo, J.G. Rodas. A presença da PM com fins repressivos na USP foi oficialmente liberada, fato que não acontecia desde a Ditadura Militar. Em repúdio, a mobilização cresceu entre os outros setores e os docentes aderiram à greve.

Na mesma semana em que PM passou a intervir dentro do *campus*, um ato com cerca de 500 pessoas marchou em direção à Rua Alvarenga. Quando o protesto retornava ao *campus*, a Força Tática e a Tropa de Choque reprimiram o ato sem motivo, transformando a manifestação política pacífica em uma batalha campal. Por mais de



Reitora Suely Vilela



2009: contra funcionários e estudantes a PM usou até metralhadora

uma hora, os manifestantes foram perseguidos no interior da Cidade Universitária até se verem acucados dentro do prédio da História e Geografia, cercados por policiais e helicópteros. A Adusp propôs a “renúncia imediata” de Suely (<http://bit.ly/2woB8tY>).

A cena de uma universidade sitiada, agredida e humilhada chocou a comunidade da USP, mas passaria a ser ofuscada pelas ações do próximo reitor. Após o assassinato de um estudante da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) que reagiu a um assalto noturno em maio de 2011, J.G. Rodas aproveitou o sentimento de insegurança decorrente da tragédia para celebrar, em setembro seguinte, um convênio com a Secretaria de Segurança Pública (SSP) que definia a fixação de um contingente de 30 soldados da PM na Cidade Universitária. A partir daí, a presença policial tornou-se regra e não mais exceção.

No entanto, até o fim da gestão da Rodas, a ocorrência de crimes no *campus* do Butantã continuou a aumentar, demonstrando a falácia das suas alegações em favor do convênio com a SSP. A iluminação, pressuposto elementar de uma política de prevenção, continuou deficitária





por dois longos anos, e o contingente da Guarda Universitária (GU) continuou mingando, sem ampliação e nem mesmo reposição de aposentados.

No dia 8 de novembro de 2011, a PM mobilizou mais de 400 homens do Batalhão de Choque e da Cavalaria, do GATE e do GOE para reintegrar o prédio da Reitoria. Alunas denunciaram que foram torturadas. Foram detidos 73 estudantes

Não demorou mais de um mês após a assinatura do convênio para surgirem relatos de abordagens truculentas e arbitrarias da PM dentro da Cidade Universitária, como o de um aluno da ECA enquadrado por “olhar feio” para policiais. A gota d’água se deu no dia 27 de outubro de 2011, quando três estudantes da FFLCH foram detidos no prédio da História por posse de maconha. A ação foi imediatamente questionada por um protesto espontâneo de cerca de 300 estudantes, que tentaram impedir que os colegas fossem levados para uma delegacia. A PM reagiu e iniciou um confronto. No mesmo dia a diretoria da FFLCH foi ocupada pelo movimento estudantil e, dias depois, o prédio da Reitoria.

J.G. Rodas respondeu ao movimento como em 2007, desta vez utilizando o cargo de reitor para empregar ainda mais força e truculência. No dia 8 de novembro de 2011, a PM mobilizou mais de 400 homens do Batalhão de Choque e da Cavalaria, do Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE) e do Grupo de Operações Especiais (GOE) para reintegrar o prédio ocupado por 73 estudantes. Alunas denunciaram que foram torturadas por soldados da PM. Desproporcional, espetacular, truculenta, a ação que resultou na detenção de todos os ocupantes recebeu o repúdio de grande parte da comunidade acadêmica. Os estudantes decretaram greve, que permaneceu até janeiro de 2012. Contudo, aproveitando-se do período de férias e do refluxo da mobilização, o reitor decidiu eliminar qualquer resquício de resistência democrática, recorrendo a medidas administrativas persecutórias.



Antonio Candido e Marilena Chauí no ato de repúdio à invasão protagonizada pela PM



J.G. Rodas (primeiro à esquerda) e outros candidatos a reitor(a) enfrentam protesto durante debate na FFLCH, em 2009

Em dezembro de 2011, na sequência da reintegração de posse da Reitoria, a Reitoria expulsou seis estudantes, que supostamente haviam participado da ocupação de salas da então Coseas, hoje Superintendência de Assistência Social (SAS), responsável pelo Conjunto Residencial (Crusp). A reivindicação dos ocupantes era que as salas fossem cedidas para moradia. No Carnaval de 2012, aproveitando o esvaziamento do *campus*, convocou novamente a Tropa de Choque, desta vez para reintegrar a Coseas, “operação” que resultou na detenção de 12 estudantes.

A estratégia de J.G. Rodas combinou o uso da força bruta com a criminalização dos movimentos, por meio da multiplicação de processos internos ou judiciais. Em 2012, ele chegou a interpelar judicialmente a diretoria da Adusp, com base na interpretação esdrúxula de um editorial publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. A interpelação foi arquivada pelo justiça. No mesmo ano, os alunos detidos nas reintegrações de posse do prédio da Reitoria (73) e da Coseas (12) passaram a ser intimados para depoimentos em processos administrativos disciplinares (PAD) completamente controlados pela gestão Rodas e conduzidos por um novo órgão, sinistramente designado, a “Procuradoria Disciplinar”. Nesse contexto, o Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp) também não saiu ileso: cinco de seus diretores foram objeto de PAD por terem “atentado contra a liberdade de trabalho”, por “dano qualificado”,



“provocação de tumulto” e “conduta inconveniente”.

A postura ditatorial de J.G. Rodas foi azeitada por mudanças na estrutura da universidade. Tendo criado a Superintendência de Segurança (como órgão superior da GU), o reitor anunciou que três coronéis reformados da PM ficariam responsáveis pelo órgão. Também reformulou a antiga Consultoria Jurídica da universidade, transformando-a em Procuradoria Geral (PG), momento



organizou uma estrutura clandestina para espionar entidades e movimentos sociais atuantes na USP. O aparato ilegal de espionagem foi revelado a partir de documentos apresentados pelo deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL). Nestes relatórios, agentes externos à universidade descrevem detalhadamente o envolvimento de estudantes e funcionários com atividades políticas. A espionagem era planejada pela “Sala de Crise”, órgão inexistente no organograma institucional da universidade e comandado por Ronaldo Pena, então chefe da segurança, que se reportava a ninguém menos que o chefe de Gabinete, professor Alberto Carlos Amadio (vide <http://bit.ly/2voOQIJ>).



Tropa de Choque da PM reintegra Reitoria em 2011. No ônibus, os alunos presos

“Foi muito difícil o período da greve por cobranças da Reitoria para que a GU agisse de forma bastante policialesca em relação aos manifestantes. A Reitoria demandava uma GU que se opusesse aos manifestantes”, relata Ana Lúcia Pastore

Como vimos, no período final da gestão Rodas, o então pró-reitor de Pesquisa, M.A. Zago, construiu sua campanha eleitoral de reitor prometendo o diálogo com a comunidade acadêmica, aproveitando-se da antipatia generalizada suscitada por seu predecessor (**vide p.6 e seguintes**). Alçado ao cargo, iniciou seu mandato sinalizando possíveis avanços na área de segurança ao nomear a professora Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, de perfil progressista, para a nova Superintendência de Prevenção e Proteção (SPP), antiga Superintendência de Segurança.

“Resolvi aceitar o desafio, até porque naquela circunstância de início da gestão havia uma expectativa de que as promessas de campanha avançassem da melhor ma-

em que surge a Procuradoria Disciplinar. Tornou-se comum, nos PAD, os réus não terem ciência dos motivos de acusação, sendo obrigados a provar sua inocência, o que retirava do acusador, no caso a Reitoria, o ônus da prova. Tais medidas expõem a concepção de justiça compartilhada por todos os últimos reitores da USP, que sobrepõem as normas da universidade à própria Constituição.

Como se não bastasse tudo isso, J.G. Rodas também

neira: diálogos diretos com a comunidade, propostas de integrar vários setores nesse diálogo”, lembra a professora. “Claro que também logo percebi que havia a intenção de, ao substituir três coronéis por uma mulher antropóloga, formada em Direito e atuante em direitos humanos, havia a intenção de fazer disso uma vitrine da gestão reitoral que começava. Mas eu não achei que eu seria só uma vitrine e de fato levei muito a sério o desafio de, por exemplo, conhecer a GU, que eu não conhecia”.

Nos meses seguintes, Ana Lúcia organizou reuniões e encontros com membros da GU, que se mostravam animados com a substituição dos coronéis, pois estes haviam imposto uma lógica policial à guarda. A partir destas conversas, Ana Lúcia começou a planejar uma proposta de renovação da GU, focada na reaproximação com a comunidade acadêmica. Dentre as mudanças defendidas estava a criação de um Conselho de Segurança e Prevenção, formado por docentes, discentes e entidades universitárias.

Poucos meses depois, com o início da greve de 2014, os conflitos entre o reitor e a então superintendente começaram a surgir. “Foi muito difícil o período da greve por conta de cobranças da Reitoria para que a GU agisse de uma forma bastante policalasca em relação aos manifestantes, fossem eles funcionários, estudantes ou docentes. Foi aí que começaram os ruídos de comunicação com a Reitoria,

que demandava uma GU que se opusesse aos manifestantes”, relata Ana Lúcia. “As cobranças que começaram foram no sentido de que houvesse guardas em pontos estratégicos [do campus]. Interferiam diretamente na proposta que eu estava tentando construir por uma nova GU, que voltasse a usar bicicletas, que tivesse um contato direto com os estudantes para orientar, prevenir”.

Mensagens Compôr Pastas Busca Correio dinâmico Contatos Opções Abrir Pasta Mensagens

Problema Ajuda Sair

Situação da Quota: 381,18 MB / 1000,00 MB (38,12%)

Mensagens: Reunião CO (3 de 378)

Marcar como: Mover Copiar Esta mensagem para Retornar para Mensagens

Excluir Responder Encaminhar Redirecionar Ver Discussão Recusar Remetente Admitir Remetente

Código Fonte Salvar como Imprimir Cabeçalhos

Data: Mon, 17 Oct 2011 11:42:09 -0200 (11:42:09 BRST)

De: Ronaldo <repena@usp.br>

Para: acamadio@usp.br <acamadio@usp.br>

Assunto: Reunião CO

Professor Amadio

Reunião do Sintusp
Informações que interessam:

- 1) discutiram a baixa adesão ao movimento inclusive sobre a reunião das creches na última sexta-feira.
- 2) Os alunos dos grupos radicais apoiarão o manifesto no C.O. amanhã
- 3) Do lado de fora à partir das 12 horas irão fazer um manifesto com carro de som portaria A
- 4) A Malu propôs parar a Cocesp, usando do argumento da privatização dos ônibus. (não teve apoio)

No C.O.

- 5) um membro do Sintusp no C.O. lerá um termo de protesto da Faculdade de Direito sobre a questão votada contra o Reitor. E sua farsa? de apoio dos diretores a ele e parte do governo Alckimim.
- 6) um membro dos estudantes lerá um texto de protesto de professores FFLCH e Faculdade de Educação contra o Reitor falando sobre sua ligação com a direita e a burguesia, segundo eles a placa indicando a revolução de 64 é um pensamento retrógrado dele, além disso apresentarão um manifesto de quando o Reitor participou da comissão de mortos no Governo FFHC durante e ditadura que segundo eles ele votava contra o pagamento de indenizações aos mortos.
- 7) Outro membro lerá um termo contra a presença da PM no Campus, informando que policiais estão prendendo alunos os algemando e levando ao D.P. (a única situação que ocorre foi na semana retrasada quando alunos da Poli foram surpreendidos com uma porção de maconha fazendo uso e foram conduzidos ao D.P.)

Ficaremos atentos aos movimentos. Alunos e sindicalistas com tons agressivos.

Somente esses assuntos.
Os demais tocaram em assuntos referente a greves dos bancários e outros.

Ronaldo Pena

Diretoria da Divisão de Operações
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - BRASIL

www.usp.br/getts
11- 3091 4971

Se precisar deixar recados urgentes ligue para
Sra. Gislene, secretária
Segunda a Sexta das 08.00 as 11.00 das 13.00 as 16.00h
Fone 3091 - 1615 ou 3091 - 4971
Nextel 15*34433

ou envie uma cópia de seu email para gdn@usp.br

Excluir Responder Encaminhar Redirecionar Ver Discussão Recusar Remetente Admitir Remetente

Código Fonte Salvar como Imprimir Cabeçalhos

Marcar como: Mover Copiar Esta mensagem para Retornar para Mensagens

“Sala de crise”: esquema clandestino de espionagem chefiado pelo professor Alberto Carlos Amadio



Protesto estudantil no centro de São Paulo



Professora Ana Lúcia Pastore

Fotos: Daniel Garcia

Além das exigências do reitor em relação à greve, a situação da GU piorou com o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), que reduziu o número de guardas ao mesmo tempo em que Ana Lúcia lutava para que o contingente pudesse contar com agentes femininas. Somou-se a isso a divulgação, em 2014, dos diversos casos de estupro acobertados pela Faculdade de Medicina (FM). “Isso foi muito preocupante e no mesmo período fiquei conhecendo melhor o quanto a FM funcionava totalmente à parte da GU. Ou seja, a GU não tinha acesso à FM, embora funcionários que constavam ainda como guardas tivessem uma organização interna lá dentro”, explica a professora. “Minha última conversa com o reitor foi sobre isso e a importância da GU ter acesso à Medicina, que a GU pudesse atuar ali como atua em qualquer outro *campi*. Foi uma conversa muito difícil, uma reunião de dirigentes. O reitor não olhou no meu rosto, ficou digitando no celular o tempo todo. Aí eu tirei férias e quando voltei fui exonerada”.

No lugar de Ana Lúcia foi nomeado um aliado do reitor, José Antônio Visintin, diretor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ). No mesmo ano, 2014, foi apresentado pela Reitoria e pela PM o “Sistema Koban”, fundamentado em uma proposta de patrulha-



Grade da ECA: agressão à comunidade e aos movimentos sociais

Fotos: Daniel Garcia

mento “preventivo e comunitário” com “observância irrestrita aos princípios de direitos humanos”, objetivando que “os policiais militares e a comunidade acadêmica se conheçam e se familiarizem, angariando confiança mútua”. Na prática, a implementação do Sistema Koban significou um aumento do contingente da PM dentro da universidade, somado à progressiva redução do contingente da GU.

As barbaridades de 7 de março não foram as primeiras, nem as últimas provocadas pelo reitor. Em junho de 2016, a Tropa de Choque usou bombas de gás e balas de borracha contra uma reunião estudantil no Crusp. E em abril de 2017 policiais da Rocam quebraram o braço de um jovem na FFLCH

Na repressão ao protesto realizado em 7 de março de 2017 contra a votação dos “Parâmetros”, o agrupamento Koban atuou ativamente no apoio à Força Tática, agre-



dindo, dispersando e detendo manifestantes. Entretanto, coube ao pelotão de choque da Força Tática, dotado de coletes e armas de grande poder ofensivo, protagonizar as iniciativas mais ostensivas e brutais de ataque ao ato organizado por Adusp, Sintusp e Fórum das Seis (**vide reportagem na p.108**). De qualquer modo, não foi a primeira vez, nem a última, em que o reitor pediu a intervenção policial para lidar com movimentos políticos.

Em 16 de junho de 2016, a Tropa de Choque fora convocada para reprimir um pequeno grupo de estudantes que se reunia no Crusp para discutir a ocupação dos blocos K

e L, onde localiza-se hoje parte da administração da USP. Todo o Crusp foi cercado e atingido por bombas de gás e balas de borracha, o que deixou aterrorizados moradores (alguns dos quais residem ali com os filhos pequenos) e outros estudantes que sequer sabiam o que estava acontecendo. Cinco alunos foram detidos.

Novos casos importantes de repressão violenta na USP voltaram a ocorrer em 2017, na data da greve geral, 28 de abril. O Koban foi requisitado para proteger as grades erguidas pela Reitoria em torno da praça da Escola de Comunicações e Artes (ECA), a “Prainha”. Terminou prendendo um aluno, em episódio que gerou um PAD contra três estudantes (**vide p.119**). Nesse mesmo dia, pouco tempo depois, o estudante de cursinho Caio Fucidji foi cercado por policiais em motocicletas (Rocam) quando deixava o prédio da FFLCH com uma faixa dobrada nas mãos. “Eles gritavam ‘solta a faixa!’ e começaram a me bater com cassetete. Nem vi quem foi, porque veio de trás. Me bateram nas costas e nos dois braços. Na hora, nem percebi a dor. A polícia arrancou a faixa da nossa mão e mandou a gente ir embora”, descreve Caio, que apenas ao receber atendimento médico ficou sabendo que sofreu uma fratura no braço direito, em decorrência dos golpes sofridos.

No começo deste ano, o reitor alvejou o Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp), com a finalidade de despejá-lo de sua antiga sede, situada, por décadas, ao lado do prédio da Reitoria, na “Prainha” da ECA — que sempre foi o espaço de vivência dessa unidade e é referência para as atividades do Centro Acadêmico Lupe Cotrim (CALC). Após obter mandado judicial para a reintegração de posse do prédio, a Reitoria deparou-se com a resistência do Sintusp, que recebeu ampla solidariedade interna e externa à USP, e a mediação do Ministério Público do Trabalho (MPT), que agiu em favor de uma solução negociada. Assim, o reitor optou por intimidar funcionários e estudantes, erguendo altas grades, ao custo de R\$ 631 mil, para cercar a “Prainha”, espaço de grande valor simbólico para ambos os segmentos.

“No dia 2 de janeiro, eles começaram as instalações das grades. Parecia uma provocação. Nesses primeiros dias de janeiro, grande parte da USP está vazia, sem estudantes. Instalaram as grades em questão de dez dias. O próprio chefe de Gabinete disse: ‘Vocês mesmo não vão querer ficar enjaulados lá’. É como quem diz: ‘Esta é a provocação, se virem’. Porque eles sabiam que a gente iria resistir. Foi então que eles começaram a usar polícia armada”, explica Neli Wada, diretora do

Sintusp. A funcionária, assim como outros diretores do sindicato, teve que conviver diariamente com a presença ostensiva de PMs armados, durante e após a construção das grades.

A Reitoria não conseguiu expulsar o Sintusp da Cidade Universitária e teve de lhe ceder uma nova sede. Mas os movimentos continuam na mira da Reitoria. Casos recentes de PAD: 3 alunos, por tentativa de derrubada da grade da ECA, e 9 alunos do *campus* de São Carlos, por ocupação da Prefeitura

O CALC, da ECA, que dividia o prédio com o Sintusp, também foi afetado pelas grades. “Em um primeiro momento tentamos impedir que a grade fosse instalada, mas os operários da construtora contratada pela Reitoria voltaram junto com a Força Tática e o policiamento Koban, aparecendo inclusive com metralhadoras. A grade foi construída nessas condições”, diz Marcos Hermanson, estudante de Jornalismo e diretor do CALC. “Houve uma reunião com o reitor logo após a construção da grade. Ele nos disse que em primeiro lugar queria que o sindicato saísse. Disse que os nossos espaços não estavam ameaçados e que a grade estava ali para nos proteger, proteger os alunos e proteger a Reitoria, que estava muito vulnerável a convulsões, para usar o termo que ele mesmo utilizou”, descreve Hermanson.

Mesmo com uma correlação de forças desfavorável, a campanha do Sintusp para não ser expulso de sua sede histórica foi parcialmente vitoriosa: graças à firme atuação do MPT, a Reitoria precisou ceder uma sede alternativa. Em vez de ser obrigado a deixar a Cidade Universitária, o sindicato conquistou o direito de se mudar para um conjunto de salas na Prefeitura do *Campus*. As grades da ECA, entretanto, continuam a dificultar a organização política dos estudantes da unidade. “O uso do espaço foi muito limitado. O acesso está dificultado — a única entrada e saída [da Prainha] é o prédio central da ECA. O prédio fecha depois das 23 horas e tudo o que quisermos fazer depois desse horário tem que ser negociado com a diretoria, o que



Neli Wada, diretora do Sintusp

não acontecia antes. Conseguimos manter as festas, mas eles impuseram coisas que para nós são absurdas: controle de acesso, horário para a festa terminar”, diz Hermanson.

Outros centros acadêmicos, como os do Instituto de Física (Cefisma) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (GFAU), também sofreram com processos que tentaram retirar o direito de alugar espaços para restaurantes, dificultando o seu autofinanciamento, em claro ataque à organização política dos estudantes (as fundações privadas ditas “de apoio” que utilizam próprios da USP não foram incomodadas). A perseguição institucional e judicial é um legado deixado por seus predecessores, que M.A. Zago aperfeiçoou. No caso do IF, sofreu um revés: a Congregação decidiu apoiar o Cefisma e reconhecer o arranjo em vigor.

“A gestão mais árdua e pesada” em matéria de repressão judicial é a atual, segundo Neli, do Sintusp. “Porque além dos processos administrativos que ele abre como [J.G.] Rodas e Suely abriam, ele usa a justiça trabalhista para tentar demitir dirigentes sindicais por justa causa. Cada vez que tem manifestação, chovem boletins de ocorrência na 93ª [Delegacia de Polícia], você passa por averiguações. Eu respondo a processo criminal, o Brandão, o Magno [diretores do Sintusp] respondem”. Neli aponta também outra tática habitual do reitor: “Cada vez que é anunciada no boletim do Sintusp uma manifestação, ele

se antecede e entra com reintegração de posse de prédios da USP. Eles não estão ocupados, ele prevê. Então às vezes você vai à delegacia responder por uma coisa que sequer ocorreu. Existe uma antecedência da criminalização”.

Os estudantes que participam de movimentos também continuam na mira da Reitoria. Um caso recente envolve nove alunos da USP de São Carlos, que estão sofrendo um PAD em represália à ocupação da Prefeitura do *Campus*. Há o agravante de que o prédio foi desocupado após acordo, no dia 12 de abril, entre os estudantes e dirigentes locais da universidade, de que não haveria sanções aos estudantes que participaram da ação. “É um sentimento de bastante indignação e raiva, porque quando a gente fez a negociação o processo já tinha sido aberto um dia antes”, explica o estudante de engenharia Mateus Fumes, que é um dos processados.

Diante desta escalada repressiva, não restam dúvidas que M.A. Zago ultrapassou o já exacerbado nível de autoritarismo de seus antecessores. Neli, há 32 anos na USP, não tem dúvidas quanto ao que diferencia o atual reitor dos seus antecessores: “A repressão muda suas características e hoje é mais perversa”, o reitor “tem polícia própria, processo criminal, processo administrativo, processo trabalhista e tem o que eu acho mais grave: um repúdio às entidades sindicais que eu nunca vi em toda minha vida. Ele tem ódio de classe”.